

Faculdade de Letras/UFRJ

por Simone Mattos Guimarães Orlando

**PERSPECTIVAS DE ESTUDO SOBRE O DISCURSO
PARA A GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Rio de Janeiro,
Outubro de 2006

PERSPECTIVAS DE ESTUDO SOBRE O DISCURSO PARA A GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

por

Simone Mattos Guimarães Orlando

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa.

Orientadora: Dra. Maria Aparecida Pauliukonis

Rio de Janeiro
Faculdade de Letras - UFRJ
Outubro de 2006

DEFESA DE TESE

ORLANDO, Simone Mattos Guimarães. *Perspectiva de estudo sobre o discurso para a graduação em Comunicação Social*. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Banca examinadora

Profa. Dra. Maria Aparecida Pauliukonis – (Orientadora) – Letras UFRJ

Profa. Dra. Sigrid Gavazzi – Letras UFF

Prof. Dr. Edwaldo Cafezeiro – Letras UFRJ

Profa. Dra. Leonor Werneck dos Santos – Letras UFRJ

Profa. Dra. Carmem Gadelha – Comunicação Social – ECO UFRJ

Profa. Dra. Lúcia Helena M. Gouvêa – Letras UFRJ

Prof. Dr. André Crim Valente – Letras UERJ

Dedico este trabalho a todos aqueles que possam dele usufruir como um material de consulta. Que as idéias que aqui se instauram possam servir como uma pequena contribuição para a edificação do saber.

Dedico igualmente a meu pequeno rebento, Guilherme, razão do meu viver, meu amor incondicional, nascido ao final desta formação.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao criador, por orquestrar sincronicamente as ações dos homens, permitindo que as adversidades e as realizações nos atravessem e nos façam obter crescimento pessoal.

Agradeço, secundariamente, aos meus familiares, sobretudo à minha mãe por ter me ajudado a terminar este trabalho, tomando conta do meu pequeno, quando eu ainda estava amamentando... e ao meu pai, por estar sempre por perto, mesmo morando longe. Agradeço também a minha irmã e ao meu cunhado, pela ajuda constante...

A meu atual companheiro, Maurílio, por muitas vezes ter me apoiado quando quis desistir...

A meu ex-marido, Henrique, pelas palavras de incentivo no começo e até aqui...

A meus amigos de fé Tuninho, Si Bringhenti, "Cumpadi" (Alexandre), Valéria e Marcelo, Moniquinha e Lu, por serem pessoas cheias de vida...tão otimistas...por sempre enaltecerem meu potencial...

A meus queridíssimos colegas professores da Estácio - parceiros, desde o começo na empreitada ardilosa de encarar um doutorado, mesmo nas condições de trabalho a que temos nos submetido no ensino universitário privado -, obrigado pelo apoio sempre.... Valeu Gui Nery, Déia, Sandro Torres, Rejane e Jonny, Paty Abreu e Saldanha, Sávio, Ferrão, Cesinha, Milton Faccin (sobretudo pelos livros), Ana Enne, Soraya e Jardiel (pela compreensão), Marcinho, Klebinho, enfim, a turma toda...

Agradeço, acima de tudo, a minha querida orientadora, ultra paciente, que procurou compreender, com bastante serenidade e sabedoria, todos os dilemas por mim vividos nestes meus últimos cinco anos e meio. Obrigado por se dispor a entender minhas angústias intelectuais, por "segurar os meus pepinos" na secretaria da pós, enfim, pela generosa cumplicidade e pela competência.

Por fim, agradeço aos membros da banca por se disporem a ler este trabalho e a gentilmente propor ampliações, modificações e modalizações necessárias para o enriquecimento acadêmico desta obra.

“Os compositores Tom Jobim e Vinícius de Moraes, em uma de suas músicas – ‘Se todos fossem iguais a você’ – afirmam que ‘a canção só tem razão se se cantar’. Assim é a palavra. Ela é uma canção que só tem razão quando ‘cantada’ na materialidade do intercâmbio da vida social: dando-nos a dimensão do que foi, tirando-nos o véu do futuro, permitindo, nesse percurso, que cada um e todos permaneçamos nela. E assim fazemos história.

As palavras têm vida. Vestem-se de significados. Mascaram-se. Contagiam-se com as outras palavras próximas. ‘Dançam conforme a música’, tocada no salão do baile onde estão. O salão é o discurso e é aí que elas cristalizam momentaneamente uma de suas máscaras.”

Maria Aparecida Baccega

RESUMO

ORLANDO, Simone Mattos Guimarães. *Perspectiva de estudo sobre o discurso para a graduação em Comunicação Social*. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Este tese se propôs a desenvolver um estudo sobre o discurso, associado às possibilidades de tratamento desta temática na graduação em Comunicação Social. O trabalho ressaltou alguns condicionantes para que tal tema fosse tratado de forma adequada em meio a esta formação universitária: (1) *apropriação do conceito de discurso levando em conta sua inserção no campo social*; 2) *passeio pelo quadro sócio-histórico que possibilitou o surgimento e edificação do campo da Análise do Discurso*; 3) *entrelace entre 4 macro-teorias do discurso (AD Francesa, Semiolinguística Discursiva, Análise da Conversação, Análise Crítica do Discurso) e as principais doutrinas científicas estudadas no curso de Comunicação Social*. Ao final do trabalho, foi elaborado um quadro didático-pedagógico, no intuito de organizar visualmente as proposições anteriormente citadas.

ABSTRACT

ORLANDO, Simone Mattos Guimarães. *Perspectiva de estudo sobre o discurso na graduação em Comunicação Social*. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

This thesis sets out to develop a study on discourse, associated to the possibilities of using this subject in Communication graduate courses. To fit the demands of this specific subject in such graduate course, a few conditions have been established: (1) appropriation of the concept of discourse considering its social framing; (2) an overview of the socio-historical frame which led to the arisal and edification of the field of Discourse Analysis; 3) *entwining* of the 4 macro-theories of discourse (French DA, Discourse Semiolinguistics, Conversation Analysis, Critical Discourse Analysis) and the main scientific doctrines studied in the Communication Graduate Course. At the end of the work, a didactic-pedagogical chart was elaborated where all formerly cited propositions were arranged in appropriate visual display.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	16
2.1. OBJETIVOS.....	16
<i>2.1.1. Objetivos gerais</i>	<i>16</i>
<i>2.1.2. Objetivos específicos</i>	<i>16</i>
2.2. HIPÓTESES	17
2.3. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	18
3. A COMUNICAÇÃO SOCIAL	19
3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO.....	19
<i>3.1.1. Das raízes do termo às várias categorias comunicativas.....</i>	<i>19</i>
<i>3.1.2. Os modelos comunicativos em questão</i>	<i>29</i>
<i>3.1.3. Aspectos Delimitatórios: breve discussão.....</i>	<i>38</i>
<i>3.1.4. Processos de territorialização.....</i>	<i>44</i>
3.2. DC BRASILEIRAS PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	55
3.3. GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE CS E A QUESTÃO DO DISCURSO	60
4. EM TORNO DOS ESTUDOS SOBRE O DISCURSO	72
4.1. O CONCEITO DE DISCURSO E SEU ENQUADRE NO CAMPO SOCIAL	72
4.2. UMA PROPOSTA DE TRAJETÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	77
<i>4.2.1. Condições de surgimento</i>	<i>80</i>
4.2.1.1. Bakhtin e Benveniste: precursores	80
4.2.1.2. Influências para o aparecimento do campo	87
<i>4.2.2. Principais filiações.....</i>	<i>106</i>
4.2.2.1. A Análise do Discurso Francesa.....	111
4.2.2.2. A Semiologia Discursiva	128
4.2.2.3. A Análise da Conversação.....	143
4.2.2.4. A Análise Crítica do Discurso.....	152
5. DISCURSO MIDIÁTICO E TEORIAS DISCURSIVAS	163
5.1. OS TIPOS DE DISCURSOS MIDIÁTICOS: CATEGORIAS PREVISTAS	163
<i>5.1.1. Sobre o discurso jornalístico.....</i>	<i>170</i>
<i>5.1.2. Sobre o discurso publicitário</i>	<i>177</i>
5.2. QUADRO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NA APLICAÇÃO DAS TEORIAS.....	181
6. CONCLUSÃO.....	189
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
8. ANEXOS	202

1. INTRODUÇÃO

Os estudos científicos da segunda metade do século XX presenciaram notadamente uma revolução na forma de divulgar e produzir o conhecimento. Graças principalmente à expansão da indústria editorial e ao aprimoramento das tecnologias da informação, ampliou-se em muito a possibilidade de intercambialidade do saber entre campos de investigação distintos, o que permitiu a superação de uma visão fragmentária dos objetos e acontecimentos e favoreceu nitidamente, no meio universitário, certo culto pela prática da inter, multi - e transdisciplinariedade¹.

Fruto da recente “crise dos paradigmas”², tal mecanismo de reciprocidade, alicerçado na possibilidade de correlação e sobreposição de fronteiras entre os mais variados campos do saber, trouxe novas perspectivas ao estudo científico: olhares transversos sobre um mesmo objeto puderam ser postulados, permitindo reformulações; determinismos puderam ser deixados de lado e relativizações colocadas como premissas.

A hipótese central para alavancar este movimento de confluência na produção científica talvez resida: (1) *num evidente esvaziamento das certezas* e (2) *na necessidade de abandonar as ações de demarcação territorial* (esta última como consequência da concep-

¹ Apesar de efetivamente poderem ser usados de forma intercambiável, destaca-se que a multidisciplinariedade se caracteriza por uma participação autônoma de diversos campos científicos, com seus quadros teórico-metodológicos singularizados, para estudar/ tratar um dado fenômeno. Já a interdisciplinariedade configura-se como um processo de mútua coordenação e cooperação entre disciplinas, para a construção de referenciais conceituais e metodológicos em consenso, apesar de cada uma partir do seu próprio quadro referencial teórico-metodológico. E, por fim, a transdisciplinariedade diz respeito à possibilidade destes conceitos produzidos em comum serem re-acomodados sem que pertençam necessariamente a um só campo. Idéias extraídas de SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

² Chama-se de “crise de paradigmas” a este processo que se caracteriza pela explicitação dos impasses de um modelo existencial fundado no Projeto da Modernidade. Refere-se à falta de “ismos” para se seguir, e o advento da pós-modernidade. Na educação, a expressão está associada ao “*resultado da ampliação do conhecimento em vários campos disciplinares*”. (Ver em: BRANDÃO, Z. *A Crise dos Paradigmas e a Educação*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 88-102).

ção positivista), na promoção do rompimento de fronteiras. Ambas são marcas evidentes da famigerada pós-modernidade (tão fragmentada, transitória e efêmera).

Empréstimos lexicais/ vocabulares puderam ser apreciados entre as áreas possibilitando re-semantizações, bem como princípios metodológicos e epistemológicos puderam ser reconfigurados, por conta das novas interfaces criadas.

Os benefícios também residiriam na complexificação dos assuntos investigados, mostrando as limitações da remetência a um único campo para explicar determinados fenômenos a serem analisados.

Hoje, entende-se que certas temáticas, inclusive, não podem e nem devem ser estudadas por um único viés científico, já que a extensão de seu domínio permite que várias teorias reivindiquem o recorte mais apropriado.

Podemos dizer que a **linguagem** seria uma destas, justamente por sua natureza multidimensional.

Apesar de ter cabido à Lingüística a formulação de princípios teóricos e metodologias consistentes que dessem conta de descrever e investigar a linguagem verbal, outras macro-áreas se encarregaram de observar aspectos extrínsecos a este objeto.

Um dos territórios que mais tem se habilitado, neste caso, é o da Comunicação Social. Tomando como base a premissa de que todo ato de linguagem é um ato de comunicação, e que é possível, inclusive pela linguagem, extrair as formas como os indivíduos se relacionam socialmente, coube a este segmento investigar os meandros da língua em uso, particularmente o que diz respeito aos elementos lingüísticos e extra-lingüísticos (pela análise de outros planos semióticos) presentes na retórica dos Veículos de Comunicação de

Massa³.

Não é novidade afirmar que os *Mass Media* são vistos (tanto pelo senso comum como por diversas teorias sociais) como os principais responsáveis por pautar o *modus vivendi* da vida moderna, pela consolidação de crenças, parâmetros comportamentais e estereótipos hegemônicos. Por tal via, atingem, conseqüentemente, as formas de relacionamento humano e o modo como a linguagem se adapta às finalidades comunicativas. Por isso, os discursos midiáticos são considerados como cêntricos e basilares na formação dos hábitos de consumo, na conformação de consensos sociais e conseqüente consolidação do espaço público.

Portanto, como entender a força e o poder imanes destes discursos? Que perspectivas teóricas seriam fecundas para verificar as estratégias por trás das retóricas informativas midiáticas?

Certos discursos midiáticos, como o jornalístico, por exemplo, enquadram-se, para o senso comum, no conjunto de discursos irrefutáveis, tidos como retratores da realidade imanente. Destacam-se com imenso valor social e são porta-vozes de outros discursos também tidos como incontestáveis (como o próprio discurso científico, o histórico, o jurídico, o religioso, o financeiro etc.).

Também o é a retórica publicitária. Através de ações psicologizadas, utilizando da arte e da ficção como ferramentas, a publicidade costuma promover produtos reais (circulantes no mercado) e salientar o culto ao consumo, pelo fortalecimento de crenças compartilhadas no imaginário coletivo, além de colaborar com a naturalização de estereótipos no campo social.

³ Apesar de terem definições específicas, serão usados intercambiavelmente, neste trabalho: Veículos ou Meios de Comunicação de Massa, Mídia, Dispositivos Midiáticos e Mass Media.

Por conta do panorama apresentado, teorias que invoquem um olhar mais cuidadoso a esta aparente irrefutabilidade destes discursos parecem ser frutíferas ao estudo teórico deste campo.

Tendo esta premissa como norte, propomos nesta tese um casamento interdisciplinar que vislumbre o valor das teorias discursivas (criadas no âmago dos estudos lingüísticos) para a Comunicação Social.

Defendemos, por isso, a idéia de que um aprofundamento teórico sobre o discurso seja fundamental nos espaços onde se prepara o indivíduo para o estudo das mídias: as graduações em Comunicação Social, foco de formação dos bacharéis em comunicação, futuros pesquisadores e comunicólogos.

O que temos notado é que pouco tem se investido num estudo sistemático sobre o discurso em tais formações. Ao realizar uma pesquisa preliminar e aleatória, nos programas/ementas de 17 universidades, entre públicas e particulares de norte a sul do país, percebemos a quase inexistência de disciplinas sobre discurso em suas composições⁴. Do total observado, somente 2 universidades traziam a disciplina **Análise do Discurso** como obrigatória, ou seja, menos de 10% do universo investigado parece ter tido interesse em introduzir tal temática entre as tantas ligadas ao tópico linguagem em seu quadro de assuntos teóricos principais.

A ausência de disciplinas centradas no “discurso” nas disposições das grades curriculares dos cursos de Comunicação Social e na proposição das respectivas ementas destas

⁴ Apresentaremos tal pesquisa em seção à parte (tópico 3.3.). Foram observadas as grades curriculares dos cursos de Comunicação Social das seguintes universidades: Região Sudeste (Rio de Janeiro - UFF, UFRJ, FACHA, UNESA, PUC-RJ; São Paulo - USP, PUC-SP; Minas Gerais - UFJF, UFMG, PUC-MG); Região Nordeste (Bahia -UFBA; Ceará -UFC; Unifor); Região Centro Oeste (Goiás -UFG; Brasília -UNB, UCB); Região Sul (Rio Grande do Sul - UFRGS, Unipel); Região Norte (Pará -UFPA, Feapa).

universidades não pressupõe necessariamente que não haja uma abordagem informal do tema na formação deste tipo de estudante.

Todavia, estes dados parecem apontar, mesmo que superficialmente (pois não procedemos a análises minuciosas), certo desinteresse das instituições em projetar a temática em questão como relevante em meio a esta formação superior.

Paradoxalmente, pudemos observar, tanto como docente⁵ (na participação em bancas de defesa e na orientação monográfica a alunos) como enquanto pesquisadora (ao constatar *papers*/artigos, dissertações e teses disponíveis nas bibliotecas reais/ virtuais sobre o tema), um crescente número de trabalhos acadêmicos na área de Comunicação Social focados na análise dos discursos midiáticos, o que nos faz crer que o tema é evidentemente de interesse científico para este segmento.

Tamanha produtividade científica comparece, principalmente, nas pesquisas acadêmicas em nível de pós-graduação, já que se supõe, nesta etapa, um maior amadurecimento intelectual do pesquisador para operar em um domínio que abrace tanto o campo da Comunicação Social como o Lingüístico-Discursivo.

Entretanto, a facilidade parece não ser tão recorrente em nível de graduação. O problema se dá justamente, como dissemos, pela falta de prioridade dada ao assunto em grande parte das grades curriculares dos Cursos em questão no país. Não só há falta de prioridade como, certamente por desconhecimento e falta de fundamentação, muitos trabalhos pecam por não seguir uma metodologia de análise sistemática, o que, por vezes, pode gerar resultados inconsistentes e a - científicos.

⁵ Há seis anos lecionamos disciplinas de linguagem e de teoria comunicativa no Curso de Comunicação Social - Campus Niterói da Universidade Estácio de Sá - RJ.

Sendo assim, esta tese se propõe a produzir matrizes teóricas que possam, mesmo com certa incompletude, abarcar perspectivas de estudo sobre o discurso na graduação do referido curso.

Partindo do princípio de que tal curso apresenta caráter interdisciplinar, por natureza, como mencionam as Diretrizes Curriculares do MEC para este segmento, entendemos que para se pensar a questão do discurso pedagogicamente nesta formação é preciso:

- 1) Buscar discutir o conceito de discurso, não só em bases nocionais, mas atribuindo-lhe um pressuposto de atuação no campo social;
- 2) Buscar referenciar para o alunado as condições sócio-históricas de surgimento da Análise do Discurso, a partir de um enquadre diacrônico que conjecture e correlacione à priorização dos estudos sobre linguagem durante o século XX;
- 3) Tornar conhecidas, para este público, com a máxima atualização e didatismo, as principais linhas de estudo sobre o discurso, abordando-as em consonância com os mais atualizados conceitos correlatos no pensamento comunicacional, para que se fomente, em situações posteriores, a utilização destas teorias na promoção de pesquisas neste âmbito.

Para tanto, nosso percurso teórico foi dividido em três etapas bem distintas.

A primeira esboçou o campo da Comunicação Social, seus postulados, princípios e desafios, em termos conceituais. Ao tatearmos o escopo e territórios deste campo de estudo é possível visibilizarmos de que forma/ onde a Análise do Discurso dialoga e influencia alguns de seus caminhos de pesquisa. É um capítulo bem extenso, justamente porque entendemos que o professor de linguagem (com formação em Letras), possível ministrador de

temas sobre o discurso na referida graduação, não possui, a *priori*, conhecimentos teóricos acerca do pensamento comunicacional⁶, o que poderia dificultar um tratamento adequado ao tema discurso no ensino em questão.

Neste primeiro momento também expusemos quais seriam as diretrizes educativas previstas pelo MEC para a concretização do ensino da Comunicação Social no Brasil, bem como pautamos, como terceiro item, a pesquisa sobre as universidades brasileiras, já mencionada.

Num segundo momento, propusemos uma revisão teórica do conceito do termo discurso, do campo da Análise de Discursos (AD), mostrando sua constituição e historicidade e delimitando-lhe um lugar científico. Em seguida, elencamos quatro grandes linhas de estudo que consideramos de relevância para que estudantes de comunicação se ambientem em relação a esta área, sem esgotar evidentemente os seus respectivos princípios teóricos. A intenção foi apenas indicá-las como possíveis percursos metodológicos e conceituais num estudo sobre o tema em voga.

Por fim, dedicamos o último capítulo a particularizar os elementos que compõem o discurso midiático, dividindo-os nos tipos jornalístico e publicitário, encaminhando, em seguida, alternativas pedagógicas para desenvolver as teorias destacadas anteriormente no universo de análise de tais discursos.

⁶ A nomenclatura “*pensamento comunicacional*” é muito utilizada para expressar as teorias fundantes do campo da Comunicação Social.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

2.1. Objetivos

2.1.1. Objetivos gerais

Tivemos como objetivo primeiro deste trabalho apontar caminhos teóricos focados nos fundamentos da Análise do Discurso aos graduandos em Comunicação Social, oferecendo esclarecimentos sobre os seus principais conceitos e as possíveis metodologias oferecidas pelas correntes mais relevantes neste campo, para produzir avaliações consistentes quando se tem como objeto de investigação o discurso midiático. Entendemos que as teorias do discurso, notadamente as que se utilizam dos referenciais da Linguística como opção epistemológica, podem servir como base de análise em todas as esferas recorrentes neste segmento.

2.1.2. Objetivos específicos

Propusemos, como fim particular desta tese, exacerbar a importância de atender a certo encaminhamento teórico, focado em matrizes pedagógicas que prezem por uma perspectiva plural para estudar o conceito de discurso, ensejando um enquadre de seu campo de análise, a partir de teorias consideradas mais fecundas.

2.2. Hipóteses

Por conta de pesquisa preambular que realizamos nas grades curriculares de 17 cursos de Comunicação Social no país, constatamos a escassez de disciplinas voltadas ao estudo sobre o discurso na graduação em Comunicação Social.

Tais dados trouxeram como hipótese central nesta tese o pressuposto de que há uma grande chance de haver uma defasagem na formação dos graduandos nesta área, no que tange a seus conhecimentos/ habilidades para teorizar a respeito da temática “discurso”.

Tendo esta questão como problema científico, supomos que um estudo proficiente sobre o discurso se faz necessário na graduação mencionada, como já justificamos, dada a ausência evidente de sistematização a este respeito. Entendemos, contudo, que tal estudo só seria adequado neste tipo de formação se:

- a) Contemplasse uma visão mais ampla sobre a trajetória da Análise do Discurso, entendendo suas condições históricas de surgimento e de que forma se consolidou como campo;
- b) Apresentasse os principais conceitos e correntes da Análise do Discurso a serem utilizados para avaliação dos discursos de mídia, contemplando o teor didático e esclarecedor que se instauraria nesta iniciativa.

2.3. Procedimentos para coleta de dados

Esta tese se propôs a arregimentar dois tipos de dados: 1) bibliográficos e 2) estatísticos.

No que tange ao recolhimento de material bibliográfico, procedemos a uma ampliada revisão de literatura em todos os capítulos principais do trabalho, já que nossa pesquisa não priorizou o caráter exploratório, mas o tipo de pesquisa descritivo e explicativo.

No que diz respeito às estatísticas produzidas, procedemos à observação de grades curriculares de 17 cursos de Comunicação Social no Brasil, no intuito de tatear, pela organização estrutural das disciplinas sobre linguagem nas referidas grades, de que forma se destacaria o tema discurso. Os resultados gerados e a análise estão descritos em tópico à parte neste trabalho.

3. A COMUNICAÇÃO SOCIAL

3.1. Considerações sobre o campo

3.1.1. Das raízes do termo às várias categorias comunicativas

Para que possamos traçar, com certo didatismo, um elo preliminar entre o campo da Comunicação Social e o Lingüístico-Discursivo⁷, torna-se imprescindível neste trabalho definir qual o principal objeto de estudo do primeiro, a começar por uma discussão prévia sobre qual seriam as significações mais estáveis para o termo comunicação.

É inegável que ao pautamos a questão da comunicação, em sentido *latu*, estamos nos referindo a um espectro de múltiplas práticas, o que nos possibilita afirmar que o termo comunicação é, por isso, plurissêmico e suas possíveis definições estariam associadas aos mais díspares contextos⁸.

Além do mais, o termo comunicação é um dos “motores essenciais da civilização contemporânea” (DUARTE, 2003). É o que define desde as formas como intrapsiquicamente os sujeitos entendem seus processos mentais até as formas como a vida se organiza e se corporifica no coletivo.

Portanto, é aceitável que existam dúvidas naturais quanto ao que se entende pelo termo.

⁷ Neste capítulo, procuramos esboçar questões concernentes ao pensamento comunicacional contemporâneo com certo detalhamento proposital, por acreditarmos que todo e qualquer docente que tenha a missão de ensinar a temática *discurso* na graduação em questão precise de certo esclarecimento a esse respeito, fundamentalmente porque parece ser uma tendência, por exigência do MEC, que os professores de língua portuguesa (com formação em Letras) ocupem esta função.

⁸ Aqui a definição de contexto vinculada à idéia de situação de comunicação.

Como bem sentencia BOUGNOUX (1999:13)⁹, “*em parte alguma nem para ninguém existe a comunicação*”, pois o vocábulo recobriria um sem número de ações diferentes e indefinidamente abertas.

Tal diversidade se constituiria não só pelas várias acepções dadas ao vocábulo numa perspectiva histórica, mas como a um rol bem extenso de categorizações de tipos de comunicação, ambos em busca de circunscrever os vários usos possíveis para a palavra.

Apesar de tal plurissemia, um mapeamento preliminar sobre os usos mais recorrentes do termo se faz necessário, pois seria possível pressupor que “*o sentido de uma palavra não é resultado de uma escolha pessoal, mas de um espírito do tempo que o elege*”, como preconiza o físico David Bohn (*apud* DUARTE, 2003:43)¹⁰.

Faremos, portanto, uma breve genealogia do termo¹¹, a fim de delinear características que possam revelar, contemporaneamente, a complexidade da prática do comunicar.

⁹ BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às Ciências da Comunicação*. São Paulo: Edusc, 1999. Tradução de Maria Leonor Loureiro.

¹⁰ DUARTE, Eduardo. *Por uma epistemologia da Comunicação*. IN: LOPES, Maria Imacolata Vassalo de (org.). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003. É na obra “A totalidade e a Ordem Implícada - uma nova percepção da realidade” (São Paulo: Cultrix, 1980) que David Bohn apresenta tal assertiva.

¹¹ Preferimos adotar a nomenclatura **genealogia** ao termo **cronologia** ou **historicismo/ historicização**. Isto porque entendemos que cientificamente não se pode atribuir uma linearidade conceitual ao uso do termo em questão. É possível, portanto, fazer um mapeamento dos principais atributos semânticos dados ao vocábulo “comunicação” ou à “idéia de comunicar”. Para tais considerações, apoiamo-nos em FOUCAULT. Em capítulo intitulado “Nietzche, a genealogia e a história” da obra *Microfísica do poder* (1989,15-38), o filósofo-historiador aponta o termo “genealogia” como o capaz de marcar a “singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona” (p.15). Para FOUCAULT, a genealogia se opõe à história enquanto pesquisa da origem simplesmente. Mirando-se em Nietzche, o autor explica que buscar a origem das coisas, por si só, é “querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira” (p.17). FOUCAULT alega que o que se encontra no começo histórico não é a identidade que se preserva, mas a discórdia que há entre as coisas. Não está em jogo, nas categorizações genealógicas, o valor de VERDADE dos conceitos, mas os atravessamentos possíveis deste conceito nas várias amplitudes semânticas que culturalmente lhe são reveladas. É nesta perspectiva que proporemos um olhar sob o termo “comunicação”.

Como herança etimológica, apesar das reminiscências gregas¹², “comunicação”/ “comunicar” têm origem no latim *communicatio/communicare*, que traz, em sua primeira acepção, a idéia de “*atividade realizada coletivamente*” a partir do universo do cristianismo antigo¹³, nos mosteiros eclesiásticos.

De acordo com MARTINO (2002b:12), *communicatio* era vocábulo que designava a “*ação de comer em conjunto*” entre os monges que viviam em absoluto isolamento. Portanto, em suas primeiras utilizações, comunicação tinha o propósito de “*romper com o isolamento*”.

Nesta perspectiva, não é qualquer relação de troca que está implicada no ato de comunicar, mas toda aquela onde “*haja elementos que se destacam de um fundo de isolamento*”. Em segundo lugar, emerge nesta acepção “*a intenção de romper com o isolamento*” e, em terceiro, “*a idéia de uma realização em comum*” (MARTINO, *op. cit.*, 14). Portanto, comunicar, em sua origem primeira, não se postula no sentido de simples **troca de mensagem** (noção a que usualmente se associa a palavra), mas no sentido de **fazer romper aquilo que está isolado, não-comunicável**.

DEBRAY (1993) explica que é na França do século XIV que o termo comunicação ganha primeira “dimensão de uso”. Isto porque “*o universo medieval conhecia apenas o conceito de comunhão que supõe uma não-distância, uma simbiose não somente entre seus atores, mas também entre os médiuns e as mensagens*” (p.33).

¹² São os sofistas que vão, primeiramente, exercitar o uso da palavra e ensinar a arte da retórica, sem passar por preocupações conceituais para o termo comunicação: na retórica, o que vale é a arte de saber dizer em nome ou não da verdade. Em Platão, a idéia de comunicação surge como *participação* (é a relação dos seres sensíveis com as idéias). Mas tal sentido não implica em ter algo em comum, como futuramente se postulava. Posteriormente, Aristóteles revela a força da argumentação, atribuindo à retórica a idéia de “*todos os meios possíveis de persuasão*” (FRANÇA, 2001:52). Portanto, em meio a tantas definições e teorizações oriundas da cultura grega arcaica antiga, o COMUNICAR em si, como relação de troca, que implica relação entre emissores-receptores, não foi aventado.

¹³ Aponta-se aqui o antigo império romano, mais precisamente entre o século I a.C e o século I d.C.

Todavia, é à luz do pensamento descartiano, quando a Ciência Moderna substitui a Clássica na Europa pós-Idade Média (séc. XVI em diante), que se torna possível a noção de comunicação como “*relação entre consciências*” por meio de uma linguagem.

De acordo com Merleau-Ponty (*apud* DUARTE, 2003:47) é este sentimento de partilha que definiria a comunicação neste período, no sentido de ser o ato de “*construir com o outro um entendimento comum sobre algo*”.

Neste processo relacional entre consciências, não há anulação da experiência individual dos sujeitos, tendo em vistas que as consciências envolvidas num processo comunicacional permanecem individualizadas. Para o autor (*op.cit.*, 48), é deste princípio que a noção de comunicação implica em “algo comungável”, “partilhado”, “pertencente a todos que estão em relação”.

Todavia, foi o enciclopedismo europeu do século XVIII, ao instituir a ordenação sistemática e detalhista do conhecimento nos diversos ramos do saber, que reforçou a perspectiva relacional da comunicação, da mesma forma como a “nova retórica científica”, no século XX, conforme explica MARQUES DE MELO (2003: 104).

Este seria o **macro conceito atribuído ao vocábulo** em sua constituição. A partir de então, em termos taxionômicos, as categorias que puderam ser postuladas, em meio à contribuição de diversas áreas, atribuem três domínios ao comunicar: **a) entre seres brutos (matéria), b) orgânicos (seres vivos) e/ou humanos; c) entre humanos e/ou máquinas.**

Com relação aos chamados **seres brutos**, o sentido de comunicação é basicamente o de transmissão. Segundo MARTINO (*op. cit.*, 21), “*o mundo dos seres brutos poderia ser descrito como um grande diálogo a partir do agenciamento da matéria indi-*

vidualizada, ou da mecânica dos corpos físicos”. Os processos **de ação-reação** são, neste caso, **mecânicos**. Coube fundamentalmente à **Física e à Biologia** estabelecer estudos para esta correspondência.

Para as relações contingentes entre **seres orgânicos**, não se pode mais pensar somente no mecanicismo mencionado, já que o ser vivo interpõe o que é da ordem do orgânico. Ao invés de uma relação binária de estímulo-resposta, há a possibilidade de se retardar, adiar, suprimir e diversificar as respostas possíveis (*op. cit.*, 22). Há, por isso, um processo de seleção e interpretação. O organismo (ser vivo) tem papel mediador entre os processos de estímulo-resposta. Esta trilogia E-O-R teve perspectivas de estudo propriamente no campo da **Psicologia Behaviorista** e outras ciências interessadas em analisar objetivamente o comportamento dos seres vivos.

A **comunicação animal** seria uma vertente deste segundo grupo. Sobre este tipo de comunicação vale destacar as colocações de BENVENISTE (1995), ao teorizar sobre as relações entre comunicação animal e linguagem humana. O autor entende que não há como haver comunicação propriamente dita no mundo dos animais. Com exceção às abelhas, as quais, para o autor, apresentam um modo de comunicar-se especialmente pela dança:

“As abelhas mostram-se capazes de produzir e de compreender uma verdadeira mensagem, que encerra inúmeros dados. Podem, pois, registrar relações de posição e distância; podem conservá-las na memória; podem comunicá-las simbolizando-as por diversos comportamentos somáticos.” (p. 64)

O que BENVENISTE (*op.cit.*) acha interessante é a aptidão que as abelhas têm para manter uma “correspondência convencional” entre o seu comportamento e o dado que traduz: isto porque são capazes de informar à colméia a direção e distância das fon-

tes de pólen conforme a direção e o número de voltas de seus vôos (danças). Mas as abelhas, por exemplo, não conhecem o diálogo. Segundo o autor, esta será uma condição estritamente humana, daí se dizer que a comunicação entre as abelhas ocorra a partir de dados objetivos, não há dados lingüísticos nesta relação.

Já na perspectiva **do humano**, como já aventamos, prevalece a idéia inicial de “manter relação com”, diferentemente da comunicação nos níveis anteriormente explicados. São fundamentais, nesta perspectiva, a troca de códigos (através da transmissão de signos verbais ou não-verbais), e, por conseguinte, a troca de pensamentos, sentimentos, idéias, informações, gestos, imagens (de forma direta ou técnica por meio dos suportes).

Para este nível de comunicação, reforçou-se sobremaneira, durante muito tempo no discurso científico, a idéia de comunicar somente como o de “trocar informações”¹⁴, justamente porque no ato de comunicar haveria a transposição de mensagens de um pólo emissor a um receptor.¹⁵

A princípio, as diferenças entre informação e comunicação estariam centradas, segundo MARTINO (*op.cit.*), na hipótese de que a informação seria a parte propriamente material de uma consciência quando numa relação de troca com outra. Já a comunicação exprimiria a totalidade deste processo.

¹⁴ É a Teoria Matemática da Informação, de Shannon & Weaver, que dissemina esta perspectiva. Trataremos desta visão mais à frente.

¹⁵ Vale destacar, como veremos mais à frente, que a grande diferença desta perspectiva informacional para as formas de compreender a comunicação atualmente é que, nas teorias recentes, o comunicar assumiria aspecto também simbólico, em que os processos de intervenção se complexificam, tendo como elemento basilar a questão cultural.

Diferenças à parte, o autor citado aponta 3 classificações tangíveis para a comunicação humana: **a intrapessoal** (do indivíduo consigo mesmo), **a interpessoal** (do indivíduo com o outro) e **a grupal** (do indivíduo com o mundo¹⁶).

Apesar destas últimas categorias terem sido mais estudadas **pelas Ciências do Homem (Humanas e Sociais) em geral**, pesquisas sistemáticas sobre a comunicação interpessoal e grupal, envolvendo a utilização de linguagens verbais e não-verbais, constituíram-se como foco específico das **Ciências da Linguagem**, mais precisamente da **Linguística**.

Há ainda a comunicação pensada em seu aspecto cibernético, perspectiva que deu margem às teorias sobre **comunicação artificial**. KLAUS (*apud* SANTAELLA, 18) definiu, em seu dicionário de cibernética, comunicação como “*a troca de informação entre sistemas dinâmicos capazes de receber, estocar ou transformar a informação*”.

Pelo princípio da cibernética, a comunicação é possível entre máquinas e máquinas e entre homens e máquinas. Pelas idéias de Norbet Wiener, fundador desta disciplina, a comunicação é o princípio da simples transmissão de sinais a serem decodificados. Segundo POLETAJEW (*apud* MASER, 202):

“Sistemas cibernéticos são aqueles em que atuam sinais, em que se consideram a coleta de informação, suas transformações, seu transporte, seu recebimento, seu armazenamento, sua reelaboração ou utilização (...)”.

Atos comunicativos seriam, por isso, sistemas cibernéticos¹⁷, porque “*tornam eficazes as atividades, são dinâmicos, são reguláveis e procuram atingir, em face de*

¹⁶ A princípio trabalharemos, para não haver confusões conceituais, com a idéia de que há um mundo exterior, passível de ser representado pela linguagem. Em capítulos futuros, mostraremos posicionamentos mais atualizados a respeito desta premissa.

determinados objetivos, determinados efeitos”. (MASER, *idem*). São ícones deste teorema SHANNON & WEAVER¹⁸ (*apud* SANTAELLA), que definem comunicação como os “*procedimentos pelos quais uma mente pode afetar outra*” (p.18).

Um quarto tipo de comunicação será tomado como pano de fundo para o objeto central de nossa tese: **a Comunicação de Massa**.

Podemos dizer que a Comunicação de Massa, a princípio, pode ser caracterizada como um fenômeno de comunicação grupal, agenciado por suportes técnicos ou eletrônicos. Neste sentido, em certa instância, envolve também a comunicação artificial, já que faz uso de máquinas para promover as relações comunicativas.

A partir da Segunda Revolução Industrial (séc. XIX), e conseqüente explosão demográfica dos grandes centros urbanos europeus, novas realidades se arregimentam para pensar o sistema social. Aparece, nesta conjuntura, o mercado (como entidade abstrata ligada à prática do trabalho) pautando novas formas de organização coletiva.

MARTINO (1998) explica que, neste período, tanto os laços de sangue como os valores tradicionais já não mensuram o valor do indivíduo na coletividade, como o faziam em tempos anteriores (notavelmente nas sociedades feudais/ pré-industriais) porque aqui já não se pressupõe mais a idéia de COMUNIDADE, mas de SOCIEDADE:

“De estrutura muito mais complexa, a organização em forma de Sociedade pressupõe o convívio de uma multiplicidade de comunidades, que por vezes chegam a se recobrirem parcialmente, e cuja for-

17 Vale destacar que a teoria cibernética serviu de suporte teórico para as chamadas Teorias da Informação, o que garantiu o aparecimento, na década de 70, da Robótica e da Informatização.

18 A Teoria Matemática de SHANNON & WEAVER (1948) será explanada mais à frente. Também são importantes nesta relação entre comunicação - cibernética os teóricos da Escola de Palo Alto, cujo expoente maior foi o antropólogo Gregory Bateson. Nesta escola, os princípios da cibernética levam a estudos que fundam modelos circulares de comunicação.

ma é dada, em grande parte, pela divisão do trabalho social, mas que não se restringe a ela. Trata-se, de um aglomerado de comunidades mais ou menos efêmeras, que refletem, na realidade, as múltiplas associações circunstanciais que o indivíduo estabelece ao longo de suas relações com grupos locais (trabalho, vizinhança, escola, círculo de amizades...) no processo de formação de sua identidade.” (p.3)

É desta idéia que emerge uma outra: a noção de MASSA (ou DE SOCIEDADE DE MASSA), o que justifica o aparecimento dos VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA¹⁹ (estes últimos como focos altamente desejáveis pelos estudos em Comunicação Social).

Na visão de BELTRÃO & QUIRINO (1986:27) pode-se definir massa como “*grandes quantidades de indivíduos, não integrantes de qualquer agrupamento social, incluindo as classes*”.

A primeira noção de “massa” se arregimenta teoricamente numa concepção amparada pela idéia de que os indivíduos não precisam se conhecer para serem enquadrados em grupos de consumo e de estereótipos sociais. A sociedade de massa é a mensuração possível para as identidades sociais, e é por ela que surge um outro conceito: o da SOCIEDADE DE CONSUMO (com maior evidência no emergir do século XX).

BELTRÃO & QUIRINO (*op. cit.*, 32) assim comentam: “*os indivíduos... podem pertencer a classes ou profissões muito diferentes, habitar a grandes distâncias uns dos outros, mas estão unidos por uma comunidade de situação*”. Segundo os autores, são marcas típicas desta SOCIEDADE DE MASSA:

“ (...) vastas aglomerações, constituídas de gentes heterogêneas étnica, cultural e/ ou socialmente, distribuídas em extensos territórios

¹⁹ O conceito de mídia é também contemporâneo a este. Na introdução deste trabalho, sentenciamos certa intercambialidade na utilização das nomenclaturas *mídia, meios ou veículos de comunicação, mass media e dispositivos midiáticos*. Todavia, vale destacar que especificamente o termo “mídia” pode configurar-se por outras acepções, não conotando somente o sistema técnico de difusão das mensagens.

metropolitanos e dedicadas a atividades diversificadas e de caráter técnico. Essa massa tem condições de vida similares e centros de interesses comuns, circunstâncias que lhes conferem nivelamento social e maiores facilidades à existência”. (p.32)

Veremos, mais à frente, que o surgimento e edificação do campo comunicacional, enquanto disciplina delimitada por seus objetos, se define não só pela apropriação dos dois conceitos citados (SOCIEDADE DE MASSA E DE CONSUMO), como pelos estudos de duas escolas do pensamento que lhe deram certa configuração: *as pesquisas norte-americanas* (administrativas) e *as pesquisas européias afiliadas à teoria crítica*.

3.1.2. Os modelos comunicativos em questão

Assim como surgiram teorias que edificaram a ciência da Comunicação Social, como veremos mais à frente, tal campo também se apropriou de modelos que puderam orientar, ordenar, explicar e sistematizar cientificamente os atos ou processos comunicativos.

Os três primeiros modelos que iremos apresentar tiveram como base somente a linguagem verbal e o tipo de comunicação humana ou artificial, já que os primeiros estudos, neste caso, oriundos da primeira metade do século XX, ainda não previam paradigmas que abarcassem a comunicação massiva. Os outros dois modelos já enquadram as atuações midiáticas e respectivas formas de produção comunicativa.

Tendo como referência a categorização adotada por SANTAELLA (2002), elencamos, assim, cinco (5) perspectivas de análise²⁰:

- 1) **Os modelos lineares:** centram-se na perspectiva de que comunicar seria reproduzir em um ponto dado, de maneira exata ou aproximativa, uma mensagem selecionada em outro ponto. A linearidade do processo residiria justamente nos dois pólos que demarcam a origem e o fim do processo de transmissão de sinais. As teorias afiliadas a estes modelos seriam a “**Teoria da Ecologia Humana**” de Abraham Moles (1958) e a “**Teoria Matemática da Informação**” de Shannon & Weaver (1949).
- 2) **Os modelos circulares:** centram-se na perspectiva do retorno ou do *feedback* informacional, na relação entre o núcleo constante emissor-

²⁰ A autora aponta sete modelos. Dois deles foram excluídos de nossa exposição: **os modelos interativos e cognitivistas**. Entendemos que tais classificações não denotam os tipos de estudos desenvolvidos recorrentemente para a comunicação social.

mensagem-receptor. São exemplos deste princípio, o “**Circuito da Fala**”, idealizado por Saussure (1916)²¹, a “**Teoria dos Sistemas**”, disposta por BERTALANFFY (1933)²² e a “**Teoria da Circularidade da Escola de Palo Alto**”.

- 3) **O modelo lingüístico funcional:** refere-se à “**Teoria das Funções da Linguagem**” proposta por Roman Jakobson (1962) e o foco na referencialidade da mensagem (de onde são extraídas as funções da linguagem).
- 4) **O modelo semiótico- informacional :** põe ênfase na questão da significação ou da produção de sentido. Tem como principal teórico Umberto Eco (1972) e sua proposta semiótica de estudo da comunicação. O foco deste modelo seria o mecanismo de reconhecimento e de atribuição de sentido. Em vez de denotar o processo comunicacional como um mecanismo simplista de transferência de informação, a idéia de negociação de sentido é colocada como condicionante nas relações estabelecidas entre sujeitos emissores e receptores. Nesta perspectiva, a idéia de “contrato de leitura”²³, como princípio de cooperação entre os actantes do processo, postula-se como critério central.
- 5) **O modelo semiótico-textual:** é um desdobramento do modelo semiótico-informacional. Como diferencial, destaca-se o aspecto cultural no processo de recepção de mensagens. As mediações culturais seriam fatores componentes de interpretação das mensagens (este seria um foco embrionário das Teorias da Recepção).

²¹ A bibliografia utilizada, neste trabalho, correspondente à obra é de 1996. Ver em referências bibliográficas.

²² Da mesma forma, a referência desta obra, no original, é: BERTALANFFY,

²³ O termo “contrato de leitura” é utilizado no mesmo sentido nas obras de Eliseo Véron.

Na tabela abaixo apresentamos um resumo de tais modelos:

MODELOS LINEARES	
TEORIA MATEMÁTICA DE SHANNON E WEAVER (1948): transmissão de sinais entre codificador e decodificador. A existência do ruído físico como um elemento interveniente. O pressuposto da neutralidade das instâncias emissora e receptora.	Comunicar é transmitir sinais
TEORIA DE ABRAHAM MOLES (1958): desenvolveu a teoria da “ecologia da comunicação” sob a influência de Shannon (Teoria Matemática) e Norbet Wiener (cibernética).	A informação é matéria-prima comunicar é interagir no sentido biológico: os sujeitos reagem entre si em um dado tempo e território
MODELOS CIRCULARES	
O CIRCUITO DA FALA DE SAUSSURE (1916): descreve o caminho dos sinais acústicos como um fluxo de informação em duas direções: do emissor para o receptor e de volta ao emissor.	Comunicar é dialogar
TEORIA DOS SISTEMAS (1933): fundada pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy, trouxe o conceito de <i>feedback</i> , como o monitoramento e adaptação que o emissor faz de sua própria mensagem, através da observação do efeito desta no receptor.	Comunicar é uma atividade funcional
TEORIA DA CIRCULARIDADE NA ESCOLA DE PALO ALTO (1942): baseada na cibernética de Norbet Wiener, a Escola de Palo Alto acredita não ser possível a não-comunicação. Pressupostos: a essência da comunicação reside em processos reacionais e interacionais; todo comportamento humano tem valor comunicativo; há uma lógica na comunicação. Para além da ação verbal, está a gestualidade e o olhar. A análise do contexto se sobrepõe à análise do conteúdo.	Comunicar como um processo social permanente, global, levando em conta os vários contextos
O MODELO LINGÜÍSTICO-FUNCIONAL	
A PROPOSIÇÃO DE JAKOBSON (1960): Jakobson incorporou novos elementos ao processo comunicativo através das funções da linguagem. Atribuiu papéis à mensagem, dando-lhe funções: emotiva (emissor), referencial (assunto), conativa (receptor), poética (mensagem), metalingüística (código) e fática (canal).	Comunicar é ativar as funções da linguagem
O MODELO SEMIÓTICO-INFORMACIONAL E SEMIÓTICO-TEXTUAL	
Tendo como teórico principal Umberto Eco (1972), valoriza o mecanismo de reconhecimento e atribuição de sentido. O código é responsável pelo funcionamento dos fatores semânticos. Há regras para se interpretar, atreladas ao sistema sócio-cultural. Os receptores recebem um conjunto de práticas textuais oriundos da cultura. Releva-se aí o papel das mediações culturais.	Comunicar é negociar sentido

Dos cinco tipos de modelos elencados, não poderíamos deixar de mencionar a relevância dos dois últimos (semiótico-informacional e textual), como basilares no entendimento da assimetria nas relações entre emissão e recepção e, especificamente, a referencialidade acadêmica da **Teoria Linear de SHANNON & WEAVER** (1948) e da **Teoria Lingüístico-Funcional de JAKOBSON** (1949).

A primeira delas, a TEORIA MATEMÁTICA DA INFORMAÇÃO, através dos engenheiros americanos SHANNON & WEAVER, cunhou, pela primeira vez os termos codificação-decodificação para explicar o processo mecânico-acústico de troca de sinais entre dois pólos.

Vários teóricos concordam em atribuir a esta teoria o começo de muitas outras: talvez possamos até categorizá-la, neste sentido, como “fundadora”. Autores importantes neste campo, como WESTLEY & MECLEAN (1957), FEARING (1953) e SCHRAMM (1954)²⁴, fizeram uso desta perspectiva, ampliando e complexificando o modelo, respeitando, contudo, o esquema origem-fim.

Apesar de estar centrada na linearidade, o que reduziria o modelo a uma atividade de mera transposição de sinais, a Teoria Matemática foi a primeira a organizar um “sistema geral de comunicação” (MATTELART & MATTELART, 1999).

Trata-se um esquema linear e mecânico cuja gênese matemática impede aflorar uma visão mais complexa do sentido de comunicar. São pólos de transmissão (codificador-decodificador), pautados em uma fonte de informação, que produz uma mensagem em sinais, para torná-la transmissível, através de um canal. Nesta perspectiva, poder-se-

²⁴ São todos pesquisadores americanos da década de 50. Respectivamente: WESTLEY, B., MAC CLEAN, M. *A conceptual model for Communication Research*. Journalism Quartely, n.34, 1957. FEARLING, F. *Toward a Psychological Theory of Human Communication*. Journal of Personality, n.22, 1953. SCHRAMM, W. *How communication Works*. In: The Process and Effects of Mass Communication. Illinois Press, 1954.

ia delinear o custo de uma mensagem e perceber os níveis de perturbações aleatórias externas (ruídos) que pudessem interferir no processo de transmissão.

Este princípio faz da comunicação um mecanismo estocástico, ou seja, capaz de ser afetado por meios aleatórios. Se o caminho da transmissão não sofrer interferência de ruídos externos (no plano oral, por exemplo, barulhos que impeçam o emissor ouvir; no escrito, uma mancha no papel impedindo a leitura), ela será bem-sucedida e a comunicação estará estabelecida.

A Teoria Matemática é também um dos paradigmas avaliados pela lingüística de Jakobson (1896-1982). MATTERLAT & MATTERLAT (2004: 74) comentam a este respeito:

“Desde 1952, o lingüista Roman Jakobson vê na teoria da informação uma ferramenta essencial para a constituição da ciência lingüística. A seus olhos, essa teoria oferece aos lingüistas, com aliás aos antropólogos, observa ele, uma modelização que lhes permite pensar sistemas (sistemas lingüísticos e de parentesco) e melhor compreender a dimensão sincrônica”.

Os termos “código” e “mensagem”, por exemplo, são inspirados no que Jakobson chamou de “Teoria da Comunicação”. Na obra *Linguistique et Poétique* (1963) Jakobson faz uma análise de aplicabilidade da perspectiva matemática. Cita, inúmeras vezes, as correspondências explícitas entre as propostas teóricas dos “engenheiros da comunicação” e a Lingüística Estrutural. Nas palavras do lingüista:

“(…) devo confessar que os conceitos de código e mensagem introduzidos pela teoria da comunicação são muito mais claros, muito menos ambíguos, muito mais operacionais do que tudo o que nos oferece a teoria tradicional da linguagem para exprimir esta dicotomia”. (p.22)

Pautado pelas discussões flamejantes com os “formalistas” do “Círculo Lingüístico de Praga”²⁵, Jakobson esboçou (ao nomear as funções da linguagem), com mais completude o “ATO DE COMUNICAÇÃO”, também conhecido pelos estudos clássicos semióticos como “PROCESSO COMUNICATIVO”, restringindo a comunicação humana **ao ato da transmissão da informação** (emissor ⇒ receptor). É o que o autor intitulou, no início de suas especulações teóricas, de “**comutação de código**”.

Para formular estes postulados, Jakobson utilizou-se também de ingerências preceituais da Antropologia, Filosofia e Literatura, já que o eclético lingüista embrenhou-se em pesquisas que perpassaram por leituras nestes campos, o que talvez também tenha facultado o encaixe desta perspectiva para os estudos em Comunicação²⁶.

Foi o primeiro lingüista a usar o termo “estrutura”, sistematizando, por conseguinte, **as regras de funcionamento da linguagem**.

Apesar de estar embasado nos ditames estruturalistas²⁷, Jakobson mostrou-se, ainda, um embrionário observador da interação humana, nos parâmetros de descrição dicrotianos e bakhtinianos, no que diz respeito ao fenômeno do DIALOGISMO²⁸.

Reflexos destas pressuposições constatam-se quando o lingüista diz: “*qualquer discurso individual pressupõe uma troca*” (p.22). Ou até mesmo indicia o jogo argumentativo/ performativo da enunciação ao asseverar:

“Quando fala a um novo interlocutor, a pessoa tenta sempre, deliberada ou involuntariamente, alcançar um vocabulário comum: seja pa-

²⁵ Sobre os formalistas russos, ver em 4.2.1.1.

²⁶ Com a Segunda Guerra Mundial, Jakobson migra para os Eua e convive, amistosamente, com Claude Lévi-Strauss (1942).

²⁷ Discutiremos mais o papel do estruturalismo no capítulo seguinte.

²⁸ Trataremos deste conceito no capítulo seguinte.

ra agradar, ou simplesmente para ser compreendido ou, enfim, para livrar-se dele, empregam-se os termos do destinatário”.

Algumas obras clássicas da comunicação seguiram a perspectiva desta teoria. Como teóricos referentes podemos citar VANOYE (1977) e BERLO (1979).

Em VANOYE (*op.cit*), num tratado intitulado “Usos da Linguagem”, garante-se a plena retomada do modelo jakobsoniano, ampliado a conceitos que englobam a dicotomia fala/escrita, níveis de linguagem, funções da linguagem, problemas entre linguagem e comunicação, etc. Já em BERLO (*op.cit*), salientamos a consolidação da idéia de processo, usando como paradigma os 6 elementos que o compõem.

Retomando a questão da categorização dos modelos comunicacionais, podemos associá-los tanto a uma abordagem mais simplista (perceptível nos modelos lineares, circulares e lingüístico-funcional), para uma complexificação deste processo, em que se levam em conta os contextos sócio-culturais de produção da mensagem (modelo semiótico-informacional e textual) e os papéis sociais de emissores e receptores.

A este respeito, BACEGGA (1998) categoriza o primeiro grupo como o das teorias mecanicistas, justamente por evidenciar uma certa automação para explicar o funcionamento da comunicação. Acredita-se, por esta via mecânica, que a comunicação de fato se estabelece ou a mensagem torna-se bem sucedida através da simples utilização de um processo de transposição de códigos, que envolva um sistema de decodificação e compreensão de sujeitos (meros transpositores) participantes num determinado processo.

São, em certa medida, perspectivas já ultrapassadas porque difundem a ilusão de uma sociedade transparente, em que tudo pode ser dito e explicado somente pela linguagem (garantido pelo bom uso de determinado código/idioma). Partem de uma visão tota-

litária deste processo, a partir destes modelos considerados atualmente incapazes de levar em conta a não-linearidade do agir comunicacional.

Ocupadas em observar a transmissão do retorno das mensagens produzidas, estas teorias desconsideram os diversos condicionantes para a construção do sentido. Deixam de fora o simbólico, o ideológico, o subentendido e tantos outros elementos já considerados relevantes na análise dos processos comunicacionais contemporâneos.

Tendo como pressuposto a idéia de que, notadamente, os actantes do processo de comunicação não são tidos mais como meros transpositores de mensagens, os estudos comunicacionais (anos 70 em diante) saíram em busca de novos paradigmas, alicerçados na crença de que há elementos extralingüísticos e fatores culturais que norteiam a produção de sentido no uso da linguagem.

Os novos modelos, diferentemente, já comprovam que mesmo quando dois (ou mais) indivíduos interagem no processo comunicacional, dispendo de um mesmo código, falando o mesmo idioma e compartilhando do mesmo campo lexical e gramatical, não existem garantias da construção de um **sentido estável na atividade lingüística**. Por isso, concebem como possibilidade a **assimetria** do ato de comunicação.²⁹

É neste sentido que algumas teorias comunicativas fazem uso do conceito de “contrato de comunicação”.³⁰

LOPES (2002) é um dos autores que explica tal conceito. Considera-se, nesta expressão, a idéia de que a comunicação sempre foi um contrato entre as partes, já que os actantes

²⁹ É nesta assimetria inclusive que residem os laços que unem as teorias discursivas às modernas teorias de comunicação.

³⁰ Veremos, mais a frente, que a Semiologia Discursiva também faz uso desta nomenclaturização com propósito semelhante.

envolvidos numa troca comunicacional estão inseridos num quadro de cultura prévia. Tal pactuação pode ocorrer em termos formais (em que papéis sociais já se encontram pré-estabelecidos) ou informais (em que os papéis sociais se definem ao longo da interação, ocorrem em processo de montagem).

Por isso, mensagens podem circular de modo desigual alcançando os sujeitos de forma diferente. Da mesma forma, de acordo com LOPES (*idem*, p.3), os contratos podem ser “*mantidos, repactuados, alterados, como podem ainda não existir, quando se referem a processos comunicacionais ainda embrionários*”.

Para o autor, seriam três os elementos mais elementares que o compõem: *o comportamento social, as manifestações discursivas e o sistema de crenças dominantes em cada época*. Tais contratos dependeriam essencialmente do meio utilizado para a emissão, transmissão e recepção de mensagens, do grupo sociocultural onde é pactuado e do contexto social, histórico e cultural de sua existência.

Tendo a idéia de contrato, portanto, como uma tônica do pensamento acadêmico neste campo, o conceito de comunicação reconfigura-se e passa a denotar os parâmetros negociados no processo de significação de mensagens.

No item 3.1.4., veremos de que forma se estruturam os estudos que redefinem o lugar da comunicação social, nesta perspectiva.

3.1.3. Aspectos Delimitatórios: breve discussão

Como vimos anteriormente, definir o sentido do termo comunicação não é simples. Não seria igualmente fácil postular o que é do escopo e da ingerência do que se designou cientificamente como campo da **Comunicação Social (CS)**.

Delimitar o que é pertencente a este segmento, na tentativa de mapear com clareza e definição o seu objeto científico, tem sido uma preocupação precípua dos que estudam esta disciplina. Reflexões sobre a natureza interdisciplinar deste campo também são fomentadas, na tentativa de verificar os empréstimos de outras áreas, configurando seu próprio limite de investigação.

FRANÇA (2001) é uma das autoras que problematiza sobre a possibilidade de se definir tal questão. Para a pesquisadora, o objeto da Comunicação tende a se confundir com o objeto de outras ciências. Conforme aponta a autora “*a teoria ou as teorias da comunicação são o resultado e a sistematização dessas inúmeras e distintas iniciativas, com pretensão científica, de conhecer a comunicação*” (p. 47).

Neste sentido, definir com precisão o objeto (ou objetos) da comunicação constitui-se uma tarefa penosa, justamente pelas inúmeras possibilidades presentes no estudo dos próprios meios de comunicação.

Para FRANÇA, não são os “*objetos comunicativos do mundo*” que devem ser estudados por tal campo; estes inclusive, por conta de nossas interações interpessoais e pela exposição permanente da mídia, são-nos absolutamente familiares. É preciso, segundo a autora, traçar mecanismos científicos e metodológicos que permitam identificá-los e conceituá-los.

Quanto à questão interdisciplinar, BACCEGA (2002:20) explica que foi da natureza do campo comunicativo, em sua constituição, passar por um momento de *metassignificação*, já que, enquanto disciplina, saiu de um domínio de origem e passou a se adequar em outro, além de ter que se compor, enquanto tal, encontrando-se justamente como outras disciplinas que a fomentaram, dialogando com elas e reconstruindo-se a partir delas.

É válido destacar que tal *metassignificação* tem bases na grande influência e apropriação da área das Ciências Sociais³¹ sobre a Comunicação Social. Há estudiosos que inclusive mencionam o caráter não divisível entre as Ciências Sociais e a Comunicação Social. VASSALO DE LOPES (2001: 113) é uma das autoras que acredita nesta possibilidade:

“Para o campo da comunicação social, este pode ser um contexto privilegiado, a ser positivamente apropriado, uma vez que também os seus limites disciplinares são colocados em contestação, exigindo assim um olhar crítico sobre o passado da sua prática de pesquisa.”

Há ainda autores como LOPES (2002: 2) que destacam a plena inserção da Comunicação no quadro das Ciências Sociais:

“Normalmente dizemos que a comunicação, por vezes grafada com “C” maiúsculo, não tem objetos ou metodologias próprias. Em outros casos, apresentamos soluções metodológicas e definimos objetos com algum grau de precisão. Não raro, aceitamos ou divergimos **da idéia ‘oficial’ de que ela faz parte das ciências sociais aplicadas**, fortemente baseada no fato de que preparamos, no ensino de graduação, pessoas que vão exercer profissões tais como a de jornalista, publicitário, relações públicas, assessor de imprensa, profissionais das diversas áreas do cinema, de algumas das funções vinculadas às tecnologias dos computadores etc”.

³¹ De acordo com o *Dicionário de Ciências Sociais* (Fundação Getúlio Vargas, 1987), as Ciências Sociais seriam o “conjunto de disciplinas que tentam, de forma objetiva, estudar os sistemas e as estruturas sociais, os processos políticos e econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes, com a finalidade de fundamentar um corpus de conhecimentos passíveis de verificação”. (p.184). Ainda a partir da definição do dicionário, as principais Ciências Sociais seriam a Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Psicologia Social, a Economia e a Demografia. Consideramos as quatro primeiras de maior influência sobre o campo da Comunicação Social.

Inserções à parte, a questão da natureza interdisciplinar do campo comunicacional é o que lhe dá certa corporificação diferenciada e é inclusive o elemento que imprecisa o seu objeto: daí ser considerado um campo em construção, não-acabado, o que não significa que tal campo não possa ser, mesmo que superficialmente, delineado.

Portanto, como espaço de encontro de fronteiras – de natureza lingüística, biológica, matemática, psicológica, filosófica, antropológica, sociológica, etc. – a comunicação social conforma seus objetos quando estabelece a existência das mídias como parâmetros de análise.

De natureza teórica ou empírica, os estudos comunicacionais acabaram se configurando como estudos dos meios, seja no estudo isolado de cada médium³², e suas repercussões sociais, seja no sentido de comparar tais meios.

Em termos gerais, tais estudos, de acordo com MARQUES DE MELO (*op.cit.*) se configurariam a partir de duas vertentes: uma de *natureza midiológica* e outra *midiática*.

A de *natureza midiológica* ocupar-se-ia em sistematizar teorias e metodologias centradas nos “*processos de geração e transferência de conhecimentos relativos aos fenômenos comunicacionais de massa e suas inter-relações com os fenômenos de comunicação interpessoal ou grupal.*” (p.113)

Já a de *natureza midiática* levaria em conta as “*evidências sobre os processos de produção, difusão, recepção e retroalimentação de mensagens mediadas por tecnologias de largo alcance ou de porte industrial.*” (p.114)

³² Como meio, suporte.

Em meio a esta dupla categorização, podemos afirmar que qualquer temática social pode ser tratada a partir das retóricas midiáticas (como esfera de observação), desde que o enquadre seja apropriado às delimitações propostas.

Um exemplo. Podemos dizer que o estudo da *religiosidade como fenômeno cultural* seja objeto de avaliação das ciências sociais, principalmente da **Sociologia/ Antropologia**. Em contrapartida, *a representação social da religiosidade na telenovela* já passa a ser objeto de observação do campo da CS, já que estamos tratando de um gênero acessível por uma mídia eletrônica, com reverberação massiva.

Estudar o *comportamento humano*, em termos gerais, seria preocupação epistemológica da **Psicologia**. *As formas de expressividade do comportamento humano nas mídias atuais* seria foco da CS.

Analisar *a conversação face-a-face e as formas de interação* produzidas pela linguagem é, sem sombra de dúvidas, objeto da **Linguística** e de algumas teorias discursivas (como a **Análise da Conversação**). Entender *as formas de diálogo produzidas nas salas-de-bate-papo, no ciberespaço, passa a ser de responsabilidade da comunicação social*.

O *conceito de verdade como epistême* é alvo de estudo da **Filosofia**. *A noção de verdade como pressuposto para a consolidação histórica da retórica jornalística* já se estabelece como foco de interesse da CS.

É perceptível, portanto, certo mapeamento, certa territorialização, capaz de restringir os tipos de estudos cabíveis neste espaço, concendendo-lhe, assim, uma conformação própria (sem perder de vista o desejável intercâmbio disciplinar).

Podemos, por isso, afirmar que, em princípio, a comunicação social pode ser estabelecida como um espaço expressivo de pesquisa, com espectros de observação reguláveis, o que permite a utilização de metodologias, com o fim de obter resultados controláveis para o enquadramento científico.

Dadas as proposições efetuadas, podemos explicitar que os estudos nesta área atualmente se estruturam, segundo SANTAELLA (2002: 84-89), a partir **de cinco territórios:**

1. O TERRITÓRIO DA MENSAGEM E DOS CÓDIGOS: pensa-se aqui de que forma se efetua a mensagem e como se dá o seu acesso objetivo nas construções discursivas midiáticas. Estão previstas, neste território, as pesquisas referentes às linguagens, discursos, sistemas e processos cênicos das mais diversas ordens (biológicos, corporais, lingüísticos, gestuais, sonoros, visuais, hipermidiáticos, etc.) Estão também previstos os estudos sobre os efeitos de sentido, a gramaticalidade do código e o relacionamento entre os signos.

2. O TERRITÓRIO DOS SUPORTES/ MEIOS DE PRODUÇÃO DAS MENSAGENS: leva-se em conta o modo como as mensagens são produzidas. Estudam-se aqui prioritariamente os meios técnico-eletrônicos de produção de imagens, som, escrita (jornal, foto, cinema, televisão, vídeo, etc.) e mídias digitais. Quais são as características destes suportes, o que define cada meio, proposição cognitiva-sensorial e a sua historicidade.

3. O TERRITÓRIO DO EMISSOR OU FONTE DE COMUNICAÇÃO: leva-se em conta aqui quem produz a mensagem midiática. Tais sujeitos discursivos-sociais estariam inseridos em organismos, máquinas, sistemas, instituições, organizações, corporações? Que tipo de intervenções econômicas, ideológicas, mercadológicas, políticas, culturais, psíquicas interferem nas enunciações postuladas? O sujeito falante é senhor do seu discurso?

4. O TERRITÓRIO DO DESTINO OU RECEPÇÃO DA MENSAGEM: pensa-se aqui nas mediações sociais, culturais, psíquicas e sígnicas existentes no processo de recepção midiática; os possíveis efeitos sofridos pelo receptor e as relações de influência. Como o receptor interfere e transforma as mensagens que recebe? Como negocia e interage com as mensagens?

5. O TERRITÓRIO DO CONTEXTO COMUNICACIONAL DAS MENSAGENS: pensa-se aqui a situação comunicativa em geral. Aqui leva-se em conta a representação da mensagem, os interesses ideológicos e os vários tipos de relações da mensagem com seu contexto representativo – os conteúdos possíveis. Para SANTAELLA (*op.cit.*), existem **quatro dimensões para o contexto: dimensão física** (ambiente tangível e concreto no qual a comunicação ocorre); **dimensão cultural** (refere-se às regras e normas dos comunicadores, crenças e atitudes transmitidas); **dimensão sócio-psicológica** (diz respeito aos papéis sociais desempenhados pelos sujeitos) e **dimensão temporal** (incurção do processo comunicativo no tempo histórico).

Estes territórios, para a autora, devem ser mantidos em interface, a fim de complexificar as relações entre o núcleo constante da comunicação, a tríade **emissão-mensagem-recepção** midiáticos.

É, portanto, princípio metodológico para a área de Comunicação Social, atualmente, que, ao se escolher um fenômeno comunicativo para ser analisado cientificamente, seja necessário hierarquizar um dos territórios citados, sem desconsiderar os outros, como forma de levar em conta o maior número de variáveis controláveis para os estudos neste campo.

3.1.4. Processos de territorialização

Em termos históricos, o campo da comunicação social se constituiu como tal em meados do século XX, oriundo principalmente, como constatamos anteriormente, das Ciências Sociais (Antropologia/ Sociologia/Ciências Políticas) que alavancaram e deram materialidade ao que *a posteriori* (a partir dos anos 50) se identificou como território da Comunicação Social.

Nesta conjuntura, foram os sociólogos e antropólogos americanos e europeus do início do século mencionado, representantes de algumas escolas do pensamento, os primeiros a trazer à tona os estudos comunicativos.

Tendo como mídias vigentes o impresso e rádio (formais), cinema e indústria editorial (informais), as principais escolas opositoras que promoveram estudos neste campo foram respectivamente: *A Escola de Chicago* e *a Escola de Frankfurt*.

Ambas propuseram construtos teóricos que colaboraram para fazer surgir outras pesquisas, posteriormente, cujo objeto de avaliação repousaria sobre o papel das mídias no cenário social.

A primeira escola preocupou-se basicamente em tecer avaliações e categorizar os tipos de efeitos gerados pelas ações midiáticas, mais precisamente na primeira metade do século XX. A segunda preocupou-se em tecer severa crítica às ações midiáticas, destacando, em perspectiva fatalista, o teor degradador da cultura de massa.

Alguns integrantes da Escola Sociológica de Chicago³³ (e os estudos da ecologia humana) e, seguidamente, a linha do *mass communication research*³⁴ são os que primeiramente alicerçam, a partir de diretrizes funcionalistas, estudos sobre as práticas comunicativas midiáticas.

De acordo com MATTELART & MATTELART (1999), a Escola Sociológica de Chicago começa a se interessar pelo objeto comunicação de massa quando, um de seus membros, Robert Park (1864- 1944) passa a observar como objeto científico as cidades americanas no período entre guerras, salientando-as como “laboratório social” (p.30).

Conforme explicita o Dicionário de Ciências Sociais - FGV (1987: 625), a Chicago dos anos 30, entre guerras, “*foi marcada por uma rápida industrialização, pelo desenvolvimento de grupos monopolistas, pelo surgimento do movimento trabalhista, por uma forte corrente migratória e a conseqüente formação de grupos étnicos*”. Todos estes acontecimentos permitiram fazer da cidade um excelente laboratório de observação social.

Baseando-se nas relações analógicas entre mundo vegetal e animal, de um lado, e o mundo dos homens, de outro, típicas dos estudos sobre ecologia humana, Park passou a apropriar-se de nomenclaturas como “competição”, “processos de dominação” e “processos de sucessão” para explicar a vida urbana. Em meio a estas formulações, começou a estudar, por metodologia etnográfica, a função assimiladora dos jornais em

³³ É válido esclarecer que a nomenclatura Escola Sociológica de Chicago não se restringe aos estudos realizados em um departamento da Universidade de Chicago (EUA). Refere-se a uma corrente funcionalista sociológica, que edificou vários tratados sobre pesquisa sociológica coletiva no século XX. Retomaremos seus postulados, mais à frente quando formos tratar do interacionismo simbólico em 4.2.2.2.1.

³⁴ Nomenclatura que designa uma corrente de pesquisas realizadas nas universidades americanas sobre os *mass media* nos anos 30 a 80.

contexto urbano e o conseqüente profissionalismo do jornalismo, pautando as diferenças entre a “prática jornalística” e a “propaganda social”.

Já na perspectiva do *Mass Communication Research* elencam-se cinco correntes de estudos: (1) a teoria hipodérmica, (2) a teoria empírica-de-campo, (3) a teoria empírico-experimental ou dos efeitos limitados (*two step flow*), (4) a teoria funcionalista dos sistemas sociais e (5) a teoria dos usos e gratificações.

Segundo WOLF (2001), principais autor a ordenar fundamentos e este respeito, as três primeiras teorias foram formuladas nos anos 30/40, propuseram-se a realizar estudos a curto prazo, e basearam-se na tríade **MANIPULAR - PERSUADIR - INFLUENCIAR**, para explicar a força retórica e o poder de mobilização das mídias da época, atribuindo aos suportes midiáticos um valor positivado, no sentido de “conseguir o alcance desejado”.

Na *teoria hipodérmica* (anos 30), a primeira a tratar dos efeitos da mídia, evidencia-se a massa como objeto atomizado, passivo, em que “*cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem,*” (WRIGHT, *apud* WOLF, *op.cit.*, 22). Com a metáfora da agulha hipodérmica, seu principal mentor, o cientista político Harold Laswell, entendia que os conteúdos midiáticos sempre atingem a audiência, de acordo com as intenções do emissor. Seria possível, por isso, **MANIPULAR** a audiência, já que constituía-se como um “receptáculo vazio” a espera dos estímulos dos emissores midiáticos em potencial.

A abordagem empírico-experimental ou “da persuasão”, formulada nos anos 40, entendia que as mensagens midiáticas são propostas a públicos distintos, numa relação de estímulo-resposta, típica dos pressupostos psicológicos behavioristas. Tal vertente

ganha estes ares justamente porque tem como principal ícone o psicólogo social Carl Hovland. Portanto, por esta via de análise, a massa já não é um receptáculo vazio, pronto para receber os estímulos midiáticos: é possível compartimentá-la em públicos distintos. Conforme aponta WOLF (*op.cit.*, 34), “*persuadir destinatários é um objetivo possível, se a forma e a organização das mensagens forem adequadas aos fatores pessoais que o destinatário ativa quando interpreta a própria mensagem*”. Seria possível, neste âmbito, **PERSUADIR** a audiência, se os métodos fossem adequados a cada tipo de público.

A abordagem empírica de campo, também proposta nos anos 40, postulou-se como um embrião das teorias sobre mediação (que, só se desenvolvem de fato, nos anos 80). Inauguram-se aqui os estudos de campo, que passam a teorizar sobre os efeitos das ações midiáticas, a partir de pesquisas empíricas. Aqui, começa-se a se entender a força do contexto, e, conforme aponta WOLF (*op.cit.*, 51), “*a eficácia dos mass media só é susceptível de ser analisada no contexto social em que funcionam*”. Por esta perspectiva, começa-se a se entender que **INFLUENCIAR** a audiência é uma atitude possível se vista como um processo indireto, intermediado por mais de uma perspectiva.

Com o foco nas pesquisas sobre o processo de formação de opinião em comunidades sociais, destaca-se, nesta vertente, a teoria do *two step flow* (que preconiza a comunicação em dois níveis). A partir de testagens do sociólogo Paul Lazarsfeld sobre o papel dos líderes de opinião (sindicalistas e outros) nas eleições para a presidência no estado de Ohio - EUA, em 1940 (cujo principal candidato era Franklin Roosevelt), percebeu-se que, para além da missão do rádio (principal veículo da época) em divulgar os discursos de campanha, os líderes de opinião se prestavam a mediar as relações do público com o tema em questão. Por isto, a comunicação em dois níveis: do líder com o público, produzindo influência pessoal, e dos os veículos com o público.

Os anos 50 são sócio-historicamente marcados por dois feitos notáveis: o surgimento de uma nova tecnologia, a TV analógica, que desponta no panorama mundial como a grande promessa midiológica, e o fortalecimento da era informacional, no pós-guerra, por conta de um legítimo processo de massificação das mídias já existentes.

Neste cenário, torna-se tangível o desenvolvimento de pesquisas comunicacionais centradas não mais nos estudos a curto prazo, conforme citamos anteriormente. Os anos vindouros (50-80), de fato, apresentaram, em oposição, a possibilidade de estudos a médio e longo prazo.

Como consequência de poder observar diferentes performances para novas e velhas mídias, emerge uma outra teoria na linha do *mass communication research*. Coloca-se em questão não mais a possibilidade do efeito. Dada a consolidação de um embrionário mercado informativo, já é possível pensar em uma ação social das mídias em seu sentido global, daí postular-se então uma teoria das funções midiáticas.

Baseada justamente no funcionalismo sociológico³⁵, a *teoria funcionalista* é percebida, nos estudos acadêmicos, como a que se preocupa em explicitar as funções exercidas pelo sistema de comunicação de massa. Em seus preceitos, a mídia é vista como um grande subsistema dentro do grande sistema que é o organismo social.

Os *mas media* seriam, por isso, parte integrante da vida em sociedade. Seu papel primordial seria manter funções e disfunções sociais, o que lhe daria um caráter positivo e negativizado, respectivamente.

³⁵ No funcionalismo sociológico, diferentemente do estruturalismo, entende-se que cada um dos componentes do sistema, suas partes, tal como uma peça qualquer em relação a uma máquina, desempenham papéis que visam contribuir para estabilidade e ordem social. Adota, assim, uma visão totalizante que define serem as partes as engrenagens que compõem o todo. Para maiores detalhamentos ver em: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Verbete: funcionalismo, p.326-330. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

De acordo com WOLF (*op. cit.*, 66), seria objetivo desta teoria “*articular, nomeadamente, as funções e disfunções latentes e manifestas das transmissões jornalísticas, informativas, culturais e de entretenimento, respeitantes à sociedade, aos grupos, ao indivíduo e ao sistema cultural*”.

Uma consequência deste estudo das funções midiáticas para o *Mass Communication Research* foram as pesquisas centradas na *teoria dos usos e gratificações*. É uma vertente considerada como um desenvolvimento mais consistente da teoria anterior.

Trata-se de especulações académicas desenvolvidas, por estes mesmos pesquisadores, nos anos 80. Se nas três primeiras teorias, centradas no efeito, a questão principal era “*O que os mass media fazem às pessoas?* ”; na quarta o foco era “*Quais as funções das mídias?*”; o ponto principal da quinta teoria é: “*O que as pessoas fazem com os mass media?*”.

Tal questionamento emerge em um momento em que os pesquisadores desta linhagem demonstram-se mais atentos aos contextos e interações sociais dos receptores, percebendo a eficácia das mídias como um certo resultado global de diversos fatores.³⁶

Daí, os efeitos da comunicação de massa serem considerados como consequência das satisfações das necessidades dos receptores. Os *mass media* só seriam assim eficazes na medida em que os receptores assim o considerassem.

Podemos considerar esta teoria como um vislumbre da atual Teoria da Recepção, já que é dado ao receptor um lugar de agente e lhe é dado também o poder de escolher o que será consumido como mensagem midiática.

³⁶ Leiam-se aqui meados dos anos 60. Podemos possivelmente atribuir tal mudança de visão a um momento histórico, marcado por novas teorias sociais, que inclusive serão mencionadas no capítulo em que explicamos o advento das várias teorias do discurso. A sociologia do conhecimento, a etnometodologia e o giro lingüístico, são exemplos destas mudanças.

Os cinco estudos desta linhagem são vistos, por ECO (2000), como pesquisas INTEGRADAS, já que acreditavam serem os veículos de comunicação de massa renovadores e propagadores da herança cultural, de novas informações e de novas práticas de consumo.

A grande opositora, na primeira metade do século XX, à pesquisa norte-americana é a Escola de Frankfurt, na Alemanha, baseada no marxismo materialista e na filosofia hegeliana. Seus principais expoentes, Theodor Adorno e Max Horkheimer (anos 20-60), formularam no período entre e pós-guerra várias teorias que consideravam a “cultura de massa” como degradadora da herança cultural. Ao cunharem o termo “indústria cultural”, na obra “*Dialética do Iluminismo*” (1947), para definir as ações da mídia como propagadora de idéias estandardizadas, inauguravam a visão de que os VCM³⁷ estavam voltados para a difusão do consumo e não para a elevação e conhecimento dos sujeitos sociais, pela ampliação do espectro informativo. Para ECO (*op.cit.*), este grupo era visto como APOCALÍPTICO, já que não encontrava “salvação” para as ações midiáticas.

Também contribuíram para a edificação do pensamento comunicativo, ainda na primeira metade do século XX, os estudos da já citada Escola de Palo Alto (São Francisco - Califórnia), iniciados no final dos anos 40. Chamada de “Colégio Invisível”, pois suas respectivas pesquisas só tiveram reconhecimento acadêmico nos anos 60-70, teve como principais expoentes Gregory Bateson, Erving Goffman³⁸ e Paul Watzlawick. Pautados na teoria da circularidade, baseada na cibernética de Norbet Wiener, a Escola de Palo Alto acreditava não ser possível a não-comunicação. Acreditava que a essência da

³⁷ Sigla para Veículos de Comunicação de Massa.

³⁸ Especificamente, os estudos de Goffman serão referenciados mais à frente.

comunicação residiria em processos reacionais e interacionais, que todo comportamento humano tem valor comunicativo e que há uma lógica na comunicação. Para além da ação verbal, estaria a gestualidade e o olhar.

Dos anos 60 em diante, podemos dizer, de acordo com BRETON & PROUX (2002), que três dimensões passam a ter valor nos estudos em comunicação: a **dimensão técnica, simbólica e sociopolítica**, cuja lógica de construção epistemológica esteve aliçada na explicação do que os autores chamam de “dimensões extracomunicacionais”, pautadas no “transbordamento de sentido”.

Para BRETON & PROUX (*op. cit.*), no que tange ao campo da **dimensão técnica**, ganha evidência um pensar sobre o valor cognitivo-sensorial que as mídias designavam, dando-lhe um olhar que ia para além de seu papel como *meios de transmissão*. Coube a Mc Luhan, membro da **Escola de Toronto – Canadá** (cuja tradição de pesquisas se constituiu pelo estudo dos suportes artesanais e eletrônicos)³⁹, ser um dos representantes desta abordagem. As máximas “os meios são extensões do homem” e “o meio é a mensagem” mostravam que o valor retórico da mensagem e sua funcionalidade informativa estariam ligados à motivação sensorial que cada meio pudesse trazer. É uma visão da mídia enquanto metáfora, uma extensão de nossas funções físicas e mentais que (re) traduziria nossas experiências cotidianas de uma forma em outra, e que afetaria a consciência que temos delas. Neste sentido, o pesquisador contribui para questionar radicalmente o postulado da neutralidade da técnica e para renovar profundamente a problemática dos efeitos da mídia.

³⁹ A Escola de Toronto, por exemplo, foi responsável pela iniciativa de escrever várias obras sobre a cultura escrita e oral.

No que tange à dimensão simbólica, vários foram os contributos das ciências da linguagem para estabelecer uma nova visão sobre a interpretação das mensagens midiáticas. O campo representacional e a simbologia passam a trazer novos referenciais para entender a força do implícito e das crenças naturalizadas pelo imaginário social.

Como autor de peso aludido por BRETON & PROUX (*op.cit.*), com uma obra respeitável, Roland Barthes (1915-1980) apresentou um olhar diferente quanto à semiologia saussureana e conseqüentemente quanto ao estudo dos símbolos. Igualmente, através de estudos literários, Barthes aponta a língua como "objeto em que se inscreve o poder", afirmando que "a linguagem é uma legislação" e "a língua é seu código".⁴⁰

Também caracterizou-se como referência, para esta época, os estudos sobre representação e simbologia de Stuart Hall⁴¹, na universidade de Birmingham – Inglaterra. Este autor, em suas obras, sempre reafirma o valor comunicacional da produção de mensagens como um processo mais amplo que engloba uma grande variedade de formas e expressões culturais, incluindo os diversos “rituais” da vida cotidiana (conversações, práticas religiosas, educativas, esportivas, etc.) que se expressam nas “culturas vivas”. Através de pesquisas etnográficas, o autor é um dos ícones mundiais a fundar a “Teoria da Recepção” e a vertente dos “Estudos Culturais”, através de investigações que permitissem ver os receptores com sujeitos ativos na construção de significados culturais próprios da vida cotidiana.

⁴⁰ Roland Barthes (1915-1980) e suas obras “Mitologias” (1957), “ A torre Eiffel” (1964) e “Elementos de Semiologia” (1964) foram consideradas marcos para se estudar o aspecto simbólico das mensagens.

⁴¹ Principais obras: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik. (org.) Trad. Adelaine La Guardia Resende *et alii*. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

E, por fim, a **dimensão sociopolítica**, nos anos 70, buscou trazer à tona, num momento de governos ditatoriais em vários países do mundo, o valor ideológico da mídia como reprodutora do *status quo* vigente e das propostas discursivas totalitárias do Estado-Nação. Sob a influência de teorias marxistas e althusserianas, um representante de peso, nesta corrente, seria Michel Burridge e seus estudos sobre a oposição entre a abordagem marxista e a abordagem tocquevilliana para estudar a mídia.

Na perspectiva marxista⁴², a mídia era parte integrante da sociedade capitalista: o estado das forças de produção e as relações sociais determinavam sua estrutura e desenvolvimento. Já a perspectiva tocquevilliana orienta sua abordagem para a análise dos processos de democratização em atividade no interior das organizações de produção e difusão.

Por conta das dimensões anteriormente apresentadas, é inegável, a partir dos anos 80, os estudos sobre o campo da recepção. A chamada “Teoria da Recepção” tornou-se foco de estudos de acadêmicos europeus, americanos e latinos em vários centros universitários. Na Europa, são seus pioneiros os autores Jesús Martín-Barbero e Nestor García Canclini, cujas publicações fomentaram outros vários estudos no respectivo setor.

Considerar a heterogeneidade e a singularidade contida nos diversos sujeitos que compõem os variados públicos receptores passa a ser condição epistemológica para se estudar os fenômenos comunicativos deste período em diante.

⁴² Outras referências sobre o marxismo serão explicadas em 4.2.2.1.

Como consequência, percebe-se nitidamente, neste período, o declínio de certos paradigmas anteriores e o advento de novas formas de pensar as relações entre emissão e recepção.

Este movimento culmina como um novo momento histórico, do fim simbólico do socialismo, com a queda do Muro de Berlim, e expansão do capitalismo neoliberal.

As mudanças ocorridas como consequência deste quadro histórico não são só de ordem econômica. As políticas neoliberais permitem o fortalecimento dos segundo e terceiro setor, quando prestigia, nos anos 90, as atividades transnacionais e a desterritorialização do capital.

Tal processo faz circular a idéia de globalização econômica e de uma pseudo mundialização cultural, definitivamente representada pela ascensão das novas tecnologias no início da década mencionada.

O advento da internet, da telefonia móvel e da TV fechada cria outras frentes de estudos no campo comunicacional. Passam a incorporar o rol de temas midiáticos o estudo da virtualização, da potência das novas mídias e de novas linguagens previstas nestas novas ambientações.

Também surgem com temáticas recorrentes, dada a força dos conglomerados de mídia nesta conjuntura, o papel das organizações e de jornalistas e publicitários nas atividades midiáticas.

3.2. DC Brasileiras para a Comunicação Social

As **Diretrizes Curriculares do Mec para a Área de Comunicação Social** são um documento — criado em 1999, a partir de uma Comissão de Especialistas de Comunicação que reuniu materiais de várias instituições de ensino do país — que informa sobre as principais metas e propostas de conteúdo para o referido curso.

O documento apresenta algumas premissas norteadoras da concepção que se tem do campo da comunicação social e suas predominantes áreas de estudo.

Primeiramente, os organizadores deste documento entenderam que *“a área de Comunicação, embora estruturada a partir de diversas especialidades e profissões, apresenta uma forte organicidade, com interpenetração de perspectivas teóricas e de questões referentes a problemas concretos no espaço social”* (p.2). Esta proposição nos encaminha para a idéia de que a área citada, apesar de correlata com várias outras, tem sua materialidade e campo delimitados, como defendemos no tópico anterior.

Em seguida, recomendam que o que deve encaminhar o funcionamento dos cursos é um Projeto Acadêmico, concebido como *“um conjunto de atividades pedagógicas relevantes, e não como mera listagem de disciplinas”* (*idem*). A este Projeto estariam atreladas atividades, conteúdos específicos e procedimentos a partir dos perfis, habilidades e competências definidas pelo documento.

Com estas palavras, os organizadores deixam de lado o “currículo mínimo” indispensável a todos os cursos de formação no país. Esta postura parece ser paradoxalmente uma vantagem e um problema para a estipulação de conteúdos basilares ao curso de Comunicação Social. Isto porque, sem estas Diretrizes mínimas, não há como se ter

controle sobre os tipos de disciplinas circulantes e suas respectivas ementas para compor o curso: estas ficariam, assim, a cargo das instituições de ensino. Ao mesmo tempo, é uma vantagem para se ter liberdade de montar tais ementários a partir da realidade sócio-cultural de cada instituição.

O documento se divide em quatro partes: **(a) a estrutura geral do curso; (b) tópicos de estudos básicos e específicos do curso; a distinção entre (c) perfil comum e específico e (d) competências/habilidades gerais e específicas do egresso.**

Quanto à **estrutura geral do curso**, as Diretrizes recomendam que a oferta de disciplinas seja seriada anual, seriada semestral, por créditos ou módulos dependendo de cada instituição. Em qualquer dos critérios, está previsto que além dos componentes obrigatórios, sejam oferecidas alternativas de disciplinas optativas ou eletivas aos estudantes (sugestão mais evidente nas universidades públicas).

A duração mínima estabelecida para a graduação em Comunicação Social é de 2.700 horas. Estas horas devem não “devem ser distribuídas em tempo inferior a 4 anos (ou 8 semestres letivos)” (p.21).

Nesta escolha de ofertas por crédito⁴³, as Diretrizes chamam a atenção para que o projeto de grade curricular não seja uma mera “acumulação dispersa” (p.25) de “componentes estanques” a serem cumpridos pelo alunado. O documento recomenda que a estrutura decorra:

“(…) de uma utilização equilibrada (e não excessiva) de seqüências e pré-requisitos; de um planejamento integrado das várias disciplinas e atividades; de um acompanhamento planejado que permita, a cada ano ou semestre, uma formação relacionada com o que se ofereceu

⁴³ Subdivisão mais recorrente na grande maioria das universidades.

anteriormente e baseada na previsão do que sucederá posteriormente”. (p.25)

Para entendermos melhor estas possibilidades de correlação, é válido esmiuçarmos as categorias **de tópicos de estudos** propostos pelo MEC. Em termos de conteúdos básicos e específicos, estão previstos saberes (a) **teórico-conceituais**, (b) **analíticos e informativos sobre a atualidade**, (c) **conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas** e (d) **conteúdos ético-políticos**.

No que tange aos **conteúdos teórico-conceituais**, as Diretrizes prescrevem como aqueles que permitam: a) estabelecer familiaridade com o uso de conceitos, b) apreender teorias gerais e específicas do referido campo, c) ativar a capacidade de interpretação da realidade social e profissional.

Quanto aos **conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade**, preza-se por saberes que amplifiquem a visão do alunado sobre a atualidade (conhecimentos gerais), que assegurem a capacidade de interpretações consistentes da realidade e ajudem os alunos na capacidade de análise dos acontecimentos culturais, políticos, econômicos e sociais.

No que diz respeito aos **conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas**, ganham destaque os saberes que assegurem ao estudante “*o domínio das linguagens, técnicas e tecnologias tipicamente empregadas nos processos e nas habilitações de comunicação, bem como assegurar uma reflexão rigorosa de suas aplicações e processos*” (p.20). A pesquisa e a experimentação destes conteúdos em busca da inovação estão previstos nesta categoria.

Para o último item, conteúdos ético-políticos, destacam-se os conhecimentos sobre a atuação dos profissionais do campo, “*os constrangimentos a que a comunicação pode ser*

submetida” (idem), as proposições legais e as repercussões sociais “que se enseja sobre as demandas e necessidades da sociedade contemporânea” (idem).

Uma proposição de total relevância apontada nestas Diretrizes é a de que os conteúdos sejam dados a partir de uma perspectiva crítica. Releva-se também que o conhecimento das respectivas linguagens não se restrinja às suas interações com as tecnologias, mas que dependam de “*questões interpretativas, analíticas e informativas da atualidade*” (p.19). Tal deferência mostra que as Diretrizes querem encaminhar este graduando para ser, acima de tudo, um leitor crítico do mundo, com capacidade de reflexão e interpretação.

No entanto, há uma grande chance de dissimilitude entre as diretrizes sugeridas pelo Mec e a constituição de uma grade curricular que atenda a esta expectativa por uma instituição de ensino, já que diretrizes são muito genéricas e se prestam apenas, neste caso, a rastrear superficialmente os tópicos de ensino a serem priorizados em uma área científica.

Sabemos, igualmente, que, dependendo dos critérios adotados em uma universidade para que seus docentes cumpram as propostas ementárias das disciplinas, uma ementa pode ser o elemento norteador de um curso ou uma simples recomendação escrita, que deixa o docente livre para propor variações em torno dos tópicos principais.

Mesmo assim, em linhas gerais, é comum observar nos cursos de Comunicação Social (independente da habilitação em jornalismo, publicidade, cinema, relações públicas ou afins), a divisão do currículo em disciplinas teóricas, formadoras do campo e disciplinas práticas e tecnicistas que contemplem o conhecimento e utilização das linguagens midiáticas.

Ainda dentro dos padrões das diretrizes, e apesar de haver chance de mesclagem de enfoques, parece ser recorrente: (1) no ciclo básico - as disciplinas do grupo **teórico-conceituais** e **ético-políticos** e (2) no ciclo profissional - as disciplinas de **caráter analítico e**

informativo sobre a atualidade e as que contemplam **conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas**.

Interessa-nos, no intuito de ressaltar o caráter interdisciplinar desta formação, citar que tipos de disciplinas aparecem geralmente na primeira etapa mencionada (1º ao 4º períodos)⁴⁴. Costumam ser estudadas as disciplinas:

a) **Que contemplem ciências fundadoras e essenciais para a comunicação social, tendo estas matérias natureza “introdutória”:** *fundamentos da sociologia, antropologia, filosofia, psicologia, etc.*

b) **Que se apresentem didaticamente iniciadoras ao campo profissional:** *introdução ao jornalismo/ publicidade/ cinema; à fotografia, história da imprensa, etc.*

c) **Que apresentem conceitos teóricos dentro do próprio campo:** *história da comunicação, comunicação comparada, estética e cultura de massa, política da comunicação, metodologia de pesquisa em comunicação, etc.*

d) **Ligadas ao estudo da língua/linguagem:** *língua portuguesa I, II e III, semiótica, fundamentos de lingüística para a comunicação, etc.*

No próximo tópico, trataremos de explicitar, de que forma as disciplinas ligadas especificamente à temática da linguagem aparecem dimensionadas nas 17 universidades selecionadas para estudo de caso, para que, por fim, possamos observar o tratamento dado ao assunto.

⁴⁴ Nesta primeira etapa, chamada de ciclo básico, costumam aparecer as principais disciplinas de caráter teórico.

3.3. Grade curricular dos Cursos de CS e a questão do discurso

De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Pesquisa e Educação) e da SESU (Secretaria de Ensino Superior)⁴⁵, no Brasil são reconhecidas pelo MEC e estão em pleno funcionamento para oferecerem formação superior em Comunicação Social 559 espaços de ensino (entre universidades, faculdades e centros universitários públicos e particulares⁴⁶), assim distribuídos por ordem decrescente, pelas cinco regiões:

REGIÃO SUDESTE	294 cursos
REGIÃO SUL	93 cursos
REGIÃO NORDESTE	92 cursos
REGIÃO CENTRO-OESTE	52 cursos
REGIAO NORTE	28 cursos
TOTAL	559 cursos

Era de se esperar que a região sudeste oferecesse um maior número de instituições, já que, de acordo com o IBGE⁴⁷, também apresenta um contingente populacional maior e atua como o coração financeiro do país. Da mesma forma, a região norte mostra um número menor de cursos, já que se faz conhecer como a região menos habitada e desenvolvida do país.

⁴⁵ Dados retirados do site do MEC e do INEP, respectivamente: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp e http://www.inep.gov.br/superior/censo_superior, consultado em junho de 2005.

⁴⁶ A Educação Superior no Brasil, de acordo com a Sesu (Secretaria de Educação Superior), pode desenvolver-se em: universidades pluridisciplinares ou especializadas, centros universitários pluricurriculares ou especializados, faculdades, faculdades integradas, instituições ou escolas superiores e em centros de educação tecnológica. Ver em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_instituicao.stm. No país, o curso de Comunicação Social é dividido nas seguintes habilitações: *Jornalismo, Relações Públicas, Radialismo (Rádio & TV ou ainda Imagem & Som), Produção Editorial, Publicidade e Propaganda, Cinema & Vídeo*.

⁴⁷ De acordo como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região Sudeste é considerada muito mais rica do que as demais macro regiões do país. As regiões Sul e Sudeste apresentam melhor padrão de distribuição de renda do que as demais regiões. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste continuaram a apresentar um padrão mais desigual dos que as demais regiões. Ver em: <http://www.ibge.gov.br/>.

Vale destacar que estes dados gerais são separados por cursos existentes, e não por instituições. Uma mesma instituição, portanto, pode ter um mesmo curso (que contará com a mesma grade/ ementário), distribuído em bairros e municípios diferentes. Portanto, 559 cursos não significam necessariamente 559 grades curriculares diferentes.

Para efeitos de produção de amostragem, realizamos breve análise em 17 universidades (10 públicas e 7 particulares) do país distribuídas pelas 5 regiões brasileiras. A pesquisada foi produzida a partir das informações contidas nos sites das instituições arroladas. O critério de escolha das universidades foi uma maior ou menor completude de informações no site. As que disponibilizassem as grades curriculares junto às ementas serviram de referência. Excetuando-se a região norte e centro-oeste (onde foram vasculhados todos os sites disponibilizados pela SESU), nas outras regiões, em que vigora uma demanda maior de cursos, não tratamos de averiguar todos os sites (seriam em torno de 450), destacando o critério já mencionado: as universidades que primeiro aportassem as informações desejadas.

Elegendo como métodos a análise quantitativa e qualitativa, dividimos nossa pesquisa em duas fases.

Numa primeira, do universo de disciplinas oferecidas sobre linguagem, nestes cursos, procuramos quais/ quantas se ocupavam em trazer, nos títulos, o vocábulo discurso. Ao projetarem em seus títulos o termo, há uma chance de que suas ementas contemplem o assunto.

A primeira fase espelha-se nas tabelas I, II, III e IV. Procuramos destacar os *nomes das disciplinas* por instituição, escolhidas por região federativa e posteriormente por estado.

Numa segunda fase, por saber que certas disciplinas podem não conter o assunto na grade mas na ementa, procuramos observar quais esboçaram um tratamento ao tema, por palavras-chave ou informações descritas.

Esta fase espelha-se nas tabelas V e VI. Nelas, tratamos de expor o teor resumo de cada disciplina, transcrevendo as informações exatamente como alvitadas nos sites dos cursos.

A separação das universidades em públicas e privadas buscou gerar outra variável. Parece ser mais recorrente nas universidades públicas um aparecimento mais constante à temática do discurso. Tal constatação se faz tanto em termos quantitativos como qualitativos como demonstram as tabelas a seguir:

Tabela I – UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Legenda: habilitações em jornalismo – jor/ publicidade – pub/ relações publicas – rp/ produção cultural – prodcult / radiojornalismo – rjor/ cinema - ci

Universidade	Disciplinas oferecidas	Caráter
REGIÃO SUDESTE		
<p style="text-align: center;">UFF Niterói -RJ Hab.: Jor/ Pub/ Ci/ Estudos Culturais e Mídia (14)</p>	<p>Jornalismo/ Publicidade/ Cinema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa XVII • Língua Portuguesa XVIII • Fundamentos Lingüísticos da Comunicação • Introdução à Análise do Discurso <p>Estudos Culturais e Mídia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Lingüísticos da Comunicação • Introdução à Análise do Discurso • Introdução à Semiótica • Semiótica da Imagem • Imagem e Sentido • Teoria da Imagem • Análise do Discurso • Linguagens Não-Verbais • Comunicação e Cognição • Teoria dos Gêneros Midiáticos 	<p>obrigatório obrigatório obrigatório optativa</p> <p>obrigatório obrigatório optativa optativa optativa optativa optativa optativa</p>
<p style="text-align: center;">UFRJ Rio de Janeiro -RJ Hab.: Jor/ Pub/ Rjor(2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa I • Língua Portuguesa II 	<p>obrigatório obrigatório</p>
<p style="text-align: center;">UFJF Juiz de Fora -MG Hab.: Jor/ RP (4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redação em Língua Portuguesa I • Redação em Língua Portuguesa II • Comunicação e expressão oral • Redação em Língua Portuguesa III 	<p>obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório</p>
<p style="text-align: center;">UFMG Belo Horizonte -MG Hab.: Jor/ Pub (4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de Textos A • Oficina de Textos B • Pragmática da Comunicação • Semiótica dos Meios Audiovisuais 	<p>obrigatório obrigatório optativo optativo</p>
<p style="text-align: center;">USP São Paulo -SP Hab.: Jor/ Pub/ RP (4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências da Linguagem • Introdução aos estudos da Linguagem I • LP - introdução aos estudos da Linguagem II • Leitura e Produção de textos 	<p>obrigatório obrigatório obrigatório optativa</p>

REGIÃO NORDESTE		
<p>UFBA Salvador - BA Hab.: Jor/ Prodcult (3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de Comunicação Escrita • Semiótica • Temas especiais em Semiótica 	<p>obrigatório obrigatório optativo</p>
<p>UFC Fortaleza – CE Hab.: Jor/ Pub (9)</p>	<p>Jornalismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação em Língua Portuguesa I • Comunicação em Língua Portuguesa II • Jornalismo e Literatura • Análise do Texto e Discurso Jornalístico • Introdução à Lingüística <p>Publicidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa I • Língua Portuguesa II • Semiótica • Introdução à Lingüística 	<p>obrigatório obrigatório optativa optativa optativa</p> <p>obrigatório obrigatório obrigatório optativa</p>
REGIÃO CENTRO-OESTE		
<p>UFG Goiás - GO Hab.: Jor/ Pub/ RP/ Rádio e TV (1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa: Redação e Expr. Oral (duração de 1 ano) 	<p>obrigatório</p>
REGIÃO SUL		
<p>UFRGS Porto Alegre - RS Hab.: Jor/ Pub/ RP (5)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação em LP 1 • Lingüística e Comunicação • Semiologia • Comunicação e LP 2 • Comunicação e LP3 	<p>obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório</p>
REGIÃO NORTE		
<p>UFPA Belém -PA Hab.: Jor/ Pub (3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redação e Expressão I • Redação e Expressão II • Redação e Expressão III 	<p>obrigatório obrigatório obrigatório</p>

TABELA II - PARTICULARES⁴⁸		
Legenda: habilitações em jornalismo – jor/ publicidade – pub/ relações publicas – rp/ produção cultural – prodcult / radiojornalismo – rjor/ cinema - ci		
Universidade	Disciplinas oferecidas	Caráter
REGIÃO SUDESTE		
UNESA –RJ Rio de Janeiro -RJ Hab.: Jor / Pub (3)	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa I • Língua Portuguesa II • Língua Portuguesa III 	obrigatório obrigatório obrigatório
FACHA Rio de Janeiro -RJ Hab.: Jor/ RP/ Pub/ RJR (4)	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa I • Lingüística • Língua Portuguesa II • Língua Portuguesa III 	obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório
PUC- RJ Rio de Janeiro -RJ Hab.: Jor / Pub (3)	<ul style="list-style-type: none"> • Com. e Expressão I • Com. e Expressão II • Com. e Expressão III 	obrigatório obrigatório obrigatório
PUC- MG Belo Horizonte -BH Hab.: Jor / Pub (3)	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de Textos • Introdução aos Estudos de Linguagem II • Introdução aos Estudos de Linguagem III 	obrigatório obrigatório obrigatório
REGIÃO SUL		
UNIPEL Pelotas -RS Hab.: Jor. (3)	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa p/ Com. Social I • Língua Portuguesa p/ Com. Social II • Semiótica 	obrigatório obrigatório obrigatório

⁴⁸ A região centro-oeste não foi incluída como amostra para as particulares, porque, nesta região, as 45 instituições particulares das 52 cadastradas pela SESU (no portal do MEC) não continham em seus respectivos sites informações sobre grades e ementas concomitantemente (algumas só continham as grades). Não obtivemos igualmente retorno, em tempo hábil, destas instituições ao tê-las contactado.

REGIÃO NORDESTE		
UNIFOR (Universidade de Fortaleza - CE) Hab.: Jorn. (2)	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa I • Língua Portuguesa II 	obrigatório obrigatório
REGIÃO NORTE		
FEAPA Belém- PA Hab.: Pub e Prop (7)	<ul style="list-style-type: none"> • Redação e Expressão Oral em LP I • Redação e Expressão Oral em LP II • Redação e Expressão Oral em LP III • Redação e Expressão Oral em LP IV • Redação e Expressão Oral em LP V • Redação e Expressão Oral em LP VI • Estudos de Semiótica 	obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório obrigatório

TABELA III			
Universidade Pública	Região	Número de disciplinas sobre linguagem	Número de disciplinas sobre discurso (título)
	Sudeste	28	2 (1ob/ 1opt)
	Nordeste	12	1 (ob)
	Centro-Oeste	1	0
	Sul	5	0
	Norte	3	0
Total		49	3 (2 ob/ 1 op)
Legenda: ob. (obrigatório)/ op. (optativo)			

TABELA IV			
Universidade Particular	Região	Número de disciplina sobre linguagem	Número de disciplinas sobre discurso (título)
	Sudeste	13	0
	Nordeste	2	1 (ob.)
	Sul	3	0
	Norte	7	0
Total		25	1 (ob.)
Legenda: ob. (obrigatório)/ op. (optativo)			

As tabelas acima já apresentam alguns indícios. Apesar de o número de universidades do contingente coletado ser diferente entre públicas e privadas, o que inibiria uma análise comparativa, podemos verificar que, do universo das públicas, as disciplinas sobre discurso representam em torno de 6% (3 para 49), nas privadas, uma única disciplina representa em torno de 4% (1 para 25). O enfoque para a questão do discurso aparece mais na pública, mas em ambas destaca-se a região sudeste mantendo uma maior quantidade de disciplinas sobre linguagem (é a que mantém um maior número de universidades também). No entanto, enquanto que na pública as disciplinas sobre discurso parecem atuar com maior frequência, na privada é a região Nordeste que apresenta alguma possibilidade neste sentido.

De qualquer forma, em ambas a escassez de disciplinas disponíveis para o estudo do discurso é muito evidente. Só pelo título das disciplinas (e as ementas posteriormente confirmam), percebe-se que os temas ligados à linguagem acionam, com mais frequência, um estudo prescritivo do idioma, ou do desenvolvimento de habilidades redacionais ou textuais.

As tabelas a seguir, diferentemente, descrevem disciplinas que, tendo ou não a temática do discurso descrita em seus títulos, podem aventar o tema em seus ementários:

TABELA V

UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Região	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
Sudeste	8 disciplinas (4 obrigatórias/ 4 optativas)
Disciplinas/ indícios	
<ul style="list-style-type: none"> • UFF (Introdução à Análise do Discurso) - Matrizes teóricas da Análise do Discurso. A perspectiva dialógica: a dimensão social do discurso segundo Bakhtin. Discurso e ideologia: a dimensão institucional do discurso segundo Althusser. Verdade e poder: o discurso em Foucault. (obrigatória) • UFF (Introdução à Semiótica) - O contexto e a situação comunicacional. (optativa) • UFF (Análise do Discurso) - Noção de discurso a partir dos autores fundamentais: Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Michel Pêcheux. Dimensões da Análise de Discurso como teoria da interpretação. Problematizações do conceito de formação discursiva e interdiscurso: as questões da autoridade e da memória. Análise do discurso no universo da pesquisa em comunicação. (optativa) • UFF (Teoria dos Gêneros Midiáticos) - conceito de gênero. Histórico da teoria dos gêneros, suas raízes literárias, referencial de Aristóteles e Mikhail Bakhtin. (optativa) • UFMG (Pragmática da Comunicação) - A dimensão pragmática da comunicação. Linguagem, ação e discurso. Principais correntes pragmáticas: as teorias dos atos de fala; a teoria da ação comunicativa. Pragmatismo e pragmaticismo. Implicações da pragmática para a teoria social. (optativa) • USP (Ciências da Linguagem) - A Linguagem e o sujeito. A questão do sujeito: a anterioridade do significante (a enunciação). . Linguagem e comunicação: o real, o simbólico, o imaginário. (obrigatória) • USP (Introdução aos estudos da Linguagem I) - Língua e discurso jornalístico: a língua como sistema(s) de signos. A língua como sistema(s) significante(s). Língua, competência e espaço jornalístico. A enunciação lingüística e a escritura jornalística. Os parâmetros da enunciação. O sujeito da narração – eu, sujeito falante. A diversidade dos modos enunciativos. Sentido, contexto e situação. Sentido e referente. Sentido e sistema de linguagem. O texto e o cruzamento de escrituras: do sujeito da escrita, do leitor, do texto-contexto. (obrigatória) • USP (LP - Introdução aos estudos da Linguagem II) - O discurso e as formas de legitimação. O contrato enunciativo. O acontecimento: acontecido e desaparecido. A reprodução discursiva. O real e a construção discursiva.. A questão do Poder. Os quatro discursos contemporâneos. A questão jornalística. Pragmática e enunciação: atos de fala. O sistema de referências. (obrigatória) 	
Região	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
Nordeste	1 disciplina (obrigatória)
Disciplinas/ indícios	
<ul style="list-style-type: none"> • UFC (Análise do Texto e Discurso Jornalístico) - Conceito de texto. Conceitos de intertexto e transtextos. Conceito de discurso. Enunciação e Pragmática. Cena discursiva, ideologia e discurso. Polifonia e heterogeneidade discursiva. O discurso jornalístico e o jogo de vozes no texto. 	

Região Centro -Oeste	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	0 disciplinas
Região Sul	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	1 disciplina (obrigatória)
Disciplinas/ indícios	
UFRGS (Linguística e Comunicação) - O estudo da linguagem no contexto social: variações e níveis.	
Região Norte	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	0 disciplinas
TOTAL	10 disciplinas (6 obrigatórias/ 4 optativas)

TABELA VI	
UNIVERSIDADES PRIVADAS	
Região Sudeste	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	2 disciplinas (obrigatórias)
Disciplinas/ indícios	
<ul style="list-style-type: none"> • UNESA (Língua Portuguesa III) - Intencionalidade e ideologia na linguagem. Enunciação e estilo (obrigatória). • PUC (Oficina de textos) – Texto, linguagem e discurso. Leitura dos diversos tipos de discursos textuais: sua natureza e gêneros. 	
Região Sul	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	2 disciplinas (obrigatórias)
Disciplinas/ indícios	
<ul style="list-style-type: none"> • UNIPEL (Língua Portuguesa p/ Com.Social) - Noção de texto e contexto. Enunciação e estilo Características de modos de organização discursiva: narração, descrição, dissertação, argumentação. • UNIPEL ((Semiótica) – Crítica semiótica do discurso ideológico e as diversas formas de construção do sentido 	

Região Nordeste	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	1 disciplina (obrigatória)
Disciplinas/ indícios	
<ul style="list-style-type: none"> • UNIFOR (Língua Portuguesa II) - Reconhecimento da intertextualidade. Relação entre tipologia textual e mídia. 	
Região Norte	Número de disciplinas que apontam conceitos / temáticas ligados ao estudo do discurso nas ementas
	0 disciplinas

Tendo como referência, portanto, as ementas, pôde-se concluir que, de certa forma, temas e assuntos correlatos à questão do discurso parecem ser ampliados ao constataremos uma preocupação das ementas em:

- 1) Tratar de aspectos ligados ao campo da enunciação: dialogismo bakhtiniano; polifonia (heterogeneidade discursiva constitutiva e mostrada), intencionalidade e intertextualidade;
- 2) Abordar as relações entre discurso e ideologia; tratar da própria noção de discurso;
- 3) Destacar estudos autorais sobre correntes do discurso, notavelmente o pensamento de Michel Foucault e Michel Pêcheux e os conceitos de interdiscurso, formação discursiva, autoridade e memória;
- 4) Discorrer sobre as relações entre discurso e pragmática: a Teoria dos Atos de Fala; e as relações entre linguagem, ação e discurso;
- 5) Abordar o conceito de sujeito discursivo e a noção de “construção de sentido”;
- 6) Tratar da noção de contexto;

- 7) Relevar os conceitos de simbologia e representação para dar outras dimensões às ações discursivas;
- 8) Classificar os gêneros textuais como gêneros discursivos.

Apesar das aparições irregulares dos assuntos acima mencionados, percebemos que a falta de continuidade ou a falta de sistematização destas abordagens apontam um evidente tratamento inconsistente, ou até irregular, do tema discurso.

Por isso, a nossa iniciativa de buscar mapear um estudo não completo (mas possível) sobre o discurso nesta formação. Vale destacar, entretanto, que não é meta desta tese traçar um corpo de grades e ementas cabíveis para discorrer sobre a temática em questão, mas elencar caminhos possíveis de estudo sobre o tema, levando em conta a formação interdisciplinar do graduando e as abordagens mais relevantes capazes de instrumentalizá-lo para entender o campo da AD e seus meios de análise.

4. EM TORNO DOS ESTUDOS SOBRE O DISCURSO

4.1. *O conceito de discurso e seu enquadre no campo social*

“Discurso tornou-se uma das palavras mais amplas e, em geral, mais confusamente utilizadas em teorias recentes no âmbito das artes e nas ciências sociais, sem um único conceito unificador claramente definível”

Dicionário do Pensamento Social (2001:214)

O termo *discurso* passou a ser mais recorrente no léxico do meio acadêmico (mais precisamente nas *Ciências da Linguagem*) a partir dos anos 80, por conta justamente de o momento histórico ser muito fértil⁴⁹ para dispô-lo como coadjuvante dos processos de análise das interações verbais. Sua proliferação é entendida como um *sin-toma de uma modificação no modo de conceber a linguagem* (p.169)⁵⁰.

A noção mais recorrente dada ao vocábulo é o de *linguagem em uso*. Sua origem etimológica é latina e a explanação primeira para utilização do termo *discursus* (*dis-currere*) era o de fazer *algo correr por várias partes ou sentidos* (RODRIGUES, 1996: 7)⁵¹.

A associação entre *discurso* e *análise* aparece, nos anos 50, num viés distribucionalista⁵², em que o sentido de discurso perfaz-se somente como certo encadeamento de enunciados⁵³ que se apresentam nos planos oral ou escrito.

⁴⁹ Nos próximos itens, estes condicionantes históricos ficarão mais evidenciados.

⁵⁰ Ver em referências bibliográficas: MANGUENEAU & CHARAUDEAU (2004).

⁵¹ De acordo com RODRIGUES (1996), a transposição deste sentido para a linguagem se deu pela via da Pragmática, que entende ser a linguagem uma forma de ação, de a linguagem fazer correr o sentido em várias direções.

⁵² Veremos que o termo “análise do discurso” aparece em Harris (1952), por esta perspectiva.

⁵³ Trataremos do enunciado, nesta seção, como unidade mínima do discurso.

Em meio a tantas escolas do pensamento que se ocuparam em definir e atribuir acepções ao termo (veremos o exemplo de algumas mais à frente), torna-se possível defini-lo, de modo geral, a partir de algumas angulações (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004:170-171):

- **O discurso supõe uma organização transfrástica** – isto quer dizer não só que o discurso torna-se mais evidente em uma dimensão mais textual do que frasal (como unidade mínima de sentido), mas que mobiliza estruturas de uma ordem diferente das que mobiliza a frase (a qual encerra a significação em si mesma). Mesmo assim, podem existir discursos do tamanho de uma frase – tão carregados de anterioridades, de uma memória/de uma historicidade, que podem ser rotulados como tal, pois estão submetidos a regras de organização em vigor em uma determinada comunidade social tanto como discursos de outra natureza.

- **O discurso é orientado** – de duas formas: (1) *porque se realiza a partir das intenções de um dado locutor* e (2) *porque se desenvolve no tempo* (vai chegar a algum lugar). Mas, apesar de orientado, é previsto que ocorram desvios durante o seu percurso (no caso as digressões temáticas, as hesitações, etc.), e retomadas (no caso as reitera-ções, etc.).

- **O discurso é uma forma de ação** – esta é uma característica austiniana, oriunda da *Teoria dos Atos de Fala*, baseada na idéia de que toda enunciação constitui um ato, para modificar determinada situação. O discurso como ação também diz respeito à sua capacidade de promover regulações sociais, a partir de um quadro intersubjetivo. É também uma perspectiva habermasiana⁵⁴, para quem “o agir comunicativo” se constrói

54 Jürgen Habermas, exímio representante da segunda fase da Escola de Frankfurt, entende que a comunicação só é eficiente, ou seja, bem-sucedida, se obedece a quatro critérios: (1) fazer uso de regras semânticas cognos-

como uma forma de ação social, na medida em que os participantes das interações discursivas põem em ação estratégias eficazes para se chegar a um consenso lógico pela comunicação. Tais movimentos acionais dependeriam de normas estabelecidas por um dado grupo social que as legitima.

- **O discurso é interativo** – essencialmente na conversação/ diálogo/ colóquio a interação é um elemento evidenciável. Mesmo em situações aparentemente monológuas, a idéia de interatividade seria uma marca constitutiva dos discursos, pois pressupomos, sempre a presença de uma outra instância de enunciação no que se diz (pelo princípio da dialogia bhakhtiniana) e na intenção de quem diz (pela perspectiva charaudeuniana, há sempre um tu idealizado pelo eu enunciador/ comunicante).

- **O discurso é contextualizado** – não existe discurso que não seja contextualizado. Para que os discursos existam e sejam categorizados como tal, há sempre um contexto a ser retratado. O sentido de um enunciado só pode ser construído a partir de seu contexto de produção.

- **O discurso é assumido** – Todo discurso parte de algum lugar social, a partir de referências pessoais dos locutores, temporais, espaciais e principalmente culturais. Portanto, todo discurso traz consigo um aspecto posicionador, o que permite a produção de modalizações que subjazem ao discurso como formas de adequação do que é dito.

- **O discurso é regido por normas** – todo discurso se assenta em normas gerais para seu funcionamento. Isto quer dizer que existem regras de funcionamento para os

cíveis para o receptor; (2) utilizar de sentido verdadeiro para o conteúdo dito; (3) o emissor utilizar-se de sinceridade, sem procurar enganar seu receptor; (4) emissor conseguir provar autoridade nos argumentos utilizados. A teoria completa a este respeito encontra-se em HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Habermas também foi muito conhecido no meio científico por ter desenvolvido teorias sobre o conceito de “esfera pública”.

discursos, que existem certas expectativas discursivas de acordo com os contextos e com os papéis sociais dos locutores e destinatários.

Nesta parte do trabalho, trataremos de associar a existência do termo primeiramente a partir de sua significação na esfera social.

Tal restrição se torna imperativa, nesta tese, porque não é foco de observação aqui a conversação cotidiana e as interações face-a-face, mas o tipo de comunicação que ocorre numa estrutura macro – o campo das interações tendo como referência as reciprocidades comunicativas a partir do coletivo⁵⁵.

Propomo-lhe, diferentemente, para atender às nossas necessidades de enquadrar, outra acepção: consideramos o discurso como um *grupo de atividades enunciativas* produzidas a partir de *condições socioinstitucionais*⁵⁶, passíveis de serem *mapeadas e inscritas em um contexto específico* (revelador de condições históricas pré-determinadas), em que *locutores-destinatários* são considerados sujeitos discursivos com papéis sociais relativamente negociáveis.

Tendo estes predisponentes como condição, utilizamos a tríade SUJEITO-DISCURSO-CONTEXTO como paradigma para pensar o fazer discursivo.

Isto porque consideramos que, apesar da instância da enunciação ser um lugar social propriamente dito (dos sujeitos sociais) e não somente um espaço de materialização dos sujeitos individuais (a realidade empírica do dizer), estes sujeitos são permeados de subjetividade, no sentido de terem potência para operacionalizar seu conhecimento de mundo individual e compartilhado, mesmo estando marcados por tal lugar social.

⁵⁵ Já que a Comunicação Social só pode ser pensada nesta esfera.

⁵⁶ Entendendo tais condições como os dispositivos delimitadores do exercício da função enunciativa.

Com relação ao contexto, é fato que as dimensões físicas (situação concreta de produção discursiva), psicossociais (remete-se aos papéis desempenhados por locutores-destinatários), culturais (elementos culturais que permeiam o fazer discursivo) e temporais (os aspectos históricos que determinam as condições de produção discursiva)⁵⁷ mapeiam o valor dos discursos e determinam as formas de interpretá-lo.

Em seções adiante veremos que estes traços componentes do discurso podem ser redefinidos dependendo dos postulados das teorias discursivas em que aparecem.

⁵⁷ Referimo-nos às formas de categorização do contexto propostas por SANTAELLA (2001). Ver em 3.1.3.

4.2. *Uma proposta de trajetória da Análise do Discurso*

“A própria existência de uma disciplina como a análise do discurso constitui um fenômeno que não é banal: pela primeira vez na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo”.

MAINGUENEAU (2004:46)

Parece-nos plausível defender nesta tese a idéia de que a Análise do Discurso, enquanto campo, não é só uma disciplina cuja gênese se encontra no pensamento de alguns pesquisadores e suas teorias fundadoras. Preferimos explicar o seu surgimento e consolidação postulando-a dentro do que MAINGUENEAU (1997) aponta como “certa tradição”, fruto do encontro de uma “conjuntura intelectual” e de uma “prática escolar”.

Escolher esta abordagem é considerar que um campo disciplinar, ao ser consolidado, é capaz de constituir-se a partir de diversas correntes teóricas e linhas do pensamento, aptas a explicar os fenômenos naturais e sociais, à luz de perspectivas epistemológicas mais evidentes em um certo momento da história – é o caso inclusive da Comunicação Social (CS).

São estes enquadres, principalmente, que permitiram alguns “ismos” prevalecerem mais em determinadas fases do pensamento científico. Não foi em vão, portanto, que certas vertentes filosóficas puderam compor correntes divergentes: o historicismo, o existencialismo, o empirismo, o funcionalismo, o positivismo, o marxismo, o evolucionismo e tantas outras linhas.

Especialmente para graduandos em Comunicação Social, cujos postulados teóricos geralmente se baseiam em uma ótica interdisciplinar, tal enfoque torna-se bastante confortável.

Cabe, a este tipo de estudante, que como vimos deve ser orientado por diretrizes temático-pedagógicas a obter conhecimentos a partir de um olhar freqüentemente transversal, ter acesso a noções sobre a Análise do Discurso que configurem sintonia teórica com conceitos tratados durante sua formação. Esta será, portanto, uma preocupação que norteará os rumos do viés histórico por nós adotado.

Portanto, far-se-á necessário, em nossas explicações, além da perspectiva lingüística, manter paridade teórica principalmente com a **Sociologia/Antropologia** e com certas correntes do pensamento relevantes no entendimento do surgimento da Análise do Discurso.

Na tentativa de traçar um panorama adequado à nossa proposta, começamos por estudos temáticos e autorais, levando em conta pesquisadores que contribuíram com obras esclarecedoras sobre o aparecimento e consolidação desta disciplina. Propusemos, posteriormente, um enquadre sistêmico destes autores em tipos de correntes científicas que compuseram o pensamento ocidental ao longo do século XX. Achamos que, desta forma, poderíamos produzir uma visão plural, que atendesse à formação do estudante colocado em foco.

Escolhemos, para tal, as idéias de certos teóricos cujos textos se ativeram a **apresentar o campo da análise do Discurso** (propondo-lhe um trajetória e um lugar científico), seja pela ressalva de linhas de estudo mais proeminentes, seja pelo enquadre histórico do termo (Análise do Discurso) na conjuntura dos estudos lingüísticos.

Serviram, portanto, como referência teórica principal nesta seção: BACCEGA (1998), BRAIT (2001), BRANDÃO (2004), CHARAUDEAU (1996, 1999), FARACO (2001, 2003a, 2003b), FAIRCLOUGH (2001), GUIMARÃES (2001), GREGOLIN

(2004), IÑIGUEZ (2004), MACHADO (2001), MAINGUENEAU (1997, 2004), MALDIDIER (2003), MUSSALIN (2000), ORLANDI (2003), PINTO (1999) e POSSENTI (2004).

Apesar de alguns destes pesquisadores serem afiliados explicitamente a determinadas correntes da AD, o encaminhamento dado para tratar da gênese do respectivo campo mostrou-se isento de preferencialismos. Na complementariedade de idéias entre os pesquisadores consultados, foi-nos possível traçar um panorama o mais cabal possível sobre as tendências de estudo referentes à Análise do Discurso, consolidadas no pensamento ocidental do século XX.

4.2.1. Condições de surgimento

Podemos dizer que a Análise do Discurso solidificou, através de uma extensa gama de correntes, seus próprios instrumentos de análise, com quadros teóricos e metodológicos circunscritos. MAINGUENEAU (2004:46) observa o fortalecimento e enriquecimento da disciplina, nos últimos 50 anos, ao constatar, em termos de aparatos bibliográficos, o desenvolvimento de um suporte conceitual específico, a produção de um diálogo entre suas múltiplas correntes e a definição de métodos distintos de análise por via das teorias discursivas.

4.2.1.1. Bakhtin e Benveniste: precursores

Vários autores são consoantes⁵⁸ em atribuir aos formalistas russos⁵⁹ (*Círculo de Bakhtin e Círculo de Praga*) — nas figuras do filósofo e teórico literário Mikhail Bakhtin (1895- 1975) e do lingüista Roman Jakobson (1896-1982)⁶⁰ — e aos estudos sobre enunciação do lingüista francês Émile Benveniste (1902-1976) o começo de um pensar adequado sobre a linguagem para fomentar os fundamentos da AD, enquanto disciplina autônoma.

⁵⁸ Concordam sobre este aspecto BACCEGGA (1998:82), BRAIT (2001), BRANDÃO (2004:13), FARACO (2001: 28) GUIMARÃES (2001), MACHADO (2001) e ORLANDI (2003:17).

⁵⁹ De acordo com TEZZA (2003), os formalistas russos são um grupo bem heterogêneo de estudiosos, poetas e escritores que, na Rússia dos anos 20, se destacam por trazer novas perspectivas imprescindivelmente para os estudos literários (a questão da “literaridade”). O Círculo de Moscou (ou de Praga), criado em 1915, teve em Roman Jakobson seu principal expoente.

⁶⁰ Roman Jakobson foi citado em capítulo anterior justamente por suas contribuições em formular um modelo de processo comunicativo lingüístico-funcional, capaz de servir como paradigma para pensar as atividades comunicativas dentro do campo da Comunicação Social. Segundo MACHADO (2001:89), a visão funcionalista da linguagem de Jakobson permitiu-lhe que se buscasse situar “o aspecto funcional da ação discursiva no processo de troca entre falante e ouvinte, priorizando, acima de tudo, o código”.

FARACO (2001:27) explica que sobre Mikhail Bakhtin vale destacar o *frescor heurístico* do seu pensamento, um certo ar de vanguarda presente em suas teorizações. Para o autor, 8 décadas depois de seus primeiros textos, Bakhtin continua atual.

Como precursor, o traço mais expressivo de sua contribuição para os estudos discursivos é a idéia de *multivocalidade* dos textos, no sentido de que se carrega de um texto a outro, inevitavelmente, uma memória. “*Sem o outro não há a palavra*”, é uma das máximas do autor. Desta perspectiva, por exemplo, surgem as nomenclaturas *dialogia* e *polifonia*, hoje largamente utilizadas em vários tipos de estudos sobre linguagem.

Além desta concepção, outra se fez relevante no pensamento bakhtiniano: ao estudar eminentemente os textos literários, Bakhtin atesta para a importância de considerar os textos para além de sua condição momentânea, salientando que uma obra deve ser olhadas além das fronteiras de seu tempo. Nesta perspectiva, aponta um pensar para a questão da memória/ historicidade dos discursos em sentido social.

Grande parte destas considerações são fruto dos encontros do CÍRCULO de BAKHTIN⁶¹ (realizados entre 1919 e 1929), em especial, e suas teorias sobre “criação ideológica” e a “doutrina da refração”.

Termo amplamente utilizado também nas teorias do discurso, a ideologia é, para o Círculo de Bakhtin, palavra que designa “*o universo dos produtos do ‘espírito’ humano*” (FARACO, 2003a: 46). Também representaria a pluralidade de esferas da produção imaterial (a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, etc.), não tendo, por isso, conotação negativa. Para o círculo, qualquer enunciado é sempre ideoló-

⁶¹ Trata-se de um grupo de intelectuais, formado por pesquisadores de diversas formações, que se reuniu regularmente de 1919 a 1929, dentre os quais se destacam Mikhail Bakhtin, Valentin N. Voloshinov e Pavel N. Medvedev. Ver em: FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba (PR): Criar Edições, 2003.

gico, sua dimensão é sempre avaliativa, o que quer dizer que expressa um posicionamento social valorativo. Tal caráter ideológico se postularia em dois sentidos: (1) qualquer enunciado se dá na esfera da ideologia (no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana); (2) todo enunciado expressa sempre uma posição avaliativa (não há enunciado neutro).

É nesta relação do ideológico com o semiótico, que, de acordo com FARACO (*op.cit.*), o Círculo de Bakhtin fundamenta sua teoria materialista para produzir estudos sobre filosofia da cultura. A “criação ideológica” seria, neste aspecto, objeto social e histórico, e seus produtos elementos dotados de materialidade (de realidade prática), são sempre signos.

Os signos são vistos como objetos intrinsecamente sociais, pois emergem das relações sociais. Para que possam ser estudados, na perspectiva em voga, seria essencial situá-los nos processos sociais globais que lhes dão significação.⁶²

Neste mecanismo de significação, outra premissa que será norteadora dos trabalhos do Círculo é a idéia de que os seres humanos não mantêm relações diretas com a realidade: as relações dos sujeitos com sua existência são mediadas semioticamente: é o real informado em matéria significante.

O elo entre o dizer e as coisas, para Bakhtin, nunca se dá por via direta: “*as palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada dos discursos sociais que recobrem as coisas*” (BAKHTIN, 1934, *apud* FARACO, 2003a: 49).

⁶² Estariam implícitas nesta teorização as primeiras atribuições à idéia de contexto.

É desta perspectiva que surge um outro princípio a “teoria da refração”. A idéia de refração pressupõe que as relações entre palavras/coisas é complexificada pela interação dialógica das “*várias inteligibilidades socioverbais que conceitualizam as coisas*”⁶³. Portanto, os signos não apenas refletem o mundo, mas o refratam: quer dizer, os signos não somente descrevem o mundo, mas constroem diversas interpretações desse mundo. A refração é tida, assim, como o modo pelo qual nos signos se inscrevem a diversidade e as contradições das experiências históricas dos grupos humanos. A refração será, para o Círculo, a condição de existência do signo, não sendo possível significar sem refratar.

Por isso, o signo tem valor dialógico⁶⁴, já que os discursos são sempre embates entre outros vários discursos sociais, em variados domínios. Não há, para o autor, uma palavra que seja a primeira ou a última, não havendo limites para o contexto dialógico também. Nas palavras de BAKHTIN (1924, *apud* FARACO, 2003a: 52):

“Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo, existem quantidades imensas, ilimitadas de sentidos contextuais esquecidos, mas em determinados momentos do desenrolar posterior do diálogo eles são lembrados e receberão vigor numa forma renovada (num contexto novo). Nada está morto de maneira absoluta: todo sentido terá um festivo retorno. O problema da grande temporalidade.”

Para o autor, no entanto, as relações dialógicas, não ocorrem na esfera do estritamente lingüístico e não dizem respeito às réplicas do diálogo *face-a-face*. Bakhtin considera que, para ocorrer o fenômeno do dialogismo, este material lingüístico tenha que entrar na esfera do discurso, tenha que se transformar em um enunciado, tenha que fixar a posição de um sujeito social. Só assim seria plausível a realização de confronto de po-

⁶³ *Idem*. Ver Faraco (2003a).

⁶⁴ De acordo com TEZZA (20030), Bakhtin entendia o dialogismo em duas instâncias: (1) primeiramente como uma categoria essencial da natureza da linguagem; (2) secundariamente como dentro da historiografia literária e da estilística, para definir famílias de romance. Por isso, seriam dois planos teóricos: o da natureza da linguagem e o da realização estética.

sições, réplicas ao dito ou acolhidas à palavra do outro. Neste âmbito, as relações dialógicas se constituem como relações entre índices sociais de valor, espaços de tensão entre enunciados, um espaço de luta entre as vozes sociais.

Desta dimensão surge uma outra como subcategoria: o termo polifonia, outro contributo conceitual de Bakhtin, de grande utilização posteriormente nos estudos sobre linguagem. Da mesma forma que todo e qualquer texto tem natureza dialógica, Bakhtin propõe que todo texto tenha também teor polifônico ou plurilingüista.

O termo é oriundo da música e Bakhtin dele se apropria, segundo FARACO (*op.cit.*,74), para “*qualificar o projeto estético realizado por Dostoievski em seus romances de maturidade*”⁶⁵, designando um novo modo de narrar. Apesar de o termo ter se consagrado por outros autores, como um “universo de muitas vozes”, Bakhtin utiliza o termo em âmbito restrito, só para esta designação da estética literária⁶⁶ (para definir tal caráter, o autor utiliza os termos *heteroglossia* ou *plurivocidade*): o autor entende polifonia como um universo em que todas as vozes compartilham da mesma força. Dentro da análise da obra, a idéia de polifonia é mais filosófica e utópica do que crítica. Um mundo polifônico, para o autor, seria um mundo democrático, pluralista, de vozes equípolentes, em que nenhuma consciência, é, assim, convertida em objeto de outra.

Os crescentes estudos sobre lingüística, desenvolvidos a partir dos anos 80, promovem uma retomada do termo, no que tange aos seus aspectos pragmáticos e textuais. De acordo com MAINGUENEAU (2004), foi na obra do lingüista francês Oswald Ducrot, em sua *Teoria da Argumentação na Língua*, que o termo ganhou melhor corpo-

⁶⁵ Ver em *Problemas da poética de Dostoiévski*, 1997.

⁶⁶ Curiosamente, TEZZA (2003: 221) destaca que Bakhtin utiliza o termo, uma única vez, ao analisar a obra mencionada.

rificação. Nesta perspectiva, a estrutura polifônica fornece subsídios para a interpretação dos enunciados, ou às suas possíveis interpretações, observando os contextos a que tais enunciados podem se integrar.

Além de Bakhtin já ter tratado da questão da enunciação, coube a Èmile Benveniste destacar uma certa visão de discurso centrada na força dos enunciados e dos sujeitos enunciadoreis.

No que tange às contribuições de E. Benveniste, podemos dizer que o lingüista francês foi quem primeiro reincorporou um estudo sobre a subjetividade na língua, tomando como referência o sistema pronominal do francês. A partir de BRANDÃO (2001:55), podemos destacar em Benveniste uma preocupação em *“esboçar no interior da língua as características formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza”*.

O autor exalta dois aspectos a este respeito: 1) é no ato da enunciação que a língua pode ganhar concretude; 2) é na figura do locutor que se encontra a subjetividade.

Neste preâmbulo, subjetividade seria, em Benveniste, a possibilidade do locutor se propor como sujeito do seu discurso, fundando-se na própria linguagem. BENVENISTE (1995:286) entende por sujeito não a capacidade que cada um tem de ser a si mesmo, mas *“a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência”*.

Há determinadas marcas formas que caracterizariam a posição do sujeito no discurso, revelando-se como condição primeira para a subjetividade se denotar pela linguagem (o pronome “eu” seria uma destas). Prevê-se que, neste processo, ao se admitir um “eu” (a quem ele chama de “ego”), admite-se também um “tu” (a quem ele chama de

“eco”), já que para o autor a tomada da consciência só pode ser experimentada por contraste. “Eu” e “tu” seriam, por isso, protagonistas da enunciação, sendo “eu” instituída como *pessoa subjetiva* e “tu” como *pessoa não-subjetiva*.

Nesta relação polarizada, Benveniste explica que não se estabelece uma relação de igualdade ou simetria, mas de complementaridade: nenhum dos dois termos se concebe sem o outro. Para ele, é “*numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade*”.

(p.287)

Benveniste ainda propõe uma distinção entre enunciação discursiva e histórica. A enunciação discursiva teria as marcas da subjetividade, enquanto a histórica não a teria (os acontecimentos narram a si mesmos).

De acordo com BRANDÃO (*op.cit.*) a grande crítica que se faz hoje, em relação à posição de Benveniste, é justamente não supor que a subjetividade seria inerente a toda a linguagem, mesmo quando o “eu” não é enunciado. Por isso, apesar de validada para conjecturar historicamente os estudos enunciativos, a teoria da representação do sujeito de Benveniste é tida, por muitos teóricos, como ultrapassada ou restrita porque não leva em conta a complexidade da exposição do sujeito no processo de enunciação.

4.2.1.2. Influências para o aparecimento do campo

A primeira aparição sistemática do termo/expressão “análise do discurso” é atribuída à Zellig Harris (1909-1992), a partir do artigo *Discourse Analysis* (1952)⁶⁷. De acordo com FARACO (2003b), duas noções sobre discurso se evidenciam na definição deste autor: (1) discurso como *o lingüístico que ultrapassa os limites da sentença*; (2) discurso como *o conglomerado não-arbitrário de sentenças*.

A visão de Harris pautou-se em ditames teóricos do distribucionalismo americano, cuja lógica baseia-se na distribuição dos elementos lingüísticos por meio de critérios puramente morfossintáticos, independente do significado dos termos. Isto quer dizer que, para Harris, os caminhos utilizados para o estudo da sentença seriam suficientes para produzir uma análise sobre o que vai além dela. Para o autor, segundo FARACO (*op.cit.*, 2.), fazer uma análise do discurso não implica utilizar um novo método, mas “*expandir um velho método a um novo objeto*”. Objeto este que, nesta perspectiva, continua sendo observado no “estritamente lingüístico”, o que implicaria dotar a AD de uma análise intralingüística apenas.

De acordo com ORLANDI (2003), tal prática se caracterizaria como “isomorfismo”, porque estende um mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases), para unidades maiores (texto), produzindo uma avaliação lingüística do texto com as mesmas procedências.

⁶⁷ Publicado no número 28, da revista *Language* (1952). Foi reimpresso no livro editado por Fodor e Katz - *The structure of language* - em 1964 e teve uma tradução francesa publicada na revista *Langage* número 13, em 1969. Ver em: FARACO, Carlos Alberto. “Zellig Harris: 50 anos depois”. In: *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 247-252, 2003. Editora UFPR, 247.

Harris ainda propõe, neste artigo, correlacionar discurso e situação social, o que pressupõe uma certa preocupação em exceder os limites do código e promover uma ressalva, mesmo que embrionariamente, sobre as condições sociais de produção discursiva.

Neste cenário de transição entre os anos 50-60, IÑIGUEZ (2004: 50-51) aponta cinco perspectivas/ movimentos intelectuais que “prepararam o terreno” para o surgimento de inúmeras práticas a serem posteriormente rotuladas de Análises do Discurso: *(1) o chamado “giro/virada/guinada lingüístico(a)” (linguistic turn); (2) a “Teoria dos Atos de Fala” (3) os princípios da Pragmática⁶⁸, (4) a Etnometodologia; (5) e a alguns aspectos da obra de Michel Foucault.⁶⁹*

No que tange ao primeiro ponto, o movimento conhecido como “**giro/ virada lingüístico (a)**” diz respeito ao grande interesse direcionado ao campo da linguagem (por conseguinte aos postulados lingüísticos), com início na primeira metade do século XX estendendo-se para os anos 60/70, por parte de diversos campos científicos díspares. Esta imprecisão histórica é destacada justamente porque, conforme entende GRACIA (2004: 25), o “giro lingüístico” não foi um “*fato preciso, mas um fenômeno que foi se formando progressivamente*”.

⁶⁸ Não concordamos com IÑIGUEZ (2004) ao separar, como campos distintos, a “Teoria dos Atos de Fala” da “Pragmática”, porque acreditamos, apoiando-nos em outros autores, que a primeira justifica-se como um dos componentes da segunda. No entanto, em respeito à categorização produzida pelo autor, e entendendo que tal classificação oferece subsídios para a consolidação do campo da AD, mantivemos as cinco disposições.

⁶⁹ Além destas cinco práticas, também são consideradas importantes, indiretamente, para a edificação do campo da AD, de acordo com BACEGGA (1998), a **Sociolingüística Variacionista** e a **Semiótica** praticada na *Escola de Tartu* (cujas pesquisas tinham por temática os fenômenos da cultura em geral) e *Greimasiana* (cujas pesquisas estudaram o nível profundo ou superficial dos discursos). A primeira corrente contribuiu sobremaneira por instaurar a “*concepção de que a língua deve ser observada no seu uso, de acordo com etnias e grupos sociais*” (p.82). A segunda foi fundamental por ter relacionado os estudos de língua e os estudos sobre a linguagem com os estudos sobre o discurso. Vale lembrar que o campo da Semiótica se difere do da AD, segundo a autora, porque o primeiro trabalho prioriza “*os mecanismos intradiscursivos dos quais resulta a constituição dos sentidos*” (p.81), reservando-se ao papel de mostrar, acima de tudo, como se organiza o texto internamente. Já a AD, além de observar tais mecanismos, configura-lhes como “*resultado de condições sócio-históricas*” (idem). É nossa intenção, em ocasiões futuras, propor confluências entre os estudos semiológicos, a AD e a Comunicação Social.

Foi um movimento de extrema importância para o pensamento ocidental, pois permitiu a reformulação e a criação de diversos conceitos ligados à natureza do conhecimento, originando uma mudança profunda nas concepções de mundo, de como interpretar as ciências humanas e sociais. Novos atributos conceituais, por exemplo, foram dados à noção de “realidade”⁷⁰, produzindo uma nova filosofia do sujeito e sua metafísica, o que originou o surgimento, como consequência, de disciplinas como a “Filosofia da Linguagem”.

O que, de fato, se redimensiona, nesta conjuntura, é a perspectiva para se estudar as “idéias”. Segundo GRACIA (*op.cit.*), se antes, na abordagem metafísica, um estudo sobre “idéias” era realizado por vias do discurso mental de caráter privado, agora seria possível realizar tal estudo por via dos enunciados lingüísticos, públicos e objetivados, caracterizando sua estrutura lógica.

Neste contexto, há uma grande ruptura com a visão clássica de que a linguagem tem valor representacional, que seria capaz de ser a grande mediadora entre o sujeito e o mundo: não seriam as nossas idéias que se relacionariam com o mundo, mas as palavras que se corresponderiam com os objetos do mundo.

Igualmente a *Teoria dos Atos de Fala* surge, de acordo com KOCH (1997: 19), no interior da Filosofia da Linguagem, tendo sido apropriada pela Pragmática. Apresentada em 1962 por John Austin, e reconfigurada por Searle, ofereceu novas perspectivas para pensar os processos de interação verbal, consolidando a premissa de que ao falarmos não estamos simplesmente expressando um significado, mas fazendo alguma coisa.

⁷⁰ A sociologia do conhecimento, a título de exemplificação, nas palavras de LUCKMANN & BERGER (1966), cunhou a idéia de que a realidade não é dada, mas construída socialmente. Ver em: BERGER, P., LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 23ª edição, Petrópolis (RJ): Ed. Vozes. Traduzido por Floriano de Souza Fernandes. Original: *The Social Construction of Reality* (1966).

KOCH (*op.cit.*, 23) traduz, em suas exposições, a visão sobre o papel de um ato de fala, na perspectiva austiniana: “*Para que um ato de fala alcance objetivos visados pelo locutor, é necessário que o interlocutor seja capaz de captar a sua intenção; caso contrário, o ato será inócuo*”. Para este fim, a “fala como ação” inibe a noção de que a linguagem seria representativa da realidade, mas produtora de realidades.⁷¹

No que tange **aos princípios da Pragmática**, este campo é apontado como a “ciência do uso lingüístico” (PLAZA PINTO, 2000)⁷². Isto porque seu domínio de reflexões pressupõe que os estudos sobre linguagem incluam a “fala”, e não somente estudos isolados sobre a língua. Por isso, os fenômenos lingüísticos não seriam puramente convencionais, mas compostos, em sua plenitude, pela criação e inovação, alternadamente no processo de uso da linguagem. Para IÑIGUEZ (*op.cit.*, 63): “(...) a Pragmática está estritamente interessada nos princípios que regulam o uso da linguagem e, em particular, naquelas condições que fazem do uso de um enunciado concreto uma ação de comunicação”.

PLAZA PINTO (2000) aponta três correntes principais de composição do campo: **(1) o pragmatismo americano; (2) o pragmatismo austiniano e (3) o pragmatismo comunicativo**. Para explicar tais correntes, apoiar-nos-emos na autora em destaque e em RODRIGUES (1995)⁷³.

A corrente americana inicia-se com Charles S. Peirce (1839-1914), pai também da Teoria Semiótica⁷⁴, citado como o primeiro autor a fazer uso do termo *pragmatics*, no

⁷¹ Retomaremos a *Teoria dos Atos de Fala* ao explicarmos a segunda linha da Pragmática chamada, nesta seção, de “pragmatismo austiniano”.

⁷² PLAZA PINTO, Joana. *Pragmática*. In: MUSSALIN, F., BENTES, A.C. “Introdução à Lingüística 2: domínios e fronteiras”. São Paulo: Cortez Editora, 2000, p.17-46.

⁷³ Referimo-nos à obra “As dimensões da Pragmática Na Comunicação”. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

⁷⁴ Os estudos de Peirce centrados na fundação do campo da Semiótica não serão desenvolvidos como tema nesta tese.

artigo *How to make ours ideas clear* (1878). Está pautada, conforme sentença RODRIGUES (*op.cit.*, 40), num movimento filosófico em busca de respostas a questões antigas ligadas à percepção da realidade, à averiguação da verdade e à validação dos juízos. É neste sentido que IÑIGUEZ (*op.cit.*, 64) aponta a Pragmática como um projeto teórico que faz parte da virada lingüística. PEIRCE (1994, *apud* RODRIGUES, *op.cit.*, 41) assim afirma:

“A opinião de que todos os que investigam estão destinados a chegar por fim a um consenso é aquilo que significamos com a verdade, e a realidade é o objeto representado nessa opinião. Esta é a minha maneira de explicar a realidade”.

Neste sentido, ao cunhar a relação triádica entre signo - objeto – interpretante, Peirce postula não só a relevância do *signal* (sempre lembrado em Lingüística), mas *aquilo a que este sinal se remete e a quem ele significa* (PLAZA PINTO, *op.cit.*, 51).

Tal teorema teve desdobramentos e repercussões na composição símbolo-objeto-interpretante, tendo em William James (1842-1910) e Charles William Morris (1901-197) dois seguidores.

RODRIGUES (*op.cit.*, 25) explica que James faz uso desta relação ao definir que “a idéia que temos de um fenômeno ou de um objeto não é senão a soma das idéias que podemos obter acerca das conseqüências práticas desse fenômeno ou das ações possíveis que podem ser realizadas sobre esse objeto”. Morris, diferentemente, se apropria destas três dimensões do signo definindo-as como semântica (relação dos signos com os objetos), sintática (relação dos signos entre si) e pragmática (relação dos signos com seus interpretantes).

A segunda corrente tem na *Teoria dos Atos de Fala* de John Austin (já mencionada) a ancoragem teórica. Chamada por RODRIGUES (*op.cit.*,107-135) de “pragmática acional” esta linha coteja basicamente a classificação dos atos enunciativos (constativo, performativo, locutório, ilocutório, perlocutório, comportamentativo, exercitativo, expositivo, promissivo, vereditivo)⁷⁵, as relações de sucesso e insucesso dos atos de linguagem e a questão do valor dos atos. Com estas categorizações, Austin propõe explicitar as diferenças entre dizer e fazer e postula o campo da Pragmática como o que assume que “falar é agir”. A linguagem seria, portanto, uma atividade que intervém no mundo, que altera um determinado estado de coisas.

Apesar das proposições de Austin, é John Searle, seu seguidor, que, a partir da obra *Speech Acts* (1969), produz um acabamento nestas teorizações e efetiva sua reflexão sobre a linguagem. Searle propõe uma taxionomia que foi considerada relevante para compor o campo. A partir dos atos ilocucionários, subclassifica-os como *assertivos, diretivos, comissivos, expressivos e declarativos*.

A terceira corrente é tida, para PLAZA PINTO (*op.cit.*), como um híbrido das outras duas, por compor autores que utilizam dos dois métodos descritos antes. Nesta linha, no entanto, ficam em evidência as teorias filosóficas historicistas. Referem-se a este âmbito os pragmatistas dos estudos em comunicação preocupados em combater os

⁷⁵ De acordo com RODRIGUES (*op.cit.*, 134-135), tais atos seriam assim conceituados: (1) **ato constativo** - enunciação que afirma ou descreve um fato ou estado de coisas existente, independente de quaisquer outros efeitos que da sua enunciação possam resultar; (2) **ato performativo** - enunciação que, independentemente do seu valor de verdade, faz algo ao dizê-lo (ilocutório), ou pelo fato de o dizer (perlocutório); (3) **ato locutório** - ato de linguagem que consiste na produção de signos pertencentes a um determinado vocabulário, organizados de acordo com as regras de uma determinada gramática, possuindo determinada significação; (4) **ato ilocutório** - ato de linguagem que produz algo ao dizê-lo; (5) **ato perlocutório** - ato de linguagem que produz algo pelo fato de o dizer; (6) **ato comportamentativo** - tipo de ato ilocutório que se relaciona com as atitudes e comportamento social; (7) **ato exercitativo** - tipo de ato ilocutório que consiste em decidir a favor ou contra uma determinada maneira de agir; (8) **ato expositivo** - tipo de ato ilocutório que serve para expor uma determinada maneira de ver as coisas para desenvolver um argumento; (9) **ato promissivo** - tipo de ato ilocutório pelo qual o locutor se obriga a adotar determinada maneira de agir, a implicar-se ou a comprometer-se; (10) **ato vereditivo** - tipo de ato ilocutório que consiste na expressão daquilo que foi constatado, a partir da evidência ou das razões acerca dos fatos ou do seu caráter axiológico.

conflitos sociais que também seriam lingüísticos. De acordo com a autora, esta perspectiva entende que “qualquer tentativa de descrição da comunicação que exclua aspectos sociais é considerada inócua e ineficiente para a pesquisa pragmática” (p.63). Isto quer dizer que a linguagem não atende como um meio neutro, mas como um espaço de constituição de realidades sociais. A linguagem é tida, assim, como um lugar de conflito, onde ocorrem negociações, recusas e modificações. Esta linha tem como principal ícone Roy Harris, que, em 1981, escreveu a obra *The Language Myth*, em que questiona nos trabalhos lingüísticos a incursão dos aspectos criativos da linguagem.

Referindo-nos, então ao quarto item da classificação de IÑIGUEZ (*op.cit.*,78), **os estudos etnometodológicos** foram os que deram ênfase à análise das atividades práticas cotidianas, na interação das pessoas em sua cotidianidade e na atividade que desenvolvem em seus contextos imediatos.

A ETNOMETODOLOGIA (ETN)⁷⁶, ramo da ETNOGRAFIA⁷⁷, é, de acordo com GUESSER (2003)⁷⁸, uma corrente da sociologia americana, no final dos anos 60, cuja obra gênese encontra-se no livro *Studies in Ethnomethodology* (1967), de Harold Garfinkel.

Como nova abordagem simbolizou uma ruptura com os modelos sociológicos dominantes, propondo que todos os membros da sociedade seriam “sociólogos na prática” (IÑIGUEZ, *op.cit.*), por seres agentes da construção da realidade. Neste âmbito, não

⁷⁶ Retornaremos aos seus princípios em 4.1.2.2.

⁷⁷ Também chamada de etnologia, a etnografia é termo que diz respeito aos estudos descritivos das sociedades humanas. Taylor, pesquisador do século XIX que fundou a ciência da antropologia, refere-se a este ramo do conhecimento como “a investigação das causas que produziram os fenômenos da cultura e as leis a que estão subordinados” (ver em Dicionário de Ciências Sociais: FGV, 1987: 438).

⁷⁸ GUESSER, A. H. *A etnometodologia e a análise da conversação e da fala*. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168.

existiria uma realidade social independente dos indivíduos e caberia ao sentido comum conhecer e explicar esta realidade.

Nas palavras de GUESSER (*op.cit.*,158), é preocupação central da etnometodologia:

“(...) descobrir no senso comum os verdadeiros sentidos que os atores dão às suas ações e esperam desvendar o raciocínio prático que orienta as ações sociais. A etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de ‘todo comportamento socialmente organizado’”.

A partir desta premissa, podemos dizer que, para esta ciência, não seria possível pensar na hipótese de que existiria um sistema de normas estável capaz de promover significação ao mundo social, considerando a criatividade, transformação e extinção característicos da vida cotidiana. Esta posição contraria a proposição durkheimiana da sociologia tradicional, a qual entende ser possível determinar, como um *a priori*, as leis sociais que regem os comportamentos e ações sociais.

Este posicionamento é o axioma mais importante da teoria etnometodológica e produz uma série de conceitos que se entrelaçam a partir da noção de interação. Uma delas explica que a comunicação e os símbolos nela utilizados não se encontram pré-estabelecidos em um conjunto de regras e normas preexistentes, mas são construídos e produzidos no processo de interpretação. Os símbolos são elementos reinventados e adaptados a novas situações comunicativas.

Foram vários os conceitos/ termos trabalhados pelos etnometodólogos na construção de seu próprio espectro de reflexão. No entanto, focaremos nas nomenclaturas que apresentaram evidentes contribuições desta disciplina para o campo da linguagem (e posterior influência nos estudos discursivos, pautados especialmente na interação).

Podemos extrair, de acordo com GUESSER (*op.cit.*) e IÑIGUEZ (*op.cit.*), quatro conceitos-chave dos princípios etnometodológicos: **a) a noção de competência ou de “papel do membro”; b) de reflexividade; c) indexabilidade ou indicialidade; e d) explicabilidade ou relatabilidade.**

O primeiro conceito diz respeito à capacidade de um ator social em gerir o uso da linguagem em prol de atuar com conhecimento dos procedimentos, métodos e estratégias que permitam a adaptação e um bom desenvolvimento no contexto social. Em outras palavras, um sujeito só é membro quando domina a “linguagem comum” do grupo, sendo capaz de interagir com os demais por redes de significação estabelecidas nos processos interacionais. Para ser membro de uma comunidade social, o sujeito aceita as rotinas inseridas nas práticas coletivas e sabe do implícito possível em suas condutas. Nas palavras de GARFINKEL (1967, *apud* IÑIGUEZ, *op.cit.*, 80-81):

“(...) qualquer membro, desde o começo, deve ‘conhecer’ o ambiente no qual ele/ela terá de funcionar para que suas práticas sirvam como meios de fazer com que elementos específicos, localizados, desses ambientes sejam obviamente transparentes e explicáveis”.

É de interesse da ETN, por essa via de reflexão, caracterizar os sujeitos pertencentes a uma dada comunidade, observando, nesta contrapartida, como se constituem as normas de interação e ação, por isso o participante de uma comunidade, enquanto ator social, só pertence ou a ela se filia, quando tem competência para a ação conjunta ou para a interação.

Sobre a questão da reflexividade, apontam-se aqui as práticas que descrevem e constroem as ações coletivas. Enquanto os sujeitos interagem, entre si, produzem simultaneamente o significado, normas e inteligibilidade do que fazem. Ao se descrever um acontecimento ou uma situação social, reproduz-se esta situação: descrever uma situação

é, assim, constituí-la. É pela ação do falar que se produz o mundo, é por onde as realidades sociais se configuram.

Segundo GUESSER (*op.cit.*,161), “*na medida em que desenvolvemos nossas ações práticas, estamos envolvendo uma série de atividades racionais motivadas tanto pelos reflexos dos sinais que recebemos do exterior como aqueles produzidos em nosso próprio interior*”. Na ETN a reflexividade não é um conceito moral, não implica “estar consciente de algo”. Refere-se ao princípio de que quando se faz alguma coisa, realiza-se, no fazer, um ato de constituição. A chamada “propriedade reflexiva dos atores sociais” (GUESSER, *op.cit.*) contempla a possibilidade dos sujeitos exprimirem as significações de seus atos e pensamentos. Seria, portanto, este conjunto de percepções produzido pela reflexividade uma base para a tomada de decisão, para a formação de uma “idéia de mundo”, na possibilidade de coordenar os atores sociais e articulá-los com os demais.

A indexabilidade ou indicialidade, a seu turno, faz referência à idéia de que a enunciação de qualquer palavra ou frase se dá em um determinado contexto. GUESSER (*op.cit.*, 160) elucida que o termo “indicialidade” é uma adaptação da lingüística e faz menção a expressões que possuem significados “trans-situacionais” .

Os contextos produzem significados específicos aos signos, em cada oportunidade de enunciação, estendendo-se para além da situação imediata. O conceito de indexabilidade, portanto, prevê que em toda linguagem natural os signos são indexados, na medida em que seus significados dependem sempre do contexto de produção. Por esta via, é possível perceber como os sujeitos utilizam a linguagem e como, em sua cotidianidade, atribuem sentido às palavras. IÑIGUEZ (*op.cit.*, 83) explica, desta forma, que “*todas as circunstâncias que rodeiam uma palavra são as portas de acesso para a ação*

de compartilhar um sentido". A indicialidade seria, por esta via, a incompletude que todo signo possui.

O último elemento da teoria etnometodológica está interligado aos anteriores: a explicabilidade ou relatabilidade (accountability). O termo em inglês *accountability*, para Garfinkel, designa "*característica que permite aos atores sociais comunicarem e tornarem as atividades práticas racionais compartilháveis*" (GUESSER, *op.cit.*, 162).

Partindo do princípio, como já vimos, de que o mundo não preexiste como tal, mas se institui em cada ação prática e interação realizadas pelos sujeitos sociais, a relatabilidade seriam as descrições que os atores fazem de seus processos reflexivos, buscando, ininterruptamente, mostrar a constituição da realidade produzida e experimentada. Seria a propriedade que permite aos atores tornarem o mundo visível a partir de suas ações, traduzindo-as em aspectos compreensíveis e transmissíveis. Levar em conta que o mundo social é relatável é considerá-lo disponível, passível de descrição e capaz de ser analisado a partir dos relatos produzidos pelos atores sociais em interação.

Nestes processos interacionais, prevê-se que os participantes disponham de conhecimentos compartilhados, possuam habilidades comunicativas como membros e tenham o compromisso de colaborar com o cumprimento destas práticas.

Em suma, pelas exposições realizadas, fica evidente que a etnometodologia fez-se como uma disciplina capaz de sugerir elementos teórico-conceituais para vários outros campos. Isto porque buscou refletir, mesmo que inicialmente, a respeito dos processos de produção e negociação de sentido, levou em conta a consideração do contexto, a parceria entre atores sociais, o pertencimento a comunidades sociais a partir de saberes compartilhados e subentendidos, entre outros aspectos.

Outros ramos sociológicos, várias teorias discursivas (inclusive a análise da conversação⁷⁹), bem como teorias lingüísticas como a sociolingüística e psicolingüística, foram, certamente, beneficiadas com esta perspectiva.

Nosso último ponto em destaque, antes de descrevermos as principais linhas/correntes discursivas, centra-se na contribuição dos trabalhos de Michel Foucault, que, em perspectiva autoral, será aqui postulado como o “pai” de muitas ADs.

Pelo menos duas linhas, das que destacaremos em seguida, tiveram em Foucault algumas referências: (1) a tradição francesa de Pêcheux e a (2) a análise crítica do discurso. Para embasarmos este tópico, contaremos, além do respaldo de IÑIGUEZ (*op.cit.*), as proposições de BRANDÃO (2004), GREGOLIN (2004) e o próprio FOUCAULT (2004)⁸⁰.

Paul Michel Foucault (1926-1984) é herdeiro de uma tradição filosófica pautada em Kant, Kierkegaard e Nietzsche. Propõe, nesta linhagem, reflexões sobre o fim do humanismo e da idéia do homem livre, capaz de escolher seu destino. Esta espécie (o homem livre), para o filósofo, estaria em vias de desaparecimento.

Da extensa obra do filósofo, amparando-nos em GREGOLIN (2003: 55), é possível destacar três fases bem distintas do seu trabalho:

- (a) Numa primeira instância Foucault se ocupa em pensar os processos de objetivação do sujeito, **observando os saberes que podem embasar a cultura ocidental, pela busca do método arqueológico**. O homem é visto aqui como objeto e sujeito do saber. Estuda, por isso, a história da loucura e da me-

⁷⁹ Trataremos da Análise da Conversação mais adiante.

⁸⁰ Referimo-nos à obra “L’ordre du discours” (1970). O exemplar utilizado aqui é “A ordem do discurso” (2004), traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio, 11ª edição, São Paulo: Loyola.

dicina. Há um diálogo, nesta fase, com a Etnologia e com a Psicanálise. As obras referenciais neste momento são *As Palavras e as Coisas* (1966) e *Arqueologia do Saber* (1969);

- (b) Num segundo período, ele estuda **a objetivação do sujeito nas designadas “práticas divergentes”: o autor analisa os dispositivos do poder nas “sociedades disciplinares”**. Empreende, então, uma análise das articulações entre os saberes e poderes, prevendo uma genealogia do poder. O autor entende, neste momento, que o poder se pulveriza na sociedade, através de inúmeros micro-poderes. As obras referenciais neste momento são *Vigiar e Punir* (1975) e *Microfísica do Poder* (1979);
- (c) Num terceiro momento, por fim, o pesquisador investiga **a subjetivação, a partir de suas técnicas, da “governamentalidade”**, vistos como os procedimentos de subjetivação que constituem, para os sujeitos, a idéia de identidade. Desenvolve sua pesquisa, neste período, em direção à temática da sexualidade, da constituição histórica de uma ética e estética. As obras referenciais são a *História da Sexualidade I, II e III* (1976, 1984a, 198b).

Estas três fases denotam, prospectivamente, o sujeito como objeto central de atenção na obra de Foucault. O sujeito é seu próprio objeto: de saber, de poder ou de construção identitária. Para o autor, o sujeito é o resultado de uma produção que ocorre no interior de três eixos da ontologia: os eixos do ser-saber; do ser-poder e do ser-si.

Nesta ótica, as teias conceituais que unem a centralidade do sujeito e as idéias sobre discurso emergem da seguinte perspectiva: o sujeito seria uma “*fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas*” (GREGOLIN,

op.cit.,59). E é na tríade discurso-sociedade-história que o autor observará as mudanças nos saberes e articulação com os poderes, no seio social.

Por esta via, três noções permeadas nesta relação serão de extrema relevância para os estudos discursivos: (1) o conceito de discurso; (2) a concepção de poder e as relações poder/saber; (3) e a produção de subjetividade.

A primeira noção será a de maior interesse para esta seção da tese. Para Foucault⁸¹ pensar em discurso é entendê-lo além da noção de conjunto de enunciados manifestados por um sujeito: é percebê-lo como prática social⁸². É um campo de regularidades para várias posições de subjetividade, em que se pode determinar a dispersão⁸³ do sujeito e sua descontinuidade.

Baseando-nos em BRANDÃO (2003), Foucault explica haverem três “regras de formação” que compõem os discursos: (1) os objetos que coexistem e se transformam num “espaço comum discursivo”; (2) os diferentes tipos de enunciação possíveis em um discurso; (3) os conceitos que se transformam em campos discursivos. Tais regras formariam o que Foucault nomeia de “formações discursivas”⁸⁴. São o entrelace, portanto, entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Nas palavras do autor:

“ (...) Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 2004:8-9)

⁸¹ Mais precisamente em três obras: “A ordem do Discurso” (fruto de aula-palestra ministrada no Collège de France, em dezembro de 70) , “As palavras e as coisas” (1966) e “Arqueologia do saber” (1969).

⁸² Postura também adotada, como veremos, pela Análise Crítica do Discurso.

⁸³ Caberia à Análise do Discurso, de acordo com BRANDÃO (2004: 32), descrever esta dispersão.

⁸⁴ Como veremos, este será um dos muitos conceitos que Pêcheux e a tradição francesa incorporam em suas teorizações.

Estas formações discursivas são o contexto de produção do discurso. É o conjunto de relações que articulam um discurso. Tais formações regulamentariam a ordem do discurso, “através da organização de estratégias, permitindo a colocação em circulação de determinados enunciados em detrimento de outros”. (IÑIGUEZ, *op.cit.*, 92). Para o autor, portanto, o discurso será “*o conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva*” (FOUCAULT, 1969, *apud* BRANDÃO, *op.cit.*, 33).

Se o discurso é este campo de regularidades, o sujeito pode no interior do discurso assumir diferentes posições e estatutos. Tal sujeito, para o autor, não seria a causa, a origem ou o ponto de partida da articulação escrita ou oral que os enunciados manifestam. O sujeito discursivo, assim, tem uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diversos outros indivíduos. Por isso, Foucault afirma que o discurso não é atravessado pela unidade do sujeito mas por sua dispersão, já que há várias posições possíveis a serem preenchidas por este sujeito.

Outra aceção que se evidencia em sua teoria é utilização do termo “práticas discursivas” em lugar de “discurso”. Tais práticas seriam, para ao autor, regras anônimas, estabelecidas ao longo do processo histórico, isto é, determinadas no tempo e no espaço. O discurso seria, assim, uma prática articulada a outras tantas, num processo de retroalimentação, interpelação, interrogação, etc. Tais práticas discursivas evidenciam, na perspectiva de IÑIGUEZ (*op.cit.*, 95) a idéia de que falar “*não so é algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala*”.

Retomando, portanto, a importância dos cinco temas apontados como influências significativas para o aparecimento de muitas ADs, podemos sintetizar o papel das

cinco correntes elencadas por IÑIGUEZ (*op.cit.*), registrando, resumidamente, o que coube a cada segmento:

a) **Sobre o “giro lingüístico”:** pôde fornecer subsídios para ter na linguagem cotidiana um aporte para explicar a realidade, tanto quanto a linguagem formal, justamente por negar o pressuposto de que a linguagem representaria uma realidade dada a ser descrita, ou que intermediaria uma relação literalizada entre homem-mundo. A linguagem, portanto, já não seria um veículo neutro e transparente de representação da realidade, mas parte integrante desta, em termos definitórios e constitutivos. Neste âmbito, será possível, em outras teorias, descrever as ações discursivas como um conjunto de dispositivos lingüísticos, pelos quais a realidade pode ser percebida e descrita.

b) **Sobre a Teoria dos Atos de Fala:** pôde introduzir perspectivas que foram incorporadas pela Pragmática, como a idéia de que falar é agir, apresentando uma visão também anti-representacionista, na confirmação do caráter constitutivo de cada ato de fala. Os atos de fala foram vistos, nesta perspectiva, como elementos portadores da interação.

c) **Sobre a Pragmática:** pôde especificar que a produção de significados está atrelada à interação e ao contexto em que a linguagem se desenvolve. Produzir significados é, assim, uma atividade que está para além de simplesmente utilizar as palavras em sentido referencial.

d) **Sobre a ETN:** pôde destacar as interações provindas dos processos microsociais, aludindo também à importância dos contextos e das relações cotidianas na construção das realidades sociais. Os estudos em **Análise da Conversação** serão os principais beneficiados desta teorização.

e) **Sobre os princípios foucaultianos:** puderam desvelar um norte conceitual e teórico, para encaminhar as discussões sobre o discurso. Depois de Foucault, foi possível considerar o discurso como uma prática social, capaz de incorporar elementos constitutivos que não fossem puramente lingüísticos, considerando, para esta acepção, o contexto histórico e o inventário de regras sociais. A **Análise do Discurso Francesa** e a **Análise Crítica do Discurso** serão as correntes que mais utilizarão as idéias foucaultianas.

Ademais, apoiando-nos em BARROS (1999: 184), é possível afirmarmos que tais influências e outras mais proporcionaram mudanças significativas nos estudos sobre a linguagem, destacando sobremaneira:

- 1) O fato de a língua/linguagem ter deixado de ser vista como um lugar de representação de significados objetivos, para ser vista como um “meio convencional de agir no mundo” – graças notadamente à Virada Lingüística, aos princípios da Pragmática/ Teorias do Ato de Fala e à Etnometodologia;
- 2) O fato de a linguagem ser igualmente vista como um instrumento de argumentação e de interação, não se prestando somente a produzir informação – graças sobremaneira aos estudos de Ducrot, à Sociolinguística Interacional e à Análise da Conversação;
- 3) O texto ou o discurso passam a ser concebidos como as unidades determinantes do sentido e não mais a frase, tomando-o como objeto de estudos lingüísticos – graças sobretudo às próprias teorias discursivas e os estudos precursores de Bakhtin;

- 4) A intersubjetividade (processos dialógicos/ polifônicos) aparece como elemento anterior à própria subjetividade – cabem aqui novamente os estudos de Bakhtin, as teorias pragmáticas e os estudos em Análise da Conversação;
- 5) O discurso passou também a ser lugar social e individual – podemos destacar, além dos estudos sobre polifonia/dialogia, as idéias dispostas do filósofo Michel Pêucheux.

Todas estas perspectivas, portanto, colaboraram para que os estudos sobre o texto/discurso ganhassem outra dimensão, já que se considera o princípio destes tipos de estudo a partir da quebra de duas barreiras: (1) uma certa preocupação com a organização global do texto; (2) uma certa preocupação entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos.

De acordo com BARROS (*op.cit.*, 185), estas novas posições forneceram subsídios para novos objetos de estudo. Mas, ao mesmo tempo em que produziram o novo, estabeleceram critérios muito díspares, com fundamentos diferentes, tendo como herança quadros teóricos diversos, que ora dialogam e ora conflitam, em busca da legitimação em um dado território. Entrecruzaram-se, neste aspecto, a Lógica, a Filosofia da Linguagem, a Antropologia Estrutural, os Estudos Cognitivos, a Psicanálise Lacaniana, o Materialismo Histórico, entre outros.

Pelo exposto, concordamos com a autora (*op.cit.*) ao mencionar parecer ser difícil definir um lugar para o campo da Análise do Discurso, sem dotar-lhe de certa fragilidade e instabilidade, já que se encontra no entrecruzamento de diversos matizes científicos de estudo.

BARROS (*op.cit.*, 186) caracteriza três tipos de objeções quanto às teorias do discurso (propriamente designadas como tal): 1) um certo reducionismo teórico, cujo “empobrecimento” fica notável por excesso de formalismo e, por conseguinte, adotarem um único ponto de vista teórico; 2) uma certa negação das condições sócio-históricas e conseqüente prevalência somente das enunciações expostas no discurso; 3) um certo desafio “fundamentalista”, pautado em projetos que sejam mais descritivos que explicativos.

Apesar destas considerações, no próximo tópico, proporemos uma descrição das principais linhas de estudo e pesquisa que conformaram o quadro das teorias do discurso no século XX, buscando denotar as correntes do pensamento mais predominantes, em determinado período histórico, sem pretensão de completude. Teremos, contudo, um cuidado didático em mapear, a partir da consulta um maior número de obras disponíveis, o teor destas linhas mais representativas do universo em questão.

4.2.2. Principais filiações

“O que devemos destacar com relação à AD não é a sua importância como método e sim o fato de que ela é uma perspectiva a partir da qual podemos analisar os processos sociais”.

Lupcinio Iñiguez (2004: 51)

Se fôssemos considerar todos os tipos de estudos que se utilizam da análise do discurso como ferramenta de observação da materialidade dos textos, disporíamos um sem-número de linhas.

Vale asseverar que, apesar de ser uma prática hermenêutica por natureza, a análise de discursos, tal como restringiremos aqui, não pretende se postular na ação de meramente interpretar o dito, ao ponto de propor o domínio do sentido dos textos sociais (se é que é possível este procedimento). Procura, outrossim, buscar responder questões do tipo: *“O que tal texto quer dizer?”* ou *“como tal/determinado texto⁸⁵ constrói a significação?”*.

Tal proposição aparta a prática da análise de discursos da prática da interpretação (o que a faz fazer fronteiras com a Semiótica, por exemplo) e promove outras perspectivas para se pensar o que as enunciações produzidas, transformadas em texto/discurso, podem representar em diversos âmbitos, principalmente no campo social.

Para a finalidade a que nos propomos, dividiremos nossa abordagem em duas macro correntes, subdivididas em outras duas: (1) os estudos franceses (*AD francesa* e *Semiolingüística*) ; (2) os estudos anglo-saxônicos (*Análise da Conversação* e *Análise Crítica do Discurso*).

⁸⁵ Se o vocábulo “texto” for aqui tomado também por “discurso”. Há correntes lingüísticas que diferenciam sobremaneira ambos. Uma das formas de diferenciá-los é apontar o texto como “produto material” e o discurso como “processo comunicativo”.

A escolha destas quatro perspectivas se deu por ser possível atribuir-lhes consistência teórica, metodológica e epistemológica e por certamente ter forte inspiração lingüística.⁸⁶

Dedicaremos, mais à frente, um tópico a cada teoria, de modo que possamos particularizar seus princípios conceituais, suas filiações científicas e as influências autorais presentes em cada uma. Mas, para que possamos ter uma visão (não linear, mas englobante) sobre o processo de construção e edificação do campo da AD, apresentaremos, brevemente, um esboço destas linhas.

No âmbito dos estudos franceses, a primeira corrente emerge nos anos 60, à luz de três domínios interdisciplinares: a *Lingüística*, o *Marxismo* e a *Psicanálise*. Tem como principal ícone o filósofo francês Michel Pêcheux, que apóia-se consideravelmente em Foucault, Marx, Lacan e Althusser para compor os principais postulados. É na relação língua/sujeito/ história ou na simbiose língua/ideologia que se baseia tal perspectiva. Entende-se, nesta linha de pesquisa, que a língua é um fato social (retoma-se aqui a perspectiva saussureana)⁸⁷, não fechada em si mesma e sujeita a falhas. É na ligação entre a língua e a exterioridade, língua e ideologia, ideologia e inconsciente que se constitui uma visão sobre o discurso.

Os discursos, neste caso, são tidos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico. De acordo com MAINGUENEAU (1997b, 13-14), seria tarefa maior desta abordagem pensar os discursos a partir dos textos produzidos: (1) no quadro das instituições que restringem fortemente a enunciação; (2) no âmbito em que se crista-

⁸⁶ Outras correntes, também relevantes, não foram aqui aventadas por uma questão de recorte do objeto. Linhas como a *Semiótica Discursiva*, cujo precursor foi o sociólogo e semiólogo Eliséo Verón, têm se apresentado muito produtivas na análise do campo midiático. Talvez em futuro desdobramento deste trabalho possamos fazer jus a esta teoria.

⁸⁷ Como explica Eni Orlandi, uma das difusoras desta corrente no Brasil, "(...) a *Análise do Discurso que pratico leva a sério a afirmação de Saussure de que língua é fato social*" (2005:3).

lizam os conflitos históricos e sociais; (3) no quadro que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso⁸⁸ limitado.

A segunda linha aqui ensejada é formada por teorias multifocais e apresenta fortes características psicossociais, no que diz respeito à valorização dos contratos sociais, dos saberes compartilhados e do aspecto sócio-cultural dos sujeitos comunicantes. Para a Semiologia, o homem é um ser social criado e condicionado pela sociedade, por isso ele, ao mesmo tempo repete a voz do social, mas recria-se pela individualidade. O discurso é, por isso, visto como um jogo comunicativo, pautado na mesclagem de diversos sistemas semióticos.

No âmbito dos estudos anglo-saxônicos, a análise da conversação, também oriunda nos anos 60, é originária da Inglaterra e enraizada nos EUA, tendo influências evidentes da etnografia (e como ramo a etnometodologia e o interacionismo). Nesta vertente, vê-se a fala como forma de ação e prevê-se a análise conversacional como objeto para tratar o discurso. O discurso é, por isso, visto como uso da linguagem verbal em contextos específicos.

Ainda a partir dos estudos ingleses, toma aporte nos anos 70 a Análise Crítica do Discurso, cujo um dos mentores principais é o lingüista Norman Fairclough. Por esta via, a linguagem é entendida como prática social, sendo decisivo, nesta concepção, o papel da ideologia (como sistema de pensamento, valores e crenças), entendendo que as práticas discursivas teriam grandes efeitos ideológicos e hegemônicos.

⁸⁸ A noção de interdiscurso pressupõe que todo discurso tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos. Em sentido restritivo, o interdiscurso é tido como um espaço discursivo, um conjunto de discursos de um mesmo campo ou de campos distintos. Em sentido mais amplo, constitui o conjunto das unidades discursivas com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. Ver em MAINGUENEAU (2004:286).

Inspirando-nos nas classificações de GADET (1982, *apud* MAINGUENEAU, 1997b: 16), MURILLO (2004:9) e MACHADO (2001:46), apresentamos um breve quadro comparativo entre as quatro áreas:

Legenda: AD (Análise do Discurso)/ AC (Análise da Conversação)/ ACD (Análise Crítica do Discurso)/ SL (Semiolinguística)				
Tópicos	Estudos franceses		Estudos anglo-saxões	
	AD francesa	SL	AC	ACD
Tipos de Discurso	Escrito Quadro institucional Doutrinário	Oral Escrito	Oral Conversação Cotidiana Comum	Oral Escrito
Conceito de Discurso	Efeito de sentido entre interlocutores	Discurso como Jogo comunicativo	Discurso como um processo de interação entre os falantes	Discurso como prática social constituída em duas instâncias: texto (descritiva) e prática discursiva (interpretativa)
Noção de Sujeito	O sujeito é a-sujeitado não é senhor de suas produções discursivas, é clivado (dividido)	Ator social que negocia sentido, movido por determinadas intencionalidades	O sujeito como ser unívoco dotado da capacidade de se expressar e interagir	Sujeito como posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente
Missão da AD	Desvendar a Manipulação ideológica dos discursos	Analisar os diferentes discursos sociais e suas variantes	Observar a interação e produzir interpretações a partir disso	Considerar o uso da linguagem como forma de prática social
Predecessores	Michel Pêcheux	Charaudeau	Atkinson Heritage Goffman Shiffrin	Fower Kress Fairclough Van Dijk
Influência	Estruturalismo Marxismo Psicanálise Materialismo histórico	Pragmática Etnometodologia Semiótica Greimasiana	Interacionismo Simbólico Etnometodologia Pragmática	Empirismo Psicologia Social Linguística Crítica

Tendo em vista a necessidade preeminente desta tese de didatizar as teorias discursivas para o alunado de Comunicação Social, o quadro acima parece prestar, prioritariamente, um esclarecimento basilar, que permite restringir, ainda que existam evidentes correlações, cada teoria acima em espaços distintos, na revelação de suas possíveis origens, meios e fins.

Visto o quadro anterior, passemos, na próxima seção, para uma descrição mais detalhada dos objetivos de cada corrente de pesquisa.

Ao final deste trabalho, proporemos uma ampliação deste quadro, acrescentando conceitos e idéias que ainda serão expostos nos itens seguintes.

4.2.2.1. A Análise do Discurso Francesa⁸⁹

Nos anos 60, como fruto de inquietações nascidas do encontro de determinados segmentos da tradição sociológica e marxista com propostas de reformulação da lingüística, surgem precisamente uma tradição de estudos para o discurso: a corrente francesa.

Entre demais correntes ou linhas de pensamento fervilhantes nos centros universitários em Paris, destacam-se a tríade **ESTRUTURALISMO - MARXISMO - PSICANÁLISE** como o grande sustentáculo teórico dos primeiros estudos desta abordagem.

De acordo com ORLANDI (2004:4), surgem como contributo do materialismo histórico/ marxismo - a teoria da ideologia; da psicanálise – a noção de inconsciente e decentramento do sujeito; da lingüística estrutural – o deslocamento da noção de fala para discurso. MUSSALIN (2000) adjetiva a tríade acima mencionada como um terreno fértil que foi capaz de produzir a gênese desta tradição.

Começamos pelo primeiro elemento da tríade. Apesar de terem co-habitado vários estruturalismos⁹⁰, podemos destacar pelo menos dois movimentos que foram vistos como alicerce para conduzir os estudos sobre o discurso em contexto francês: **a lingüística estrutural e a antropologia estrutural.**

⁸⁹ Nomeia-se *Análise do Discurso Francesa* a escola fundada pelos princípios teóricos de Michel Pêcheux. Outra renomada escola de análise do discurso de origem francesa, a corrente semiolingüística, também será aqui referenciada.

⁹⁰ Segundo FERREIRA (2004), o estruturalismo foi capaz de contagiar várias ciências, tendo como representantes máximos, a partir dos anos 60: Lévi-Strauss (antropologia), Roland Barthes (semiologia), Michel Foucault (filosofia), Louis Althusser (sociologia) e Jacques Lacan (psicanálise).

O estruturalismo lingüístico tem suas raízes no pioneiro Ferdinand de Saussure (1857-1913), com a obra *post mortem* Curso de Lingüística Geral (1916).⁹¹

Para a Lingüística Estrutural, a língua é concebida justamente como um sistema que deve preservar a identidade de suas unidades, prevendo um estudo sistemático da linguagem a partir de certas regularidades. Saussure acreditava que todo conceito num dado sistema é determinado por todos os outros conceitos do mesmo sistema. Segundo MUSSALIN (2000: 102), o estruturalismo desconsidera que “*as influências externas, geradoras de irregularidades, afetem o sistema por não serem consideradas parte da estrutura*”.

A idéia de “inequívocidade” dos fatos, dentro de uma superordenação, constitui a perspectiva estruturalista. Por isso, a noção de SISTEMA, associada à noção de ESTRUTURA pôde dar cabo aos ideais desta teoria: é na estrutura/sistema que os conceitos têm lugar definido.

Outra questão que marca as disposições teóricas saussureanas é a idéia de que há relações a serem reconhecidas e categorizadas no interior de um sistema lingüístico. São as regras e convenções subjacentes à operacionalidade da língua que postulavam, por isso, sua infra-estrutura.

Por sistemas binários, Saussure propõe categorias dicotômicas que explicam o funcionamento do sistema: língua/ fala; sincronia/ diacronia; denotação/conotação; o signo como um resultante entre significante e significado; etc.⁹²

⁹¹ O Curso de Lingüística Geral não foi fundamental só para trazer os primeiros princípios do estruturalismo. Foi basilar, especialmente, para reconfigurar o papel da Lingüística no século XX. As teorias que ali se conjecturaram tiraram a Lingüística de uma condição pré-científica para “*uma Lingüística fundada em hipóteses e métodos rigorosos*” (GREGOLIM, 2004: 23).

Esta perspectiva lingüística se estendeu também a outros domínios. Levi-Strauss, inspirado no mestre genebrino⁹³, instaura, quarenta anos depois, a antropologia estrutural, cuja lógica de ação é adotar uma posição totalizadora para o estudo dos fenômenos sociais. Levi-Strauss busca utilizar as propostas lingüístico-estruturalistas como meios de “*aproximar a antropologia da cultura, do simbólico, retirando-a dos antigos modelos naturalistas ou biológicos*” (GREGOLIN, 2004:21).

Pelos princípios da antropologia levistraussiana, é pelo todo que se justificam as partes e não pela soma das ações individuais (como antes justificaria o funcionalismo). São as normas, regras, valores e ideologias que produzem as inferências e motivações das condutas individuais, que promoveriam a idéia de “consciência coletiva”.⁹⁴

A sociedade é vista como um conceito holístico, à luz de um posicionamento durkheimiano, com leis próprias de reprodução e transformação. A sociedade é estudada à parte como “coisa” e perfaz um sistema de relações sociais invariantes.

Sendo assim, a estrutura seria o modelo capaz de construir a realidade empírica, organizando-se, em sua condição macro, como anti-humanista, anti-historicista e anti-empiricista.

É anti-humanista porque prevê a exclusão das ações conscientes e deliberadas dos indivíduos e grupos sociais como agentes das causalidades sociais. Desse modo, na lingüística saussureana, as oposições entre LÍNGUA (uso sistemático e social da lingua-

⁹² É justamente no corte saussureano *langue/parole* que a Escola Francesa de Análise do Discurso propõe suas primeiras reflexões, como veremos mais à frente.

⁹³ Atribui-se esta inspiração aos encontros de Levi-Strauss com Roman Jakobson em 1942, como já mencionamos.

⁹⁴ Postulados extraídos do verbete ESTRUTURALISMO, no “DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FGV)”, ver em Referências Bibliográficas.

gem) e FALA (uso individual da linguagem/ discurso), não dão à FALA a condição de “produção subjetiva” (a subjetividade, aliás, sequer é aventada em Saussure). Ela é tida como a ação individual da língua a partir do que é previsto no sistema (a não ser por ações idiossincráticas dos falantes), não fora dele.

É anti-historicista porque propõe suas avaliações por vias sincrônicas e não diacrônicas. Na Lingüística Estrutural esta perspectiva aparece, de acordo como MATTOSO CÂMARA (1973), quando Saussure leva em conta os “estados da língua” e não o “devenir das línguas”, prevendo uma postura sincronicista para pensar a estrutura lingüística.

É anti-empiricista porque acredita que não é só nos eventos que se pode extrair a experiência.⁹⁵ Ao contrário, é na abstração teórico-sistêmica que é possível se delimitar os princípios de funcionamento das coisas.

Pelas características apontadas e por buscar explorar as “estruturas” através das quais se podem produzir significados dentro de uma cultura, o estruturalismo se torna, dos anos 60-80⁹⁶, uma abordagem altamente proveitosa para dar conta de analisar a linguagem, a cultura, a filosofia, etc.

No que tange aos princípios marxistas, são frutificantes para a construção desta corrente de estudo: *o materialismo histórico e a questão da ideologia*.

O materialismo histórico, criado por Marx, fundamenta-se na idéia de que a produção material ou econômica, em uma dada sociedade, organiza a política e as represen-

⁹⁵ Postulados extraídos do verbete ESTRUTURALISMO, no “DICIONÁRIO DO PENSAMENTO DO SÉCULO XX”, ver em Referências Bibliográficas.

⁹⁶ Outras teorias substituíram o estruturalismo, pós anos 80, como o pós-estruturalismo ou o desconstruismo. O estruturalismo foi muito criticado por favorecer o determinismo em detrimento da relativização.

tações intelectuais. É a infra-estrutura da sociedade, que, de certa forma, determina a super-estrutura (instituições jurídicas, políticas e ideológicas) .

De acordo com MARX⁹⁷, tal base material se constitui de *forças produtivas* (ferramentas, máquinas, técnicas, etc.) e de *relações de produção* (a relação entre proprietários e meios de produção, as matérias-primas, as máquinas, os trabalhadores, etc.): ambas se constroem pelo constante embate ou diálogo.

Estes princípios fazem do “materialismo histórico” um caminho para explicar a realidade histórica. Visto como teoria científica, o materialismo aponta as forças decisivas que produzem a história, relacionando ao lugar do homem social nesta conjuntura.

A Escola Francesa se apropria destes ideais marxistas para propor uma teoria materialista do discurso – teoria esta não-subjetivista, onde se mapeie as condições sócio-históricas que evidenciem os sujeitos e os sentidos produzidos.

Sobre a questão da ideologia, diferentemente da primeira acepção dada ao termo em 1810, na obra *Elements de idéologie*, do filósofo Destutt de Tracy⁹⁸, em que imperava a noção de “*ciência positiva do espírito*”, em MARX o vocábulo já está impregnado de conotação pejorativa, significando “*a separação que se faz entre a produção das idéias e as condições sociais e históricas em que são produzidas*” (BRANDÃO, *op.cit.*,19-20).

⁹⁷ Informações retiradas do verbete “materialismo histórico”, do *Dicionário de Ciências Sociais* (FGV), 1987, p.728-729.

⁹⁸ Ver em CHAUI (1981, *apud* BRANDÃO, *op.cit.*). Ver também no verbete “ideologia” (*Dicionário de Ciências Sociais* - FGV, 1987, p.570-571).

Em MARX & ENGELS⁹⁹, a questão da ideologia está vinculada a uma preocupação com a falsa consciência: “*as ideologias como forma de consciência falsa, sistema de idéias distorcidas e enganadoras, baseadas em ilusão*”.¹⁰⁰ As ideologias, vistas aqui de forma negativizada, são sistemas que fundamentam os pensamentos e teorias, diretrizes sociais que moldam o comportamento humano, credos que se alicerçam no coletivo, etc.

Apropriando-se desta visão, a Escola Francesa re-significa a noção de ideologia¹⁰¹ a partir de uma vertente discursiva. A ideologia será vista como um lugar de produção de evidências, que coloca o homem “*na relação imaginária com suas condições materiais de existência*” (ORLANDI, 2003: 46). A ideologia será entendida como a condição de constituição do sujeito e do sentido: para que se produza o dizer, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Em correlação ao conceito de ideologia, outro conceito é transferido da psicanálise para o discurso: a noção de inconsciente. Valem, a este respeito, algumas considerações, especialmente para entender a aplicação deste conceito para repensar o papel do sujeito nesta abordagem.

Em sentido *latu*, inconsciente é termo que se refere “*a toda atividade psíquica que não está momentânea ou permanentemente presente na consciência do sujeito*”¹⁰². Em sentido *strictu*, a partir das acepções freudianas, o inconsciente passou a significar

⁹⁹ Verbete “ideologia” (*Dicionário de Ciências Sociais* - FGV, 1987, p.570-571).

¹⁰⁰ *Idem*, p.571.

¹⁰¹ Outra visão sobre ideologia que fundamenta o pensamento da Escola Francesa repousa em Althusser, a ser desenvolvida mais à frente.

¹⁰² Verbete “inconsciente” (*Dicionário de Ciências Sociais* - FGV, 1987, p.584).

“o conjunto de processos psíquicos que podem governar a conduta, sem o controle e a representação consciente respectiva”.¹⁰³

Em uma releitura de Freud, Lacan (que também releu Saussure) propõe pensar o inconsciente como objeto estruturado pela linguagem. Conforme sentença BEIVIDAS (2004:3), Lacan¹⁰⁴ revelou aspectos sobre o discurso como “o *lugar conceptual de onde tirar as inferências mais promissoras para o conhecimento do sujeito.*” Para o psicanalista, o inconsciente seria uma espécie de intruso no discurso racional, uma articulação encabeçada por mobilidades lingüísticas.

Além de ser vinculado à linguagem, o inconsciente também mantém elos com o campo simbólico, já que, além de ser um ponto topográfico na estrutura da personalidade, o inconsciente é percebido como um encadeamento de significações e representações.

Diante de tudo que foi exposto, é, respectivamente, na junção dos ideais de **Saussure, Marx e Freud/Lacan** que o lingüista/lexicógrafo Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux, envolvidos em um cenário miliante que unia estudos acadêmicos sobre luta de classes, história e movimento social, inauguram um campo de estudos para o discurso.

Todavia, é Michel Pêcheux (1938-1983) quem, de fato, impulsionou uma série de trabalhos acadêmicos sobre o tema. Diferentemente de Dubois, que via neste campo a continuação de uma tradição lingüística (da Lexicologia à AD), é por uma crítica severa

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Nesta conjuntura, Lacan acabou por tornar-se um pesquisador-lingüista, pois produziu diálogos teóricos com Benveniste, Martinet, Jakobson, fez referência a Hjelmslev e proferiu críticas a Chomsky.

à Lingüística que Pêcheux frutifica seus estudos e formula teorias sobre o discurso, colocando-o em outro terreno.

De acordo com MALDIDIER (2003), o que trouxe diferencial aos estudos do filósofo Pêcheux foi considerar o discurso como um objeto integralmente lingüístico e histórico¹⁰⁵, que se torna passível de ser analisado: é na situação histórico-social na qual se organiza um discurso que é possível se constatar os “efeitos de sentido”.

Conforme explicita a autora, os estudos de Pêcheux se apresentaram sob três fases distintas, revelando os embates, reconstruções e retificações de sua teoria: o *tempo das grandes construções* (1969-1975); *tempo das tentativas ou dos tateamentos* (1976-1979); *tempo da desconstrução domesticada* (1980-1983).

A primeira época é a que se inicia com a obra *Analyse Automatique du Discours* (1969) — também chamada de AAD 69, objeto de uma tese universitária defendida em 1968 —, em que o autor faz uma releitura de Saussure, pensando a *langue* como a base dos processos discursivos.

Apesar de considerar as idéias saussureanas o ponto de partida da ciência lingüística, Pêcheux vê no corte saussureano *langue/parole* algumas conseqüências negativas. Primeiramente levou a Lingüística a abandonar o estudo da semântica e, ao mesmo tempo, abriu as portas para o formalismo e para o subjetivismo (*parole* individualizada). Por conta desta convicção, Pêcheux propôs, então, uma revisão desta relação a partir do materialismo histórico, o que significou uma mudança de abordagem do objeto, em busca de um novo terreno teórico. A *langue*, apesar de ser vista ainda como sistema e como

¹⁰⁵ A questão da historicidade não se apresenta como elemento componente nem do estruturalismo saussureano, nem do funcionalismo *jakobsoniano*. Eis o novo elemento trazido pela AD francesa como contributo à teoria lingüística.

instituição social, passou a ser reconhecida como a base dos processos discursivos, tendo como elementos centrais o sujeito e a história.

A noção de discurso que aparece nesta obra rechaça a idéia de um “*discurso empírico sustentado por um sujeito*” ou a idéia de “*discurso enquanto texto*”.

Novas nomenclaturas vigoraram, ainda que embrionariamente, compondo o quadro teórico nesta obra: o conceito de “condições de produção” (que designava a existência sempre de um “exterior” para o discurso acontecer – o tecido histórico-social que o constitui); e o conceito de “interdiscurso” (tido, nesta fase inicial, como “não-dito constitutivo de qualquer discurso”).

É nesta primeira fase que se agregam as idéias althusserianas sobre ideologia e marxismo¹⁰⁶, com as idéias lacanianas sobre inconsciente. GREGOLIM (*op.cit.*) explica que as teses de Althusser sobre aparelhos ideológicos e assujeitamento propõem um sujeito atravessado pela ideologia e, ao mesmo tempo, pelo inconsciente.

BRANDÃO (*op.cit.*) explica que Althusser (marxista convicto), fundamentalmente na obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970), tem como princípio a tese de que, para manter sua dominação a classe dominante cria caminhos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Neste sentido, o Estado utiliza-se de Aparelhos Repressores (ARE) — que incluem o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, etc. — e Aparelhos Ideoló-

¹⁰⁶ Criticado como “estruturalista neopositivista”, Lois Althusser, que era marxista, propunha uma distinção entre “teoria das ideologias particulares” e “teoria da ideologia em geral”, conduzindo nesta divisão binária a idéia de que “*as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como idéias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção*” (MUSSALIN, *op.cit.*, 103).

gicos (AIE)¹⁰⁷, que incluem instituições como a religião, a escola, a família, a cultura, o sindicato, etc. É por via destes dois aparatos que se promovem as ideologias dominantes e que se criam as condições necessárias para a reprodução das relações de produção.

Ainda na primeira fase, num artigo escrito por Pêcheux & Fuchs (1975) apresenta-se o “quadro epistemológico geral” da Análise do Discurso, em que se expõe um refinamento das relações entre língua – discurso - ideologia – sujeito e, mais precisamente, re-interpretações do conceito de *formação discursiva* (FD) de Foucault.

Fundamentando-nos em MAINGUENEAU (2000), é possível diferenciar a visão de Foucault, como vimos em tópico anterior, sobre a noção de formação discursiva (FD) da de Pêcheux. No primeiro autor, a FD sustenta-se na idéia de “conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas”¹⁰⁸. Em Pêcheux, com forte influência de Althusser neste aspecto¹⁰⁹, a FD é vista como espaço que determina o que deve ou não ser dito, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. As palavras, assim, mudariam de sentido, ao passarem de uma formação discursiva a outra. As FDs dizem respeito, assim, a “todo um sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito”.¹¹⁰

Apoiando-nos em BRANDÃO (*op.cit.*,48-49), podemos definir as formações discursivas em Pêcheux, a partir de dois funcionamentos: 1) pela paráfrase (justamente porque enunciados são retomados e reformulados na preservação de identidades; 2) pelo

¹⁰⁷ Várias pesquisas no campo da comunicação, desenvolvidos nos anos 70, trataram a mídia como um destes aparelhos ideológicos. Falamos brevemente desta questão no capítulo sobre o campo da comunicação e os estudos sobre a dimensão sócio-política em 3.1.4.

¹⁰⁸ MAINGUENEAU, 2000: 68.

¹⁰⁹ O que lhe possibilitará, em obras seguintes, fazer uso da nomenclatura “formações ideológicas”.

¹¹⁰ Ibidem.

pré-construído (remetência a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é construído pelo enunciado).

Também neste artigo, aparece um dos pontos importantes da teoria pecheuxiana: a teoria dos “dois esquecimentos”, ou do apagamento do sujeito na enunciação.

BRANDÃO (*op.cit.*, 82) explica que tal teoria apóia-se numa certa ilusão discursiva do sujeito em que: 1) o sujeito se coloca como a origem do que diz, fonte exclusiva do sentido do seu discurso (neste caso o sujeito apaga, inconscientemente, qualquer elemento que diga respeito ao exterior de sua formação discursiva); 2) o sujeito sofre da ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade, pois retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, utilizando de “estratégias discursivas” para antecipar os efeitos desejados. É o que se chama de “operação de seleção lingüística” que o falante realiza para escolher o que é dito e o que deixa de ser dito.

Por isso, a noção de **sujeito**, para a tradição francesa, é fundamental. Não porque o sujeito seja visto com poder de decisão, ou que seja capaz de escolher suas estratégias de produção discursiva. O sujeito discursivo é assujeitado¹¹¹, ele atua como alguém que pensa ter controle ou domínio sobre o que diz, mas, de fato, dois outros elementos se ocupariam em determinar os discursos: o inconsciente e a ideologia. Os sujeitos são, neste aspecto, históricos e ideológicos.

A partir de BRANDÃO (*op. cit.*, 59), podemos diferenciar a natureza histórica e ideológica dos sujeitos: pelo fato de produzirem uma fala a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo são históricos; ao mesmo tempo, suas falas são um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social, situando-se em

¹¹¹ Veremos mais à frente, como correspondência desta abordagem, a noção de “sujeito clivado” proposto por Jaqueline Authier -Revuz.

relação aos discursos do outro (em nível discursivo e interdiscursivo), daí serem ideológicos.

Ainda em 1975, uma outra obra de Pêcheux, *Lês Vérités de La Palice* (1975)¹¹², propõe uma “*teoria materialista do discurso*”. Neste momento, seu pensamento se volta para uma crítica da ilusão da evidência e da transparência do sentido. Tendo como referência a idéia de interpelação ideológica, reforça-se a tese de que o assujeitamento apresenta caráter contraditório e desigual. Neste processo, os aparelhos ideológicos reproduzem e transformam as relações de produção. As formações discursivas seriam responsáveis por dissimular, pela transparência dos sentidos, a *dependência a todo um complexo dominante* (GREGOLIM, *op.cit.*, 63). É também neste período que faz uma crítica ao seu primeiro trabalho, achando-o pouco explicativo no que tange ao ponto das condições sócio-históricas de produção.

A segunda fase do filósofo, intitulada “fase das tentativas” (1976-1979) é marcada por muitas conferências e colóquios da Escola Francesa. Encabeçadas por Michel Pêcheux, Paul Henry e Michel Plon, as conferências que se estenderam por três anos tiveram como foco principal questões situadas em torno da relação língua, psicanálise e política.

Uma análise da crise lingüística, em torno de situá-la dentro ou fora do logicismo e do sociologismo (com forte influência das idéias de Chomsky no debate), fez com que Pêcheux apontasse mais rispidamente as diferenças sobre as questões da língua e do sujeito. Na mesma época, a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Bakhtin)¹¹³ chega aos participantes da Escola como temática a ser debatida. Na leitura da obra, a relação

¹¹² Traduzida em português como *Semântica e Discurso*.

¹¹³ No começo atribuíam-se a obra a V. Volochinov.

da linguagem e da ideologia é analisada, contornando o signo como objeto ideológico. Pouco tempo depois, Pêcheux retoma a questão do corte saussureano e abandona as influências da obra citada. Conforma sentença MALDIDIER (*op.cit.*, 60), ao redor da relação langue/ parole “*continuam a se ligar o jogo do formalismo e do sujeito, a possibilidade de pensar a singularidade do sujeito na língua, assim como a articulação entre língua e inconsciente*”.

Diferentemente do posicionamento de Bakhtin, Pêcheux acreditava que a questão do sentido não “*poderia ser regulada na esfera das relações interindividuais, nem tampouco nas relações sociais pensadas no modo da interação entre grupos humanos*” (p.61)

O que se torna ponto forte da pesquisa de Pêcheux, nestes anos, é a questão das relações entre ideologias dominantes e dominadas. Um pouco mais distante das teorias foucaultianas e mais perto de Spinoza (e os seus trabalhos sobre ideologia religiosa), o filósofo-linguista parte para uma segunda reconceitualização do termo formação discursiva, incluindo-se aqui a idéia de formação ideológica.

As Formações Ideológicas (FIs) seriam o conjunto de Formações Discursivas (FDs) interligadas, assumindo um caráter regional (o domínio da especialização) e um caráter de classe (o domínio das relações de produção). É nas formações discursivas que se efetua o “assujeitamento” e a “interpelação” do sujeito como ideológico.

Tanto quanto a FI, a FD não pode ser vista como um bloco homogêneo, ela é dividida, não idêntica a si mesma. É em sua terceira fase, que PÊCHEUX (1983, *apud* MAINGUENEAU, 2004: 241) chega a esta conclusão:

“Uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, já que ela é constitutivamente invadida por elementos provenientes de outros lugares que nela se repetem, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”.

Em sua terceira fase, intitulada “desconstrução domesticada” (1980-1983), aparece a questão da materialidade discursiva como espaço de confronto entre disciplinas que tratam do discurso. Além de Françoise Gadet e Jean-Jaques Courtine, antigos companheiros de Pêcheux, aparecem, nesta fase, Jean-Marie Maradin e Bernard Conein. É notadamente Jean-Marie Maradin que mais contribui com Pêcheux neste momento porque apresenta novas referências lingüísticas e filosóficas, trazendo, por exemplo, suas leituras sobre Deleuze, mapeando novos rumos.

A noção de “intradiscurso” (opondo-se a “interdiscurso”) e o conceito teórico de “fio do discurso” aparecem como novidades, pelas idéias de Maradin, fazendo emergir outros conceitos como o de “seqüencialidade”, chamado posteriormente de “discursividade”.

MALDIDIER (*op.cit.*) aponta que também nesta época aparece Jaqueline Authier-Revuz, lingüista apaixonada pela temática do sentido e da enunciação, tratando das rupturas enunciativas do “fio do discurso” (o surgimento de um discurso outro no próprio discurso), propondo a questão da heterogeneidade como ponto principal.

À heterogeneidade é atribuída a capacidade de um discurso em quase nunca ser homogêneo. Apesar de Pêcheux já ter trabalhado embrionariamente o tema em *Semântica e Discurso* (e retomado em 1978), é Jaqueline Authier-Revuz (1982) quem oferece, posteriormente, diferença entre *heterogeneidade mostrada e constitutiva*.

A partir de MAINGUENEAU (2004:261), o conceito de *heterogeneidade mostrada* diz respeito “à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso”, podendo apresentar formas marcadas (discurso direto e indireto, aspas) e não-marcadas (discurso indireto livre, alusões, ironia, etc.). Já a *heterogeneidade constitutiva* ocorre “quando o discurso é dominado pelo interdiscurso”. É no debate com a alteridade, independente de marcas de citação, onde aparece o discurso do outro.¹¹⁴

Tendo como referência a psicanálise lacaniana, Jaqueline Authier-Revuz aponta um desdobramento desta dicotomia: a idéia de *sujeito clivado*, que é dividido pelo inconsciente, mas que vive na ilusão da autonomia e da consciência de seu discurso. BRANDÃO (*op.cit.*, 67) apresenta uma concepção a esta idéia de Authier-Revuz:

“O sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura compelia que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elementos: o inconsciente freudiano. Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), é o elemento de subversão que provoca a cisão do eu.”

MALDIDIER (*op.cit.*) aponta ainda que, nesta terceira fase, Pêcheux desenvolve textos coletivos com outros autores, através da RCP, um projeto de pesquisa cooperativa voltado para desenvolver estudos em torno de três grandes setores: *arquivo sócio-histórico; pesquisas lingüísticas sobre a discursividade e informática em análise do discurso*.

As idéias que se fertilizam na Escola Francesa produzem disseminadores em todo mundo, destacando o México e o Brasil como grandes centros de pesquisa. Segundo ORLANDI (2004:13), a principal propagadora desta perspectiva em solo brasileiro, Pêcheux não seria o *precursor* desta tradição, mas seu *predecessor*, já que não considera a

¹¹⁴ Esta proposição aparece em Bakhtin como “dialogismo generalizado”.

AD Francesa como uma corrente homogênea. A autora argumenta que: “(...) *a relação com seus textos é a de leitura e não de recepção*”.

Ainda de acordo com a autora, tal relação com as obras de Pêcheux é mediada pela formação lingüística a qual se afilia: o que reuniria, num mesmo pacote, o estruturalismo de Hjelmslev, a Filosofia, a Literatura e as Ciências Sociais.

Por isso, a autora vai se autodenominar fundadora de uma “Escola Brasileira de Análise do Discurso” não-estabilizada e não-homogênea. De acordo com seus ideais, esta escola se relacionaria com a AD Francesa, produzindo postulados diferenciados dos iniciados na França. Por isso, para a lingüista, no Brasil se reforçaria um *domínio de memória* (que se afilia, que reconhece a gênese dos estudos, produzindo continuidade e descontinuidade) e um *domínio de pesquisa* (que inova e produz novos conceitos e consensos).

Mas a própria autora (*op.cit.*, 16) traz para si a produção de um dispositivo teórico que vai além do pensamento pêcheuxiano. Suas obras apontam novas visões sobre a interpretação; uma redefinição do que é ideologia; uma distinção pormenorizada entre sujeito e autor; entre discurso e texto; as relações inconclusas entre paráfrase e polissemia; a questão da incompletude do sujeito; a identidade como movimento na história; a questão do equívoco da língua; a diferença entre o não-sentido e o sem-sentido, etc.

Mais precisamente em Campinas - SP, com abrigo na UNICAMP, a autora explicita a formalização da análise do discurso com disciplina, pertencendo aos currículos de graduação e pós-graduação do departamento de Lingüística. Diferentemente da França em que os estudos não se institucionalizaram, ficando a mercê de pesquisadores do

CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), pertenentes a diversas universidades.

4.2.2.2. A *Semiolinguística Discursiva*

A Semiolinguística é uma corrente recente, oriunda dos anos 80, construída no âmago de estudos de lingüistas franceses, especialmente das pesquisas desenvolvidas na Universidade de Paris XIII, como conseqüência de diversos ramos de estudos lingüísticos, antropológicos/ sociológicos e filosóficos. Um de seus principais ícones é o lingüista Patrick Charaudeau, com contribuições expressivas do também lingüista Dominique Maingueneau¹¹⁵.

De acordo com CHARAUDEAU (2004), pela etimologia da palavra que dá origem a esta linha de estudos é possível extrair suas dimensões teóricas. *Semio-* deriva de “*semiosis*”, o que quer dizer que é proposição desta corrente, na relação forma-sentido, considerar a existência e o intercâmbio de vários sistemas semiológicos (não só o verbal, a palavra em sua materialidade). A junção com *lingüística*, todavia, reforça que a ação construída pelo sujeito que se comunica se dá por um material *linguageiro*¹¹⁶, advindo das línguas naturais. O que significa que não é possível desconsiderar a linguagem verbal, o dito, como meio de apreensão dos sentidos construídos num processo de enunciação.

Seriam referência para esta vertente de estudos principalmente os conceitos da *Teoria da Enunciação* (tendo Benveniste como predecessor), os pressupostos revisitados da *Pragmática Austiniana*, certos postulados da *Etnometodologia* e, por fim, alguns princípios da *Semiologia/ Semiótica*.

¹¹⁵ Dominique Maingueneau é difícil de ser enquadrável. Suas obras mesclam vários conceitos de linhas distintas. Acreditamos ser este autor um teórico importantíssimo para a seara dos estudos discursivos, mas dificilmente é possível atribuir à sua obra somente uma filiação.

¹¹⁶ *Linguageiro (langagier)* é nomenclatura que se refere ao que é próprio da linguagem em geral. Ver em CHARAUDEAU (1996: 8).

A Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste, é componencial na Semiolinguística quanto à idéia de inserir a subjetividade no coração da linguagem. O sujeito, como entidade discursiva, é central na perspectiva que aqui será desenvolvida.

A Pragmática e a Teoria dos Atos de Fala foram importantes para esta teoria por colocarem em evidência o fato de que “*o sentido se constrói por meios de forças relacionais*” (CHARAUDEAU, 1996a:7). Também a idéia de *condição de existência* dos enunciados remete a um algo mais necessário para a produção do sentido, desencadeando uma observação sobre o caráter interno e externo aos processos lingüísticos.

A Etnometodologia, por considerar os intercâmbios languageiros como estrutura de comportamento humano (o que permitiu que autores vários, a citar Grice, fundamentassem as noções de condições, regras, máximas e implicaturas conversacionais), foi basilar para inspirar como elemento teórico da semiolinguística um *modelo sociocomunicativo* capaz de descrever o mecanismo languageiro como princípios gerais fundantes do direito à palavra.

Além da junção nomenclatural (o radical *semio-*, originado nas palavras gregas *seméion*, ‘signo’, e *sema*, ‘sinal’, ‘signo’), como apontamos, a ascendência da Semiótica para a Semiolinguística repousa principalmente nos trabalhos elaborados por Greimas¹¹⁷.

GREIMAS (1973)¹¹⁸ desenvolveu, segundo NÖTH (1999) e FIORIN (1999), uma “*Semiótica Narrativa do Discurso*”.

¹¹⁷ O lingüista francês Algirdas Greimas (1917-1992) foi “pai” de muitas teorias. Produziu saberes tanto no campo da Semiótica, como na Semântica, estudos sobre Narratividade e Enunciação e criou uma corrente própria de estudos discursivos.

¹¹⁸ Mais precisamente a obra *Semântica Estrutural* (São Paulo: Ed.Cultrix, 1973).

Assim como Roland Barthes¹¹⁹, Greimas entende que a semiótica não seria uma ciência dos signos, mas uma “teoria da significação” (entendida como um conjunto de relações responsáveis pelo sentido do texto).

A significação, para o lingüista, deve ser pensada a partir de qualquer tipo de texto, independentemente de sua manifestação. Greimas considera que o *conteúdo* pode ser analisado separadamente da *expressão*¹²⁰, na medida em que um mesmo *conteúdo* pode ser retratado por diversos planos de *expressão*. O autor também acredita que o sentido não é algo isolado, depende de relação. Seria *na* e *pela* diferença que o sentido se construiria. Talvez, nestes dois pontos residam o elo *greimasiano* e *charaudeauniano*: a questão relacional do sentido, importando, nas produções discursivas, não só o que se diz mas como se diz.

Outra marca da influência greimasiana para a Semiolingüística repousa numa *teoria sobre a manipulação*, em que, na configuração discursiva, associa-se o papel da comunicação a um contrato (de *fazer-saber*) entre emissores e receptores (destinador-destinatário). Ambos estariam atrelados ao jogo de persuasão produzido em toda e qualquer enunciação.

Os autores assim asseveram:

“Situada sintagmaticamente entre o querer do destinador e a realização efetiva, pelo destinatário- sujeito, do programa narrativo (proposto pelo manipulador), a manipulação joga com a persuasão, articulando assim o fazer persuasivo do destinador e o fazerinterpretativo do destinatário.” (GREIMAS& COURTÉS.1979:270)

¹¹⁹ BARTHES (1964), ao reler Saussure em perspectiva sociológica, propõe que os signos sejam pensados pelo ponto de vista da significação, ampliando a idéia de signo e de língua. Dessa forma, tudo que significa por via dos signos passa pela linguagem, tanto a “palavra” em uso quanto o pictórico/ imagético e o gestual, ou seja, qualquer sistema semiológico seria atravessado pela linguagem. Por isso, a Lingüística não seria parte da Semiologia, somente o contrário seria válido. Não haveria, para Barthes, autonomia semiótica de sistemas não-lingüísticos. Para o autor, portanto, a Semiologia é uma ciência da significação. E, por esta via, funda novas percepções em torno das possibilidades dos signos.

¹²⁰O semiologista Louis Hjelmslev (1899-1965) cunhou as expressões *plano de expressão* e *plano de conteúdo*, para designar respectivamente *significante/significado* (da teoria saussureana). São nominalizações referentes às funções do signo. O signo seria, assim, o produto de uma correlação entre os elementos da *expressão* e os elementos do *conteúdo*.

Veremos, mais à frente, que a *persuasão*, na busca de obtenção de credibilidade pelo destinador, é um dos objetivos centrais da prática comunicativa semiolinguística. Também a idéia de “jogo” (pautada na metáfora da *Mis en Scene*) se perfaz como característica principal da performance enunciativa nesta teoria.

Por todas as referências citadas, CHARAUDEAU (1999) elucida que a semiolinguística se serve de três problemáticas: *a comunicativa, a representacional e a cognitiva*.

Na primeira, estabelece-se como objeto a observação da situação de comunicação em si (e as condições situacionais de produção dos discursos), das identidades que os sujeitos falantes constroem e das relações intersubjetivas previstas na interação comunicativa.

Na segunda, tem-se com questão principal o reconhecimento das estratégias discursivas que possibilitam descrever os “imaginários sociodiscursivos” de base.

Na terceira, elegem-se os mecanismos e categorias cognitivas, considerando o sujeito como um operador de articulações discursivas.

Como consequência, seria objetivo primeiro da Análise do Discurso, nesta perspectiva, observar três pontos: a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio do seu uso e o sentido social construído nas trocas comunicativas.

Sobre a questão da linguagem em ação, é notória a idéia de que o importante é a análise do DIZER EM CURSO, o que valida a própria oposição entre DISCURSO e TEXTO.

No que tange à questão dos efeitos, valida-se, nesta teoria, o espaço da recepção, o que vale considerar os processos interpretativos produzidos neste campo.

Sobre a construção social do sentido, conforme apontam também outras teorias, fortalecem-se os critérios de negociação entre os actantes da atividade comunicativa, só sendo possível entender que tais actantes possuem papéis sociais determinados, dependendo das circunstâncias de produção dos enunciados.

De acordo com MACHADO (2001), a Semiologia apresenta fortes características psicossociológicas, já que seriam valorizados os contratos, os saberes partilhados e o aspecto sociocultural dos sujeitos comunicantes.

Diferentemente da teoria pecheuxiana, que entende serem os sujeitos discursivos falantes assujeitados pelo discurso (por força das ideologias dominantes), para a Semiologia o homem é um ser social, capaz de “repetir” a voz do coletivo, mas capaz também de expressar sua individualidade (pelas marcas de subjetividade). Dar um lugar ao sujeito enunciativo, posicionar este sujeito frente às práticas discursivas, é também um dos grandes pontos desta teoria.

Como premissas iniciais, CHARAUDEAU (1996b) aponta que alguns axiomas antigos a respeito do “**processo comunicativo**” devem ser revistos, ao que ele denominou de IDÉIAS FALSAS sobre a Comunicação.

A primeira dela seria a proposição equivocada de que “*os signos teriam como função simplesmente nomear o mundo*”. Para o autor, ao contrário, os vocábulos têm função múltipla. É o que chamará de “ilusão da transparência denotativa do signo” (p.1). Quer dizer, os signos possuem função múltipla, por meio da descrição dos referentes ou pela veiculação de valores sociais, na sugestão dos implícitos, na promulgação de iden-

tidades sociais, etc. CHARAUDEAU (1996b:2), assim aponta: “(...) a linguagem é plural e o signo é opaco. Sob a aparência de uma parecer inocente ela sempre diz algo diferente do que parece dizer.”

Para o autor, o signo seria o resultado de uma tríplice conceituação: **referencial** - pois recorta a materialidade do mundo; **contextual** – pois significa em relação a outros signos; **situacional** – pois mostra as circunstâncias de produção do discurso.

Outra idéia falaciosa é a de que “*comunicar consistiria em transmitir uma intenção pré-construída e a linguagem seria o reflexo do pensamento*” (p.1). Ao contrário, para a Semiologia, o falar é visto como “*um combate permanente entre o pensamento e a linguagem*” (p.1) e não podemos, por isso, dizer tudo o que queremos¹²¹. É o que o autor chamará de “*ilusão platônica da linguagem como espelho do pensamento*”. (p.1) Poderíamos acrescentar a estas questões a idéia, já trabalhada anteriormente, de que a linguagem não representa tampouco o mundo/ realidade, pois a sociologia do conhecimento (anos 70) é uma das correntes sociológicas que desconstrói a possibilidade de haver uma única realidade a ser representada¹²².

A terceira diz respeito à idéia de que “*o poder da comunicação reside no ‘bem falar’, na linguagem florida, na estética da retórica, no brilhantismo do discurso*” (p.1) Esta premissa renegaria os vários níveis de linguagem (do familiar, coloquial ao formal), desconsiderando as circunstâncias de comunicação e a identidade dos sujeitos-falantes. É o que o autor chamará de “*ilusão estilizante da linguagem*”. (p.2)

¹²¹ A Análise da Conversação, já referenciada, ilustra bem este fenômeno.

¹²² Vimos, em tópico anterior, que também o giro lingüístico, a etnometodologia e a Teoria dos Atos de Fala reposicionam esta visão.

Ao desconstruir estes pressupostos, CHARAUDEAU aponta um novo caminho para o sentido de comunicar. Para o autor, comunicar é a conquista do direito à palavra “*tendo em conta as restrições do mercado social da linguagem para a atualização do discurso*”. (1996b:2)

No tocante à “conquista da palavra”, o que vale é atribuir ao falante o direito de ocupar um lugar dentro do cenário do “teatro social (mis en scene)”, sendo supostamente reconhecido pelo outro neste processo. “*É necessário que o outro, o parceiro da comunicação, o reconheça como sendo digno de ser escutado, ou seja, como tendo direito à palavra*” (p.2).

O “mercado social da linguagem”, conforme nomeia o autor, seria o lugar do “sentido privilegiado” e da “regulação dos comportamentos de linguagem”. Neste contexto, as “*palavras adquirem um valor de mercado e revelam a identidade social dos que as empregam*” (p.2). É aí que os “**socioletos**”¹²³ entram em jogo para o autor, pois os vários grupos sociais vão eleger um campo semântico de termos que conotarão “elementos de força” para as enunciações poderem ser “bem-sucedidas”.

Também é fundamental, nesta teoria, que os sujeitos participantes de um processo comunicativo se reconheçam e efetivem seus papéis sociais a partir da necessidade de serem reconhecidos e de reconhecerem os outros nos processos de fala.

Neste sentido, duas características se tornam relevantes e fundamentam **o direito à fala**: a **credibilidade** e a **legitimidade**. Para CHARAUDEAU (1996a), tais elemen-

¹²³ Socioleto (linguagem social) é a união de sócio + leto. “Sócio” designa “sociedade”. “Leto” do grego *dia (lectos)* é vocábulo que designa o conjunto de elementos lingüísticos que identifica um grupo no interior de uma comunidade de fala.

tos seriam aquilo que fundamentaria o ato de linguagem. Estariam centrados no postulado de intencionalidade do falante, produzindo o requerido “direito à palavra”.

O sujeito falante, em uma situação concreta de comunicação, deve possuir um mínimo de legitimidade (característica que já traz consigo antes do dizer) e adquirir credibilidade (característica que conquista ao enunciar).

Tais marcas se desmembram, para o autor (1996a:26), em três condições: a de reconhecimento do saber; a de reconhecimento do poder; a do reconhecimento do saber poder.

Quanto à **legitimidade**, caberá ao sujeito ter, de acordo com CHARAUDEAU (1996b), “domínio do saber” (a) e “domínio do poder” (b).

O “domínio do saber” seria o espaço onde “discursos de verdades e crenças”¹²⁴ para determinados grupos socioculturais circulam (a), bem como as condições socioinstitucionais intervenientes na interação humana. Nas palavras do lingüista: “*Os sujeitos de uma comunidade social, à força de trocar práticas discursivas e representações sobre estas práticas, acabam por construir (sedimentação progressiva), significados consensuais.*” (p.26)

CHARAUDEAU entende, por estas vias, que tais significados consensuais projetam-se em *representações supostamente compartilhadas* (RSP), a partir de três dimensões: (1) pela percepção do tangível (consenso sobre o mundo físico); 2) pela experiên-

¹²⁴ “Discursos de verdades e crenças” como valores e princípios consensualmente aceitos no coletivo como tal.

cia do vivido (consenso sobre o mundo dos afetos e sobre o mundo das ações); pela prova de raciocínio (consenso sobre o mundo do intelecto).¹²⁵

Tais dimensões validam crenças compartilhadas, que possivelmente se credibilizaram pela remetência à chamada realidade concreta. Tal realidade, assim considerada preeminente pelos postulados da sociologia do conhecimento, é verificável, crível, factível, é experimentada e comprovada pelas delimitações geográfico-espaciais, pelo tempo, pelas relações sociais e pela linguagem.¹²⁶ Ganham, por isso, “valor de verdade”, pelos graus de verossimilhança que conseguem definir. CHARAUDEU (1996a.) tipifica esta prática como a “opinável majoritária”. O lingüista assim justifica a natureza destes discursos como: “*contratos de produção/reconhecimento construídos por consensos, que permitem a cada um dos interlocutores tomar posição, isto é, proceder a uma operação de validação*” (p.27).

Estes *domínios do saber* são, para o autor, o que ele denomina, em várias obras, como “universos de discurso”.

Remetendo-nos à questão do “domínio do poder”, esta pode ser entendida como a “legitimidade institucional”, ou seja, o espaço onde as condições socioinstitucionais se conectam aos participantes da comunicação, conferindo-lhes autoridade.

¹²⁵ Curioso é notar, novamente, a consonância destes postulados com os princípios teóricos fervilhantes a partir dos anos 70, oriundos da filosofia da linguagem, da etnometodologia/etnografia, (como explicamos em tópico anterior) e, como complemento, da sociologia do conhecimento. Todos estes se baseiam na **idéia de realidade construída por consensos sociais.**

¹²⁶ Já referenciamos esta obra anteriormente, mas vale destacar que BERGER & LUCKMMAN (1966), com a obra *The Social Construction of Reality*, explicam, para fins didáticos, a diferença entre dois tipos de realidade: a concreta/ cotidiana e a subjetiva. A chamada realidade concreta é experimentada no estado de vigília e legitimada a partir dos “valores de verdade” pautados pelos consensos coletivos. A realidade subjetiva diz respeito à reconfiguração que cada sujeito social faz da realidade concreta, a partir dos parâmetros de subjetividade, pela singularidade que é inerente a todo ser humano.

Refere-se, portanto, ao *status* específico que um ator social traz consigo, dependendo de onde está falando, ou por qual referência institucional pretende enunciar.

E quando falamos do campo institucional, pela perspectiva semiolinguística, é importante salientar que não nos referimos somente às instituições materialmente constituídas como tal, mas a uma perspectiva sociológica do conceito, ligada à prática linguageira, que evidencia a realidade psicossocial dos indivíduos. É, portanto, a associação entre uma identidade psicossociológica e um papel linguageiro (comunicativo) que mobilizam tal domínio. CHARAUDEAU (1996a: 28) assim assevera:

“É, assim, nessa inter-relação e somente nela que pode ser julgado o bom fundamento da palavra e a legitimidade daquele que a profere. Não é o estatuto socioprofissional que faz autoridade, senão um sujeito seria investido ou não de autoridade por seu estatuto, e isso, qualquer que fosse a situação de comunicação. Não é mais do que uma parte desse estatuto, em relação com um papel linguageiro, que faz autoridade ou não”.

Ter domínio do saber e do poder é, portanto, presumir que todo sujeito-falante carrega consigo, como ser social, marcas identitárias já demarcadas e pré-estabelecidas no imaginário coletivo, capazes de posicionar o enunciador antes de sua fala. Tal legitimidade, portanto, pautada por estes dois domínios, determina as formas como os sujeitos podem dirigir-se uns aos outros, por estas noções anteriores. É pré-determinada e não-negociável (já que é formulada por um dado *a priori*), a partir da posição que o sujeito ocupa nas diferentes redes de práticas sociais.

No entanto, CHARAUDEU (*op.cit.*) explica que ter legitimidade não é suficiente para que o sujeito seja plenamente posicionado num processo comunicativo. Justamente porque a legitimidade pode ser ignorada ou contestada pelo outro. CHARAUDEAU (*op.cit.*), assim, explicita: “*nem tudo é jogado no pré-ato da enuncia-*

ção, e o sujeito falante não é simplesmente o porta-palavra de uma posição de poder”
(p.30)

Por isso, o sujeito falante deve adquirir credibilidade. Para CHARAUDEAU (1996a), tal credibilidade se constrói a partir de um *projeto de fala* do sujeito falante, a partir de sua *intencionalidade comunicativa*. Depende igualmente de um *contrato de fala* ligado a uma *situação de comunicação* em particular.

A credibilidade, como prática, se perfaz em quatro tipos de atividades de linguagem: **INFORMAR, PERSUADIR, SEDUZIR E INCITAR.**

- **INFORMAR** – situa-se no âmbito da transmissão de um saber: para Charaudeau, “essa atividade é avaliada segundo o grau de pertinência da novidade” (199b: 4). A credibilidade jornalística é adquirida a partir desta perspectiva, por exemplo. Postula-se pelo **FAZER-SABER**;
- **PERSUADIR** – para Charaudeau, “essa atividade é avaliada segundo o seu grau de não-contradição, rigor lógico e verossimilhança”; Postula-se pelo **FAZER-CRER**;
- **SEDUZIR** – situa-se no âmbito de “transmitir um estado emocional de prazer ao outro”, enquadrando o outro nas habilidades lingüísticas para que participe de seu “universo de discurso”. Postula-se pelo **FAZER-AGRADAR**;
- **INCITAR** – situa-se no âmbito de “*fazer cada vez que o sujeito falante não tem o poder de ordenar fazer*”, ou seja, é uma forma de persuasão embusteadada, notadamente porque é performativa através do estímulo, do instigar. É uma atividade de “sugestão”, que faz uso da atividade de sedução e persuasão. Postula-se pelo **FAZER-FAZER** ou **FAZER-DIZER**.

Estes pressupostos de produção de credibilidade também não podem ser pré-determinados. São, por isso, negociáveis, adquiridos e passíveis de serem reavaliados. CHARAUDEAU (1996a:33) intitula este processo como uma certa capacidade que o sujeito desenvolve para “capitalizar uma autoridade de fato”.

As operações de legitimidade e credibilidade ocorrem na apresentação da *estruturação sociolinguageira*, mapeada pela metáfora de cena enunciativa (e a construção da *mise en scene*) e seus personagens/ actantes possíveis, que surge uma nova proposta para explicar o ato de comunicação/a enunciação, amplificando as oposições entre os níveis *situacional, comunicacional e o discursivo*.

Redimensionam-se, assim, os preceitos do paradigma clássico da comunicação (centrado no chamado “núcleo constante”¹²⁷ de **emissão-recepção**), asseverando que todo ato de comunicação depende, para além do código, dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem. Todo ato de linguagem seria, por isso, comandado pelas circunstâncias sociais do discurso.

O processo de comunicação depende, para tal, da “identidade” dos parceiros comunicativos. O discurso é visto, por conseguinte, como um “jogo comunicativo”, em que nem emissores, nem receptores têm função só operacionalizante.

Pelo proposto anteriormente, o “processo comunicativo” não conta mais com **dois elementos primordiais** (emissor e receptor) para a sua realização, mas constitui-se na presença de **quatro componentes**, os quais participam do que se rotula nesta teoria como “Cena Enunciativa”, já que há papéis a serem representados no “jogo argumentativo” da linguagem.

¹²⁷ Ver em SANTAELLA (2001).

Estes sujeitos vários são, segundo CHARAUDEAU (*op.cit.*), aqueles que atualizam o discurso no “ato de comunicação”, adotando o signo verbal como suporte.

Prospectivamente, fariam parte da “*Mis èn Scene*” enunciativa:

- **EU COMUNICANTE**, que se porta como o emissor e articulador da FALA. Engloba o EU ENUNCIADOR, por ser simbolicamente uma INSTÂNCIA, tendo natureza mais institucional.
- **EU ENUNCIADOR**, que simboliza uma “máscara de fala” colocada sobre o EU COMUNICANTE. Está sempre presente no ato de linguagem, quer esteja explicitamente marcado ou não. Ele é o traço de intencionalidade do EU COMUNICANTE.
- **TU DESTINATÁRIO**, que seria o interlocutor projetado pelo EU COMUNICANTE, idealizado, adequado ao seu ato de enunciação;
- **TU INTERPRETANTE**, que seria um “ser” que age fora do ato de enunciação produzido pelo EU. É o sujeito responsável pelo processo de interpretação que escapa ao domínio do EU. Tem por tarefa, no “ato enunciativo” reconhecer a imagem do TU destinatário que o EU atualizou, tendo o poder de recusar ou aceitar o estatuto de TU DESTINATÁRIO fabricado pelo EU.

Estes actantes se postulam em dois níveis situacionais (o enunciativo e o comunicativo), chamados também de *circuitos interno* e *externo* de operacionalidade dos mecanismos discursivos.

No nível *situacional enunciativo*, onde se estabelece concretamente a enunciação (daí fazer parte do circuito interno), o *eu enunciador* se põe em relação ao *tu desti-*

natário, estabelecendo uma projeção imaginária sobre este tu (ambos tidos como identidades discursivas).

Já o nível *situacional comunicativo* é representado pelo eu comunicante e pelo tu interpretante (as identidades sociais), legitimando o circuito externo, porque tais identidades são exteriores à situação concreta de comunicação. A situação externa de comunicação implica pensar o papel exercido pelos personagens e não as trocas linguageiras em si, marcadas pelo uso de um ou mais códigos correspondidos.

Este mecanismo está centrado no que CHARAUDEAU (1996b) chama de “encontro dialético” entre os PROCESSOS DE PRODUÇÃO e INTERPRETAÇÃO das mensagens.

Por via deste encontro, firma-se um pacto implícito entre os personagens da cena enunciativa, pautado em convenções, capazes de promover certas regulações e encaminhar formas de interação entre tais instâncias enunciativas: são os chamados *contratos comunicativos*.¹²⁸

Tais contratos pressupõem que os indivíduos, através dos papéis sociais desempenhados em cada troca linguageira, sejam capazes de acordar a respeito de certas representações já previstas em contextos previamente estabelecidos, já que uma vez identificados os lugares da enunciação, há comportamentos discursivos esperados dos parceiros da troca.

Dessa forma, podemos inferir que:

¹²⁸ Em algumas teorias é também chamado de “contrato de leitura” (ver em *Semiótica Discursiva* de Eliseo Verón) e em algumas obras de Umberto Eco. Na comunicação utiliza-se, como vimos no capítulo 4, esta nomenclatura para fins semelhantes.

- 1) As práticas discursivas ocorrem entre *sujeitos que buscam a credibilidade e estão presos a um contrato comunicativo*;
- 2) Tal contrato comunicativo estipula restrições sociais e práticas lingüísticas específicas, pois circunscreve-se em campos situacionais enunciativos e comunicativos.

Tendo em vista os condicionantes do “contrato comunicativo” e a assimetria entre os parceiros da comunicação, concluímos que a Teoria Semiolinguística pode ser considerada um avanço nos estudos sobre linguagem, pois propõe-se como um modelo integrador das diversas dimensões componentes dos processos enunciativos, essencialmente na idéia de “jogo enunciativo” prevista nesta proposta.

4.2.2.3. A Análise da Conversação

A Análise da Conversação é um segmento dos estudos sobre o discurso de origem anglo-saxã, que parte de várias correntes e incorpora várias tendências. Tendo como inspiração, em geral, a conversação cotidiana, esta abordagem preocupa-se com os propósitos da comunicação, no seu caráter descritivo.

O sujeito, por esta via, é tido como consciente de suas ações, capaz de adotar estratégias conversacionais para atingir seus objetivos e intenções comunicativas. Segundo ORLANDI (2004), esta linha apresenta, por isso, uma certa declinação lingüístico-pragmática (empiricista), prevendo um sujeito intencional, capaz de expressar-se na cotidianidade.

É, portanto, diferentemente da perspectiva francesa, um sujeito pensado em seu aspecto indivisível, uníssono, estável (não como ser humano, mas como ser social). Tal proposição é fruto dos diálogos com a *Pragmática* e com a *Teoria dos Atos de Fala*.

Outro ponto relevante desta corrente é a idéia de que a linguagem pode afetar a realidade social, através dos processos interacionais. Tal enfoque apresenta reminiscências principalmente dos estudos etnográficos (*etnometodologia* e *interacionismo simbólico*).

Sobre a *Etnometodologia*, a *Pragmática* e a *Teoria dos Atos de Fala* já proferimos algumas considerações no início deste capítulo. Valeria à pena elucidar, todavia, que tipos de referências o *Interacionismo Simbólico* produziu para os estudos desta corrente discursiva.

O *interacionismo* é um ramo da sociologia que nasce das inquietações intelectuais da Escola Sociológica de Chicago¹²⁹, com os trabalhos de Robert Park, William Thomas e George Mead.

Do ponto de vista sociológico, coube ao interacionismo (simbólico e não-simbólico) verificar como os indivíduos podem ser coagidos pelas instituições sociais e como podem transcender a esta coação. Pensa-se, neste aspecto, na capacidade dos indivíduos em utilizar sua criatividade para produzir respostas aos problemas sociais.

A mudança social é entendida, por esta via, como uma consequência da luta de grupos sociais em busca de sobrevivência e adequação. O progresso, por esta perspectiva, é entendido pela capacidade dos indivíduos em desenvolver a individuação, como forma de libertação das instituições tradicionais.¹³⁰

Particularmente, o *interacionismo simbólico*¹³¹, termo cunhado por *Herbet Blumer* em 1937, tendo como um dos adeptos *Erwin Goffman* (1922-1982)¹³², destaca-se como uma das principais escolas do pensamento da sociologia preocupada em dar uma ênfase maior aos processos de interpretação que constituem os significados dos objetos, a partir da reflexividade na análise da ação. Assim, a interação social é um “*processo*

¹²⁹ Já mencionada no capítulo 3.

¹³⁰ Informações retiradas do verbete “interacionismo simbólico”, do *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, 1996: 393-394.

¹³¹ O interacionismo “não-simbólico” terá foco mais direcionado aos estudos de ecologia urbana na Escola de Chicago.

¹³² *Erwin Goffman* foi membro da Escola de Palo Alto (mencionada no capítulo anterior), mas formou-se pela universidade de Toronto (Canadá) e fez o mestrado/ doutorado na Universidade de Chicago (1949-1953), onde conheceu *Herbet Blumer* que foi seu professor. Graças à sua visão interacionista, criou teoremas sobre as representações sociais, sobre relações em público, sobre os mecanismos de interação face a face. Trataremos desta questão mais à frente.

que forma a conduta humana, em vez de ser apenas uma forma de expressar ou realizar a conduta humana”¹³³.

O ser humano, através de um mecanismo de auto-interação, relaciona-se com o mundo, define situações e promove interações com os demais, onde se constroem os sentidos das coisas. Neste lugar de interação é possível se extrair os aspectos encobertos e subjetivos do comportamento humano. Pensam-se aqui as relações sociais como abertas e dependentes da constante aprovação em comum.

BLUMER¹³⁴ propõe, assim, três premissas básicas do interacionismo: 1) os seres humanos agem tendo por referência determinadas crenças com base no significado que tais crenças têm para eles; 2) o significado destas crenças é derivado e surge da interação entre os atores sociais; 3) esses significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo desenvolvido pelos sujeitos na interação.

Por tais premissas, postula-se que a sociedade é formada por indivíduos ou grupos capazes de se engajarem em ações: portanto, a organização social e a estrutura social derivam destas ações, e não necessariamente as determinam.

Um dos interacionistas que, a partir dos anos 50-60, redireciona o conceito de interação para outros terrenos, é o sociólogo Erwin Goffman. Na obra *“The Presentation of Self in Everyday Life”* (1956)¹³⁵, Goffman apresenta caminhos para se pensar o comportamento dos indivíduos nas chamadas “instituições totais” (prisões, hospitais, conventos, campos militares, colégios com internato, etc.).

¹³³ Informações retiradas do verbete “interacionismo simbólico”, do *Dicionário de Ciências Sociais - FGV*, 1987: 625.

¹³⁴ Idem, p.625.

¹³⁵ A obra foi traduzida para o português com o título *“A Representação do Eu na Vida Cotidiana”*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

Usando como metáfora a idéia de “representação teatral”, logo no prefácio do livro, o autor relata sua missão teórica:

“Considerarei a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e as suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas (...). O palco apresenta coisas que são simulações. Presume-se que a vida apresenta coisas reais, e, às vezes, bem ensaiadas. Mais importante, talvez, é o fato de que no palco um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores”. (GOFFMAN, 2004:9)¹³⁶

Com esta abordagem, Goffman assevera a idéia de que os indivíduos utilizam métodos de controle sobre sua performance enquanto sujeitos sociais – daí entender-se que o comportamento humano é fruto de um total processo de socialização, quer dizer a dimensão individual do comportamento tende a diluir-se na dimensão social.

Tais conclusões levam GOFFMAN (2004:23) a definir interação (face-a-face) como “*a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata*”.

De acordo com MAINGUENEAU (2004:281), esta definição de Goffman apresenta dois méritos: 1) o de definir interação como o processo de influências mútuas entre participantes na troca comunicativa; 2) o de postular a interação como um lugar em que se insere este jogo de ações e reações.

No mesmo caminho, a idéia de representação, como um *continuum* deste processo, se postularia a partir de papéis conscientemente desempenhados pelos indivíduos nas diferentes circunstâncias de interação. A representação é vista como “*toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante*

¹³⁶ Foi utilizada como consulta a obra em sua 12ª edição. Ver em referências bibliográficas.

de um grupo particular de observadores e que tem sobre eles alguma influência”
(GOFFMAN, *op.cit.*, 29)

Por estas e outras questões apontadas pelo interacionismo goffmaniano e pelas vertentes etnometodológicas, será possível, em perspectiva anglo-saxã revelar a prática do discurso, conforme relata PINTO (1999:18), como uma “*interação cooperativa entre indivíduos que detêm controle total e consciente das regras a serem utilizadas e que são capazes de contribuir em pé de igualdade para o desenvolvimento do processo*”.

Apoiando-nos em KOCH (1997), podemos afirmar que a perspectiva interacional possibilitou uma nova visão sobre linguagem, desmistificando duas outras perspectivas mais antigas: 1) uma primeira que entendia a linguagem como representação/ espelho do mundo e do pensamento; 2) uma segunda que entendia a linguagem como instrumento de comunicação (perspectiva lingüístico-funcional já mencionada).

Nos parâmetros do interacionismo, a linguagem, diferentemente, é lugar de ação ou interação, possibilitando aos indivíduos “*a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou vários comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes*” (KOCH, *op.cit.*, 9-10).

Neste contexto surgem os primeiros estudos em análise conversacional (ou o “discurso dialogado oral”), já que se notabilizou a conversação como um lugar privilegiado de observação das organizações sociais em conjunto e como o tipo de discurso que produz maior interatividade.

Tendo como *corpus* de análise somente dados reais, observados em contexto natural de ocorrência, os analistas da conversação pautam-se na idéia de que a “*realidade*

social é constantemente fabricada pelos atores sociais em suas interações". (KOCH, *op.cit.*, 67).

KOCH (1997: 67) esclarece que os primeiros “conversacionalistas” foram os etnometodologistas SACKS, SCHEGLOFF & JEFERSON¹³⁷ no final dos anos 70. Preocuparam-se fundamentalmente em estudar a estrutura da conversação em termos de atividades sociais dos interlocutores.

Para MAINGUENEAU (2004:40-41), é a este grupo que se deve reservar a nomenclatura *análise conversacional*, a título de não confundi-los com outros estudiosos da interação no plano oral.

Do ponto de vista conceitual, os analistas conversacionais têm como foco central perceber que tipo de esforço os falantes praticam para realizar as ações de interação. São os chamados procedimentos de organização (meios de alternâncias entre os falantes) ou os procedimentos de seqüencialização (de que forma se ordena a interação).

Nos anos 80-90, foram os lingüistas que começaram a desenvolver com mais produtividade acadêmica pesquisas a este respeito. IGUIÑEZ (*op.cit.*, 177-178) aponta estudiosos ingleses como ATKINSON & HERITAGE (1984), BILLIG (1987), HERITAGE (1997), HUTCHBY & WOUFFITT (1998), NOFSINGER (1991), SACKS (1992) e TEM HAVE (1998)¹³⁸, como proeminentes representantes deste período.

¹³⁷ Obra original: SACKS, H., SCHEGLOFF, E. A., JEFFERSON, G. (1974). *A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation*. *Language*, n. 50, 696-735.

¹³⁸ Obras originais: ATKINSON, J., HERITAGE, J. (org.) *Structures and social action: studies in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. BILLIG, M. *Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. HERITAGE, J. *Conversation analysis and institutional talk: analyzing data*. In: SILVERMAN, A.D. (org.) *Qualitative research: theory, method and practice*. Londres: Sage, 1997. HUTCHBY, W., WOUFFITT, R. *Conversation Analysis*. Cambridge, RU: Polity Press, 1998. NOFSINGER, R. E. *Everyday Conversation*. Newbury Park: Sage, 1991. SACKS, H. *Lectures on conversation*. Vol. I eil. Oxford: Basil : Blackwell, 1992. TEN HAVE, P. *Doing Conversation Analysis*. New-bury Park: Sage, 1991.

Também podemos, conforme aponta DIONÍSIO (2001:70), destacar diferenças de abordagem sobre a conversação entre sociólogos e linguistas. Enquanto os primeiros procuravam responder a pergunta: “como nós conversamos?”; os segundos se perguntam: “como a linguagem é estruturada para favorecer a conversação?”

Interessam-se, por isso, pela desordem e a organização da ação social cotidiana, observando o que dizem as pessoas, pelos indícios que aparecem na conversação. Por isso, considera-se que o analista da conversação tem a missão de “*identificar, descrever e estudar a ordem que se produz nas conversações*” (IÑIGUEZ, 2004:116).

De acordo com PSATHAS¹³⁹ (1995, *apud* IÑIGUEZ, 2004:116-117), seriam as principais premissas da AC:

“1) A ordem é uma organização produzida. 2) A ordem é produzida pelas partes interessadas *in situ*. 3) As partes se orientam para aquela ordem elas próprias; isto é, essa ordem não é a concepção de um analista, nem o resultado do uso de algumas concepções teóricas pré-formadas ou pré-formuladas a respeito daquilo que a ação deve/ tem que/ deveria ser, ou baseada em afirmações que generalizam ou resumem sobre aquilo que a ação geralmente/freqüentemente/muitas vezes é; 4) A ordem é repetível e recorrente; 5) A descoberta, descrição e análise daquela ordem produzida é a tarefa do analista; 6) Questões sobre a freqüência, a amplitude ou o número de vezes em que fenômenos específicos ocorrem devem ser abandonados se a intenção é descobrir, descrever e analisar as estruturas, a maquinaria, as práticas organizadas, os procedimentos formais, as maneiras pelas quais a ordem é produzida; 7) Estruturas de ação social, uma vez reconhecidas como tal, podem ser descritas e analisadas em termos formais, ou seja, estruturais, organizacionais, lógicos, sem conteúdo ou temas, consistentes e abstratos.”

IÑIGUEZ (*op.cit.*) elucida que a análise detalhada destas regularidades pode fornecer indícios de como ocorre a interação social e como ela se organiza, é mantida e administrada:

¹³⁹ Obra original: PSATHAS, G. *Conversational Analysis: the study of talk-in-interaction*. Londres: Sage, 1995.

“O que as pessoas dizem é considerado não como uma manifestação direta de um conceito simples ou não ambíguo, e sim como um instrumento que pode movimentar a conversa e realizar certas tarefas sociais tanto ocultas como óbvias” (p.117).

Tal interesse pela ordenação da conversação levou os lingüistas-estudiosos da AC a observarem a estrutura conversacional em três níveis, como ressalta HILGERT (1989, *apud* DIONÍSIO, *op.cit.*, 70-71):

“a) *macronível*: estuda as fases conversacionais (abertura, fechamento e parte central e o tema central, subtemas da conversação);

b) *nível médio*: investiga o turno conversacional¹⁴⁰, a tomada de turnos, a seqüência conversacional, os atos de fala e os marcadores conversacionais;

c) *micronível*: analisa os elementos internos do ato de fala, que constituem sua estrutura sintática, lexical, fonológica e prosódica”.

Consoante à classificação acima, mas de modo mais abrangente, BARROS (*op.cit.*, 190) sintetiza que os núcleos que acabam por desenvolver pesquisas neste âmbito abordam, precisamente, a organização textual-interativa da fala, os procedimentos de construção dos discursos orais, as estruturas paralelas, a repetição, os turnos, a paráfrase, os processos de correção, a hesitação, os marcadores conversacionais, além de tópicos mais específicos sobre o poder da interação, etc.

Na averiguação de todos estes elementos, parece ser recorrente em todos os segmentos de estudo observar o “tópico discursivo” (tema), ou seja, o que se está conversando, não importando a seriedade ou informalidade do assunto: o tópico seria o que dinamiza a estrutura conversacional.

¹⁴⁰ Turno é nomenclatura que designa troca de tópico discursivo entre os falantes. Deriva do termo “turn-taking” que significa “tomar a vez”. As “tomadas de turno” são, portanto, as estratégias utilizadas pelos falantes para “tomar a palavra” numa conversação.

No que tange ao tratamento dos dados orais, aventados neste tipo de pesquisa, procede como método de coleta e levantamento o uso de gravações ou filmagens para posterior análise. A posterior transcrição fiel (sem mecanismos sofisticados de retextualização) ao que é dito é um dos pontos-chave para a análise, pois as falhas, redundâncias, retomadas e outros procedimentos podem revelar os pressupostos interacionais contidos nas trocas conversacionais.

Igualmente, podem se tornar objetos de análise as realizações entoacionais bem como elementos não- verbais (gestos ocorridos no momento da conversação, as expressões faciais, etc.).

No Brasil, a primeira obra a este respeito foi escrita pelo lingüista Luiz Antônio Marcuschi (UFPE), com o título *Análise da Conversação* (1986). Neste livro, destaca-se a conversação como todas as formas de interação “verbal”, não necessariamente as que ocorrem face a face.

Há também, segundo KOCH (*op.cit.*) e DIONÍSIO (*op.cit.*), estudos desenvolvidos em outros estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Brasília. Particularmente, destacam-se, nesta linha, os lingüistas participantes do Projeto *Gramática do Português Falado*, em parceria com o Projeto NURC (*Projeto de Estudo Coordenado da Norma Urbana Lingüística Culta*).

4.2.2.4. A Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é outra vertente de estudo anglo-saxã, herdeira dos estudos sobre lingüística crítica, cujos principais referências são as obras *Language and Control* (Roger Fowler & Gunther Kress) e *Language and Ideology* (Robert Hodge & Gunther Kress).

Esta linha de pesquisa estabeleceu indagações nas correlações entre estrutura lingüística e estrutura social. A preocupação central deste segmento foi demonstrar que “os grupos e as relações sociais influenciavam o comportamento lingüístico e não-lingüístico dos sujeitos, incluindo sua atividade cognitiva” (GOUVEIA, 2005:1).

Rejeitam-se, em seus princípios, dois dualismos: 1) a idéia de que o tratamento dos sistemas lingüísticos seriam autônomos e independentes do uso da linguagem; 2) a idéia de que haveria separação entre forma e conteúdo (significante e significado).

Sobre o primeiro dualismo, apoiados em Halliday¹⁴¹ e sua lingüística sistêmico-funcional, os lingüistas críticos entendiam que a linguagem só poderia existir como tal por conta da estrutura social, dependendo da posição dos sujeitos no sistema social. Sobre o segundo dualismo, acreditavam que há um processo de seleção dos falantes na produção do signo, segundo as circunstâncias sociais. O significado lingüístico seria, assim, inseparável da ideologia e ambos seriam dependentes da estrutura social.

¹⁴¹ O lingüista inglês Michael Halliday construiu um corpo de teorias nomeado de Lingüística Sistêmica. Tal vertente defende a idéia de que os sistemas lingüísticos são abertos à vida social. Para o autor, segundo MAGALHÃES (2004:3), o estudo da linguagem é funcional em três sentidos: “(1) *destina-se a explicar como as línguas são usadas*; (2) *se os componentes fundamentais do significado lingüístico são funcionais, ideacionais, interpessoais e textuais*; (3) *cada elementos de uma língua tem uma função no sistema lingüístico*.”

Tendo estas premissas como condição para a análise lingüística, realizá-la seria um ato de estudo dos processos ideológicos que decorrem das relações de poder e controle social. A linguagem serviria, portanto, para “*confirmar e consolidar as organizações que a moldam*” (FOWLER, 1979 *apud* FAIRCLOUGH, 2001).

Pelo afirmado, é válido dizer que coube à lingüística crítica coadunar um caminho de análise lingüística textual com uma teorização sobre o funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos.

Segundo FOWER & KRESS (*apud* MAGALHÃES, 2004: 4), três pressupostos sustentariam tal linha de pesquisa:

“1) A linguagem teria funções específicas e os processos lingüísticos expressariam essas funções;

2) As seleções feitas pelos falantes no inventário total de formas e processos lingüísticos são sistemáticas, seguindo determinados princípios;

3) Contrariamente à visão de arbitrariedade, na relação entre forma e conteúdo, a forma significa o conteúdo”.

Desta dinâmica surge uma outra perspectiva: a de que a linguagem é, por si, uma prática social. Isto porque a linguagem não é uma instância que estaria separada da sociedade: faz parte dela, e, como tal, seria um dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e se auto-regula.

Na obra *Language and Control*, anteriormente citada, Fower *et al.* antecipam uma visão diferenciada sobre discurso que orientaria posteriormente o lingüista britânico Norman Fairclough, um dos ícones da ACD, em seus estudos sobre o tema.

Partilhando da mesma visão desenvolvida por Foucault, explanada em tópico anterior, a noção de discurso, para a lingüística crítica não se resume às unidades suprafrásticas, mas diz respeito aos meios de organização do significado e aos sistemas de poder/conhecimento em que assumimos posições de sujeito.

GOUVEIA (2005:3) complementa a este respeito:

“(...) neste sentido, o significado é produzido não por vontade de um sujeito unitário, não por determinação do sistema lingüístico ou por relações sócio-econômicas, mas por intermédio de sistemas de poder/conhecimento que são impostos pelas instituições sociais, que organizam textos e que criam as condições de possibilidade para diferentes atos lingüísticos”.

Seriam tais sistemas de poder/conhecimento que, neste caso, dariam visibilidade ao que poderia ser dito e pensado acerca do que definem como seus domínios. O discurso seria, por isso, determinado socialmente, seria uma prática social. FOWER (2004:2)¹⁴² justifica o uso do termo “prática”, nos moldes da acepção adotada por Althusser: *“uma intervenção na ordem social e econômica, que nesse caso funciona pela reprodução da ideologia”*.

Se o discurso, para esta linha, é considerado uma prática social nos moldes althusserianos, postula-se aqui, por conseguinte, que as práticas discursivas teriam grandes efeitos ideológicos porque criam a realidade e posicionam os sujeitos, num processo representacional.

Sobre o aspecto representacional, FOWER (*op.cit.*, 2) comenta:

¹⁴² Roger Fowler faleceu em 1996. Na revista *Linguagem em (Dis)curso*, referência utilizada neste trabalho, consta uma nota explicativa informando que este artigo foi publicado originalmente em inglês. In: CALDAS-COULTHARD, C. R., COULTHARD, M. *Texts and practices: readings in Critical Discourses Analysis*. London: Routledge, 1996, p.3014. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo e Delcimeris S. de Oliveira.

“A Lingüística Crítica insiste que todas as representações são mediadas, moldadas por sistemas de valores que estão impregnados no meio (neste caso, a linguagem) usado para a representação; a Lingüística Crítica desafia o senso comum, mostrando que algo poderia ter sido representado de outra forma, com um significado muito diferente. Não se trata, na verdade, de uma simples questão de ‘distorção’ ou ‘tendência’: não existe necessariamente nenhuma realidade verdadeira que pode ser revelada pela prática crítica, existem apenas representações relativamente variadas”.

KRESS (1985, *apud* FOWER, *op.cit.*, 4), apoiado em Foucault e numa visão pós-estruturalista, assim define discurso:

“Discursos são conjuntos de afirmações sistematicamente organizadas que dão expressão aos significados e aos valores de uma instituição [...] Um discurso fornece uma série de asserções possíveis sobre uma certa área, e organiza e estrutura a forma pela qual um tópico, objeto, ou processo em particular deve ser discutido.”

Antes de adentrarmos especificamente nos postulados teóricos da ACD, gostaríamos de destacar outras influências sobre a lingüística crítica, pois tais influências também se revelaram na construção de uma epistême para a *Análise Crítica do Discurso*.

Foucault e Halliday já foram citados. Destacam-se, sobremaneira, também os trabalhos em teoria social, distintamente de uma geração mais recente da Escola de Frankfurt¹⁴³ pautada nos trabalhos de Jürgen Habermas, a partir dos anos 60. HABERMAS (1977, *apud* WODAK, 2004:2) entendia que a linguagem seria um meio de dominação e força social, capaz de legitimar relações de poder organizado, daí a linguagem ser também ideológica.

¹⁴³ Já citada em capítulo anterior, referente à formação do campo da Comunicação Social.

Tomando o conceito de crítica, proposto pela escola mencionada, FOWLER (*op.cit.*,2), citando CONNERTON (1976)¹⁴⁴, elucida:

“(...) A abordagem crítica é aplicada (...) a objetos da experiência cuja ‘objetividade’ é posta em questão; a crítica supõe que existe um certo grau de distorção já instalada que se apresenta como realidade. A crítica busca remover esta distorção e assim tornar possível a liberação do que foi distorcido. Por conseguinte, ela implica uma concepção de emancipação”.

A partir de todas as ascendências destacadas, é pela publicação do artigo “*Critical and descriptive goals in discourse analysis*”, no *Jornal of Pragmatic*, que, em 1985 o lingüista Norman Fairclough funda um novo campo de estudos intitulado *Análise Crítica do Discurso*. Nos anos 90, agregam-se ao pesquisador na formação da linha de pesquisa, fruto de um simpósio ocorrido em Amsterdã (1991), Teun van Dijk¹⁴⁵, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak, formando a rede ACD.

No vértice das relações entre linguagem e poder, temas como racismo, sexismo, controle e manipulação institucional, violência e transformação identitária, exclusão social somam-se a outros assuntos que passam a ser analisados por esta corrente, entendendo o discurso como prática social permeado por ideologias (que conflitam e dialogam). Entende-se, neste processo, que seria tarefa da ADC, conforme aponta WODAK (2004), analisar os discursos produzidos por “pressões verticalizadas”.

¹⁴⁴ Obra original: CONNERTON, P. *Critical sociology*. Harmondsworth: Penguin, 1976.

¹⁴⁵ Teun A. van Dijk figura como pesquisador muito conhecido internacionalmente no meio lingüístico. Por isso, vale à pena justificar seu aparecimento nesta linha de pesquisa, já que outros trabalhos do pesquisador lhe asseguram outras filiações, ligadas recorrentemente, no Brasil, à prática da Lingüística Textual. O lingüista inicia seus estudos sobre o discurso ainda nos anos 70. Suas primeiras investigações sobre o tema previam os contributos da Semântica e de teorias cognitivistas (e a questão da memória). Por isso, na relação entre texto e discurso, propôs inicialmente o estudo de *Uma Análise Semântica do Discurso*, aliando estudos sobre o contexto e perspectivas pragmáticas e interacionais. Por via desta metodologia, estuda o texto jornalístico e noticioso nos anos 80. Sem abandonar os posicionamentos anteriores, nos anos 90, precisamente, começa a desenvolver pesquisas sobre discurso e racismo, discurso, poder e cognição social, dominação étnica, ideologia, apresentando-se, portanto, como afiliado aos principais postulados da Análise Crítica do Discurso. Atualmente, professor da Universidade Pompeu Fabra - Barcelona, desenvolve projetos sobre Discurso e Ideologia (desde 1995), Racismo e Discurso na América Latina e Teorias do Contexto.

O discurso é, assim, estruturado pela dominação. Mas também é determinado historicamente, já que cada discurso situa-se no tempo e no espaço.

É Fairclough quem estabelece os primeiros postulados que sustentam a ACD. Com a obra *Discourse and social change* (1992)¹⁴⁶, arrola os principais vértices teóricos que definem a linha em questão.

Nesta obra, FAIRCLOUGH (2001:91) prevê o discurso como um modo de ação e representação, como também um mecanismo de significação do mundo, portanto de constituição e construção de significados. É, no entanto, moldado e restringido pela estrutura social, e os eventos discursivos seriam, por isso, determinados pelo quadro institucional em que são gerados, da seguinte forma:

“(...) pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções”.

FAIRCLOUGH (*op.cit.*) postula que, da mesma forma que o discurso é moldado, é também formador da estrutura social. Por isso, o autor diferencia três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: 1) como construtor das identidades sociais e posições do sujeito na esfera social (tendo a linguagem função identitária) 2) como edificador das relações sociais entre os indivíduos (tendo a linguagem função relacional); 3) como produtor de sistemas de conhecimentos e crenças (tendo a linguagem função ideacional). As práticas discursivas podem, portanto, contribuir para reproduzir a sociedade ou para transformá-la.

¹⁴⁶ Traduzido para o português, em 2001, como *Discurso e Mudança Social* (Brasília: Ed. Unb).

O autor (*op.cit.*, 92) ressalta, contudo, que estas observações só podem ser consideradas se a relação entre discurso e estrutura social for ponderada numa perspectiva dialética¹⁴⁷, para evitar que se pense o discurso ou como “mero reflexo da realidade social”, ou como “idealizadamente fonte do social”.

A ACD considera o discurso em uma perspectiva tridimensional: a) o discurso enquanto texto (como resultado oral ou escrito de uma produção discursiva); b) o discurso como prática discursiva em uma situação social concreta; c) o discurso como um exemplo de prática social que não só expressa ou reflete identidades, práticas e relações, como também as constitui e configura.

Esta didatização em categorias analíticas, para o autor, é apenas uma iniciativa teórica que pretende apontar dois lados: denotar os membros de uma dada comunidade social como capazes de produzir seus próprios mundos explicáveis e ordenadas (através dos textos), mas considerar que apesar do discurso ser uma atividade consciente é também limitadora, porque as práticas dos membros também são “*moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos*” (FAIRCLOUGH, 2001:100), portanto são práticas discursivas demandadas pelas práticas sociais (aqui entendidas como ideologia e hegemonia).

Na análise da superfície textual, tem-se como foco não só a questão da forma e do significado, mas distingue-se aqui o significado potencial de um texto de sua própria interpretação. Para o autor, os textos são altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações.

¹⁴⁷ Uma visão dialética aqui, de acordo com os postulados gerais filosóficos, produz um pensar sobre a realidade como processo dinâmico, submetido à lei da contradição, que é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais. Fairclough (*op.cit.*, 94) menciona que a visão dialética considera “*a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória*”.

A análise textual, nesta perspectiva, pode ser organizada em quatro itens: *vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual*. Nas palavras do autor:

“O vocabulário trata principalmente das palavras individuais; a gramática das palavras combinadas em orações e frases; a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos”. (p.103)

Para o autor o vocabulário pode ser investigado de muitas maneiras, já que o campo lexical pode ser composto de muitos vocábulos sobrepostos correspondentes a diversos domínios. Processos de relexicalização, por exemplo, podem indicar como certos domínios de experiência podem fazer parte de lutas sociais e políticas circunscritas. O autor usa como ilustração deste processo a relexicalização dos “terroristas” quando se autodenominam “lutadores pela liberdade”. O sentido das palavras, assim, opera em sentidos mais amplos, como formas de hegemonia.

A gramática tem por unidade principal o quadro oracional, que, por sua vez, é tido como multifuncional, porque, para o autor, os modelos e estruturas oracionais resultam em escolhas sobre o significado, permeando as três funções atribuídas aos discursos: ideacionais, identitárias e relacionai.

A coesão, nomenclatura muito produtiva na lingüística textual¹⁴⁸, não se refere só às conexões frástricas (como o próprio autor denomina), mas transfrásticas, justamente porque é imanente a este conceito a idéia de texto como unidade mínima. São observados neste espectro: o uso de vocabulário de um campo semântico comum, a repetição de palavras, o uso de sinônimos próximos, etc.

¹⁴⁸ Supomos que a ACD, apesar de não revelar nenhuma correspondência autoral com os pesquisadores da Lingüística Textual (LT), opera com noções e empréstimos vocabulares deste campo, o que nos faz presumir também uma certa afiliação implícita aos princípios da LT, possivelmente através de HALLIDAY, autor que também inspirou este campo de estudos.

E, por fim, a estrutura textual é um item mensurável pela idéia de observação da arquitetura dos textos, especialmente a aspectos superiores de planejamento dos mais diferentes textos.

Já as práticas discursivas são processos de produção, distribuição e consumo de textos. São atividades ligadas a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.

Considera-se, neste âmbito, que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos. Para explicar este processo de adequação o autor utiliza como exemplo o jornal:

“Um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva, por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícias, na transformação destas fontes (...)” (p.107)

Do ponto de vista da análise da prática discursiva, evidenciam-se sobremaneira:

1) a força dos enunciados (o valor pragmático do dizer, os tipos de atos de fala); 2) a intertextualidade (o campo de relações dialógicas possíveis) e 3) a coerência dos textos.

A força de um texto, nesta teoria, é seu componente acional, sua capacidade de realizar uma ação social, que atos de fala desempenha: dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.

A intertextualidade aponta o caráter explicitamente dialógico dos textos, como sustentam os princípios bakhtinianos, ou seja, a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros.

A coerência, outro termo típico dos estudos em LT, é tida como uma característica que aponta a unidade de sentido dos textos, mesmo que um determinado texto tenha poucas marcas formais (elementos de coesão) que denotem tal unidade, atrelando tais sentidos aos contextos de produção de tais textos.

As práticas discursivas são, assim, a grande mediação entre *o texto* (o material lingüístico do discurso) e a *prática social* (o caráter ideológico e hegemônico implícitos ou explícitos no discurso como já apontamos).

FAIRCLOUGH explica esta relação apontando que os processos de interpretação são formados pela natureza da prática social, mas, por outro lado, também a forma porque o processo interpretativo opera sobre “pistas” deixadas pelos textos.

O caráter ideológico do discurso pode comparecer, nesta teoria, pela influência da perspectiva althusseriana, como: a) um elemento que tem existência material nas práticas das instituições; b) um elemento que interpela os sujeitos.

O caráter hegemônico, com influências de Gramsci, constitui-se como o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança a outras forças sociais, na construção de processos coercitivos mediante concessões ou meios ideológicos que concedem sua existência.

A tabela a seguir configura tais categorias apontadas neste modelo:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Vocabulário (neologismos, lexicalizações, etc.)</i> • <i>Gramática (palavras combinadas na frase)</i> • <i>Coesão (ligação entre as frases, processos de refe-</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Formas de produção/ distribuição/ consumo das mensagens</i> • <i>Força elocucional (tipos de atos de fala)</i> • <i>Coerência (conexões e in-</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Na dimensão da ideologia</i> • <i>Na dimensão da hegemonia</i>

<p><i>renciação, palavras do mesmo campo semântico, etc.)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Estrutura textual (propriedades organizacionais do texto em larga escala).</i> 	<p><i>ferências necessárias)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A intertextualidade / interdiscursividade (relações dialógicas entre outros textos/ relações entre as ordens do discurso).</i> 	
---	--	--

Tendo a prática social como instância última, furtificam como estudos neste campo, a observação da imanência política e ideológica.

Como prática política, os discursos instituem, mantêm e transformam as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais se constroem relações de poder. Como prática ideológica, os discursos podem constituir e naturalizar os significados do mundo, nestas relações de poder. São, assim, práticas interdependentes.

Os discursos que instituem lutas hegemônicas, divergências do estatuto do poder, o fio ideológico aparecem como foco de estudos recorrentes na ACD.

5. DISCURSO MIDIÁTICO E TEORIAS DISCURSIVAS

5.1. *Os tipos de discursos midiáticos: categorias previstas*

A mídia como entidade abstrata (mas pensada como o conjunto de meios de comunicação de massa pelos quais se veiculam mensagens) abriga diversificados tipos de discurso, nem sempre categorizáveis ou apreensíveis.

Tal dificuldade repousa especialmente na capacidade que a mídia tem de fazer circular uma gama muito ampla de dizeres e, por isso mesmo, infiltrar-se em múltiplas práticas discursivas.

É neste sentido que RODRIGUES (1996: 34) rotula os discursos de mídia como “exotéricos” (por seu caráter extensivo e transversal), em oposição a outras modalidades de discurso que se configurariam como “esotéricas”¹⁴⁹ (por seu caráter opaco e hermético), dada a sua limitação ao domínio da experiência e da manifestação de determinadas esferas de atuação.

Um exemplo utilizado pelo autor para indicar esta oposição é o discurso médico (da saúde/da ciência). Enquanto que este é visivelmente marcado por um léxico (os jargões acadêmicos e profissionais) e uma sintaxe circunscritos aos que fazem parte deste *metiê* e comungam de suas formas de expressão, quando este se evidencia na mídia (notícias sobre as pesquisas em biomedicina, documentários sobre doenças, propaganda de remédio, etc.), passam por um processo de necessária didatização (para atender ao cará-

¹⁴⁹ O autor assim explica: “Esotérico é aqui um termo para designar o discurso destinado aos membros de uma instituição, exigindo a sua compreensão o domínio das suas representações simbólicas próprias, o que o torna relativamente opaco para os estranhos, aos que não pertencem ao corpo legítimo desta instituição. Esotérico, pelo contrário, aplica-se às modalidades discursivas que não são reservadas a um corpo institucional em particular, mas destinadas a todos indiscriminadamente.” (Idem, p.34).

ter generalista de sua enunciação), o que permite desvendar as suas especificidades e torná-lo mais transparente.

É neste âmbito que os discursos de mídia ganham um papel social fundamental na contemporaneidade: servem de *mediadores* e de *produtores de conhecimento em certa medida*¹⁵⁰, porque se ocupam em tornar acessíveis para um grande público (indiciado aqui como “massa”) os saberes que circulam restritamente nos mais diferentes setores.

RODRIGUES (*op.cit.*, 37) comenta a este respeito:

“É a instituição midiática que desempenha, nas sociedades modernas, este papel estratégico de composição e de conseqüente cimento homogeneizador da vida coletiva. Nela vem refletir-se, como num espelho, a diversidade das funções pedagógicas, simbólicas, mobilizadoras e reparadoras das restantes instituições”.

Tendo em vista, portanto, a capacidade do discurso midiático de legitimar outras modalidades discursivas, RODRIGUES (*op.cit.*) categoriza cinco estratégias de articulação de outros discursos:

- a) *a naturalização*: por apropriar-se expressivamente de outras modalidades, a mídia tende a naturalizar as “pretensões legítimas” de certos discursos e apresentá-las como inerentemente fundadas e irrefutáveis. Tal estratégia verifica-se por uma relação com a memória, de uma certa produção concomitante de *esquecimento* e *arquivamento*, resultante da efemeridade de seus enunciados.
- b) *o reforço*: a mídia também reforça, pela constante exposição, a força destas outras modalidades, garantindo sua existência por todo o tecido social.

¹⁵⁰ Ver a este respeito em MEDITSCH, E. *Jornalismo como forma de conhecimento*. IN Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.21, n.1, p. 25-38. jan./jun., 1998. 0102-6453.

- c) *a compatibilização*: a mídia, numa tentativa de ressaltar sua dimensão harmonizadora, também esvazia os confrontos entre os outros discursos ao instaurar, sob a égide de uma aparente lógica democrática, uma sensação de multiplicidade discursiva (quando promove, por exemplo, o debate, a oposição entre vozes, os dois lados de um acontecimento, etc.).
- d) *a exarcebação das diferenças*: mas, quando promove a diferença e apresenta os confrontos, o faz de forma performativa e teatral, dando-lhe um caráter, em muitas situações, de encenação.
- e) *a visibilização*: por tornar conhecidas frequentemente todas as modalidades de discurso tidas como relevantes em âmbito social.

Pelos traços apresentados, torna-se possível ressaltar alguns elementos que delineiem aspectos essenciais dos discursos midiáticos, pois, de modo geral: a) proclamam-se por determinados dispositivos de enunciação — os VCM formais e informais; b) portam-se como *pseudo* mediadores de outros tantos discursos, daí aparentarem organizar-se polifonicamente, de forma variada e multifocal¹⁵¹; c) promovem o dizer através de uma aparente ausência de sujeito discursivo (estando revelado somente o sujeito enunciador)¹⁵².

¹⁵¹ Não são poucos os estudos que evidenciam as estratégias de *silenciamento* da mídia, quando, pelas mais diversas razões (de ordem mercadológica, ideológica, identitária, etc.), oculta ou esmaece tantos outros discursos sociais relevantes, que sequer comparecem para aludir a uma possível pluralidade de vozes em seu aspecto composicional. GUARESHI (1985) aponta duas estratégias como políticas de silenciamento de vozes na mídia: as técnicas de *diluição* e *recuperação*. Na primeira, assuntos que não interessariam ao *status quo*, substanciado na engrenagem midiática, seriam pouco aventados no panorama do mercado informativo. Já caso fosse preciso denegrir ou destacar negativamente certos discursos sociais, estes seriam recuperados só para efeitos de depreciação. Na obra, o autor toma como exemplo a representação social do movimento hippie nos anos 60, associado a movimento baderneiro e sem fins ideológicos e militantes demarcados.

¹⁵² Opomos aqui as nomenclaturas *sujeito discursivo* e *sujeito enunciador*, considerando que o primeiro diz respeito a um *lugar de enunciação* (perceptível para além da enunciação em si) e o segundo é pensado como *sujeito material da enunciação* (o interlocutor).

Esta ausência de sujeito se produz por uma certa neutralização das marcas enunciativas destes discursos (destacável no tipo jornalístico informativo¹⁵³). As formas indexicais que apontariam a relação dos enunciados com a pessoa, o lugar e o tempo da própria enunciação são diluídas, na tentativa de fazer valer tais discursos como universalizantes.

RODRIGUES (*op.cit.*) ressalta outra marca evidente dos discursos midiáticos: o fato de se apresentarem como um aparente discurso acabado, sem intermitências nem vazios, ininterrupto (em qualquer tempo é possível acessá-lo); ao contrário, por exemplo, dos discursos espontâneos (da cotidianidade).

O vazio ou o silêncio são considerados erros técnicos no processo de transmitir informações. São reputados como insuportáveis porque rompem com a máquina informativa contemporânea (na qual o que importa é dizer, só para manter o fluxo, o *continuum*, a fadiga informacional).

Conotam a perda de relação com os públicos, configurando-se como risco letal para o próprio funcionamento destes discursos. Mesmo assim, o silêncio/ vazio ainda podem ser propositais, servindo para atingir alguma finalidade comunicativa.

O vazio, em jornais, livros ou revistas, por exemplo, pode ocorrer quando se quer destacar o branco das páginas em detrimento do excesso de textos ou imagens (o que em linguagem de design se chama “mancha”). A esse respeito HOELTZ (2001:7) explica:

“O branco faz parte da página e normalmente é utilizado como recurso estético. A valorização do branco da página representa o espaço

¹⁵³ Veremos mais à frente que também há o jornalístico opinativo.

de circulação das idéias do leitor e os fluxos, os caminhos deixados pelo designer. O branco proporcionado compensa a perda de espaço pela beleza e leveza da página.”

Na TV, em que o ritmo acelerado e a ausência de silêncio predominam, o vazio visual e sonoro intencionais dizem respeito a uma vontade de produzir uma quebra na continuidade das passagens de cena. Por conta da cultura do *zapping* (troca frenética de canais) estabelecida na TV pós anos 80¹⁵⁴, não é um recurso que possa ser estendido, pois põe em risco o próprio funcionamento fragmentário dos discursos que ali circulam. SARLO (2000: 61) é uma das autoras que comenta a este respeito: “*a mudança de canal é uma resposta não só frente ao silêncio, mas também frente à duração de um mesmo plano*”.

No rádio, quando não é sinônimo de ruído, muitas vezes o silêncio é demonstração de breve hesitação. Nas radionovelas, eram freqüentes para expressar imageticamente certos sentimentos dos personagens ficcionais. Um exemplo clássico de silêncio proposital no rádio ocorreu na transmissão do famoso radiodrama “*A Guerra dos Mundos*” de Orson Welles, na Nova York de 1938. Ao relatar a invasão de marcianos à cidade (o que na época alarmou a população local porque foi narrada como se fosse um boletim jornalístico), Welles usou e abusou do silêncio em vários momentos: para dar sentido às palavras, às músicas e aos efeitos sonoros. Em uma das passagens do programa o repórter Phillips (locutor da trama) produziu um silêncio de 6 segundos, no ápice da narrativa, para significar que a invasão teria chegado ao estúdio e destruído tudo. BAUMWORCEL (1998:3), em pesquisa sobre o tema, descreve um possível sentido para esta atividade:

¹⁵⁴ O advento do controle remoto trouxe consigo a cultura do zapeamento, que levou o telespectador a ter sensação de controle dos conteúdos televisivos.

“Ao interromper o som, Welles corta a linearidade do texto sonoro-verbal, instalando a ruptura - na forma de silêncio - e, assim, abre espaço ao movimento do sujeito-ouvinte no trabalho de significação e de co-autoria. Welles só sugere, cria o clima, o ambiente - silencia - e o ouvinte faz o resto.”

Retomando a questão das marcas gerais dos discursos midiáticos, podemos sentenciar que, por serem majoritariamente de caráter massivo¹⁵⁵, tais discursos produzem enunciações freqüentemente monológicas, já que se dirigem a um público relativamente indiferente e ausente, que não tem possibilidade efetiva de tomar a palavra.

Na relação entre emissores – receptores, quando a audiência toma a palavra é por conta de um acordo tácito inerente à própria realização discursiva. Os públicos estão autorizados a enunciar, mas não podem “enunciar qualquer coisa” nos dispositivos de mídia. A liberdade do dizer está aprisionada a uma lógica de controle, pautada pelos próprios interlocutores e por um lugar ocupado pela enunciação, determinada por consensos culturais pré-estabelecidos, por leis do mercado e pela linha editorial de cada veículo (como empresa comunicacional).

Corroborando estes princípios gerais como pressuposto de categorização de tais discursos, os subtipos que se configuram neste macro conjunto se organizam como *gêneros discursivos midiáticos*¹⁵⁶ através: a) dos suportes em que aparecem - daí existem

¹⁵⁵ Apesar de já termos explicitado no capítulo 3 o conceito de comunicação de massa, destacamos a acepção do DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL de RABAÇA & BARBOSA (2001), para acrescentar atributos a esta categorização. Para estes autores, podemos denominar este tipo de comunicação como a que é “*dirigida a um grande público (relativamente grande, heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado, e a partir de uma fonte organizada (geralmente ampla e complexa). A caracterização dessa fonte é importante para delimitar as fronteiras que separam a comunicação de massa da comunicação que não é de massa*”. Neste sentido, dentre as chamadas mídias formais, seriam efetivamente massivos o rádio (mais interativo e menos monológico), a TV e o impresso, marcando a assimetria da fonte emissora e receptora. A internet, e conseqüentemente o ciberespaço, não podem ser rotulados como tal, já que as formas de acesso à informação são singulares e aleatórias, além de emissores e receptores se equilibrarem como produtores de sentido.

¹⁵⁶ Entendemos aqui a noção de gênero, baseando-nos na acepção do vocábulo no DICIONÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO (*op.cit.*), como um conjunto de traços estáveis capazes de caracterizar certos tipos de texto. Outra

os discursos televisivo, impresso, radiofônico, cinematográfico, gráfico, da internet, etc.; ou b) das duas funções mais habituais de tais práticas discursivas: informar (jornalístico) ou incitar ao consumo (publicitário)¹⁵⁷.

Tendo em vista que as habilitações em jornalismo e publicidade são as formações mais recorrentes nas graduações em Comunicação Social¹⁵⁸, no próximo item trataremos de definir especificamente a natureza destes dois tipos de discurso, expor seus elementos composicionais, modos de funcionamento e traços estáveis categorizáveis.

conceituação proeminente para o termo aparece em PATRIOTA & ALMEIDA (2005), para quem os gêneros discursivos seriam “*todos os tipos de produções verbais*”, de caráter histórico, por estarem atrelados aos contextos culturais e sociais. São elementos capazes de ordenar e estabilizar certos tipos de textos que apresentem características comuns, alinhando-os a um formato específico de composição textual.

¹⁵⁷ À mídia também tem função primordial de entreter. Neste sentido, tem “função narcotizante”, de produzir esvaziamentos e abstração mental, assim categorizada nos anos 50 pelos funcionalistas americanos da *mass communication research*.

¹⁵⁸ No item 3.3., em que procedemos às análises das grades curriculares, fica evidente tal recorrência.

5.1.1. Sobre o discurso jornalístico

Dentro da amplitude midiática, os tipos de textos categorizados como jornalísticos são os mais antigos, já que são anteriores historicamente à própria idéia de mídia¹⁵⁹ (conceito do início do século XX), pois tomam forma embrionária após a revolução gráfica do século XV.

De certo, não é preciso ser um estudioso da escrita para sentenciar que a iniciativa de Gutemberg, adjetivada como “invenção da imprensa”, se legitimou muito mais pelo fortalecimento do livro como *objeto simbólico* de acesso ao saber, na Europa Medieval/ Moderna iletrada, do que pela instituição do jornal como fonte de informação.

Além do que é constatável que os três séculos que se seguiram (XVI –XVIII) contemplaram uma atividade jornalística muito mais literária e panfletária (ligada aos movimentos e revoluções sociais), sem pretensões comerciais.

Foi na transição do século XIX para o século XX que se arregimentaram as primeiras referências para o discurso jornalístico tal qual o conhecemos hoje em seus aspectos composicionais, incorporando-lhe certa legitimação social, como muitos outros discursos sociais.

TRAQUINA (2001) indica algumas teorias que propiciaram lugares diferentes a esta prática no último século.

Em primeira instância, no início do século XX, ao discurso jornalístico incorporou-se certo estatuto de sacralização, voltado a reconhecê-lo como um “espelho da reali-

¹⁵⁹ BRIGGS & BURKE (2004) explicam que foi somente na década de 20 que o termo “mídia” passa a circular publicamente.

dade”, “retrator de verdades sociais”. Pela “*Teoria do Espelho*”, entende-se a imprensa como um espelho do real, apresentando-a como um “reflexo” dos principais acontecimentos da cotidianidade.

Esta qualificação se assevera quando, nos anos 30-40, institui-se a imprensa como um dos espaços mais autorizados para dirigir-se ao coletivo, justamente porque, no período entre guerras, o rádio e o *jornal*, como espaços de difusão informativa, passam a ser legitimados como produtos e comercializáveis nos centros urbanos.

Os anos 50-60 reafirmam este lugar de prestígio do jornalismo nas sociedades industriais. Para reforçar esta visão, nas teorias comunicativas surge a figura do *gatekeeper* (aquele que aponta caminhos), dando ao jornalista o papel de seletor dos assuntos que deveriam pautar os temas do espaço público. Esta perspectiva é chamada de “*Teoria da Ação Pessoal*”.

Os anos 70, como apontamos nos estudos sobre a dimensão sociopolítica no capítulo 3, dão à imprensa um lugar desprestigiado e acoplado a ações das ideologias dominantes já que o discurso jornalístico fica condicionado às escolhas enunciativas dos governos ditatoriais, malogrados pela implementação da censura. Este momento o discurso jornalístico se inscreve na “*Teoria da Ação Política*”.

Concomitantemente, as novas visões sobre a realidade provocadas pelo movimento do *giro lingüístico*, como já explicamos anteriormente, dão ao jornalismo um lugar de possível “construtor de realidades sociais”, em que a idéia de “produção de versões” aparece como condicionante. A este momento atrela-se a “*Teoria Etnoconstrucionista*”.

Os anos 80-90 coadunam a prática jornalística à lógica da globalização financeira. O jornalista não é visto mais como um *gatekeeper*, mas como um sujeito social atrelado às lógicas organizacionais para produzir suas enunciações. É o jornalismo visto como *business* e submetido aos ditames das corporações de mídia. Neste período, sobressai a “Teoria das Organizações”.

Apesar de ter assumido posições diferentes no último século, do ponto de vista do lugar da enunciação, podemos tomar os discursos jornalísticos como voltados, como aponta BACEEGA (1998:52), principalmente para a instituição do relato.

Como a vida privada não é, historicamente, o foco das narrativas jornalísticas (apesar de ter crescido voluptosamente o chamado jornalismo “cor-de-rosa”, que trata de especular sobre a vida privada de pessoas públicas), e sim as temáticas de interesse público, o discurso jornalístico apropria-se desta premissa para posicionar-se legitimamente no campo social.

Na teia das representações sociais, é possível atribuir-lhe certos traços gerais, justamente por ser um discurso que, acima de tudo, se credibiliza por uma aparente irrefutabilidade, já que utiliza elementos da realidade concreta para se validar discursivamente.

A própria inversão da lógica da narratividade apresenta alguns indícios desta afirmação.

Na teoria geral da narratologia, toda história, ao ser relatada, passa por etapas de complexificação do enredo. No início, ambienta-se a história, para que em determinado momento surja a trama e chegue-se ao clímax. Todos os gêneros textuais (inclusive

os literários) que usam da narração como forma de organização discursiva seguem este princípio. Por isso, seguem o percurso da pirâmida narrativa natural.

No jornalismo ocorre o contrário. A chamada “pirâmide invertida”, invenção norte-americana do final do século XIX que legitima a notícia como gênero canônico deste tipo de discurso, apresenta uma organização diferenciada. Hierarquiza-se como primeiro tópico a conotação do clímax da história, para depois serem reveladas as informações secundárias, pela seguinte estrutura: lead – sublead - finalizações.

O próprio *lead*, inclusive, revela esta vontade de remetência à realidade concreta. As perguntas *Quem?(Reconhecimento e nomeação dos actantes)*, *Fez o quê?(descrição do acontecimento)*, *Quando?(dimensão temporal)*, *Onde (dimensão espacial)*, *Como e Por quê?(explicação sobre as causalidades)* nada mais são que uma estratégia para que, logo na abertura da narrativa, se apresente um alto grau de densidade informacional, para não restar dúvidas sobre a veracidade do relato.

A divulgação de notícias que correspondam a uma maior proximidade espacial e cultural de seus receptores, bem como a carga de interesse humano – daí pulularem bizzarisses, catástrofes, tragédias nos noticiários - predominam neste tipo de relato.

Se pensarmos especialmente em sua forma escrita (o jornal/ a revista), o jornalismo, tendo a proposta primeira de narrar/relatar os acontecimentos factuais de mais relevância social na cotidianidade¹⁶⁰, como dissemos, apóia-se na possibilidade de comprovação destas narrativas através da imagem documental (o fotojornalismo) e do texto esteticamente organizado de forma impessoalizada (o uso da 3ª pessoa do singular ou plural).

¹⁶⁰ Entram em oposição, neste aspecto, o que seria de interesse público e interesse do público.

No rádio, valida-se pelos recursos da *oralidade* (mais particularmente via produção de boletins de notícias, reportagens ou na prática do comentário).

Em TV, apresenta-se em estrutura mais ampla (dada a atratividade da *imagem em movimento*), através de diversos gêneros, tendo no telejornalismo sua principal expressão.

Em mídias digitais, o jornalismo tem se apresentado como um formato ainda em construção. O hipertexto, ao mesmo tempo em que reproduz as formas de exposição dos textos jornalísticos em papel, orienta e organiza os conteúdos on-line de modo, ao mesmo tempo, instantâneo (por operar com o tempo real e com a virtualização) e documental (por gerar um grande banco de dados, possibilitando o arquivamento de informações). Daí, por exemplo, encontrarmos diferenças marcantes entre um *jornal on-line* e *impresso*.

Outro traço estruturante do discurso jornalístico é a necessidade de promovê-lo como polifônico, já que seus enunciadores precisam se fazer valer pela aparente *pluralidade de vozes*, seja para produzir confrontos ou acréscimos ou no intuito de destacar o *aspecto imparcial* da retórica promovida.

A cada fato/acometimento noticiado, agregam-se os depoimentos de sujeitos sociais autorizados (fontes representates de órgãos públicos, especialistas) e/ou sujeitos testemunhais (fontes que presenciaram, sofreram ou foram afetadas pelos acontecimentos destacados).

Através dos recursos da *citação direta* e *indireta*, obrigatórios na construção de todo e qualquer texto jornalista, especialmente o de base narrativa, encadeiam-se vozes

alteras e, assim, o jornalismo se credibiliza no espaço público como tendo caráter aparentemente *neutro, isento e imparcial*.

É aparente, porque, sabemos que não existe discurso sem autoria. O sujeito-autor é um traço que pode mascarar-se, tendo em vista as finalidades comunicativas do dizer. Por isso, não existem discursos neutros (em sua totalidade), pois todo discurso, por conseguinte, é posicionado.

E no caso da retórica jornalística, tal posicionamento apresenta-se mais ou menos evidenciado de acordo com o gênero textual produzido.

O grupo jornalístico informativo, que incorpora gêneros como a *nota*, a *notícia*, a *entrevista* e a *reportagem*, tem o foco nos conhecidos recursos da imparcialidade, isenção e neutralidade.

Para estes grupos de textos, tais características são estrategicamente utilizadas para produzir uma sensação de *afastamento do sujeito discursivo*, para dar conotação de ausência de autoria. Por isso, as marcas de subjetividade¹⁶¹ nos gêneros informativos, apresentam-se majoritariamente diluídas em nome de uma tentativa de promover um discurso universalizante. Produzindo a sensação de imparcialidade e neutralidade, o discurso jornalístico procura dar conta de um real exterior a si mesmo e que parece pertencer à coletividade.

¹⁶¹ Referimos-nos aqui a uma subjetividade ontológica, tributária da interioridade humana: crenças, afetos, expectativas, desejos, emoções, etc., que poderiam sere reveladas pelo processo autoral.

Soma-se a estas características neste grupo a idéia de *objetividade*, que aqui não se opõe necessariamente à subjetividade (discursiva), mas diz respeito à capacidade de um texto ser objetivo, econômico, direto, etc.

Um texto noticioso, por exemplo, não pode ser construído relatamente por traços impressionistas, nem líricos, como bem apontamos na explicação sobre o *lead*. Deve promover o relato, diferentemente, em caráter épico (pois promove o relato sobre o que acontece no exterior), tendo o foco no ocorrido e nos agentes em si. Estrutura-se, portanto, para o presente, para o tempo imediato.

Tendo como referência a verossimilhança dos acontecimentos, o narrador jornalístico porta-se, geralmente, como onisciente e onipresente.

Já em textos opinativos de base argumentativa (leiam-se aí gêneros como o editorial, o comentário, o artigo, a crítica, a resenha e a crônica¹⁶²), apesar de serem pautados também no discurso impessoalizado (característica expressiva das estratégias de persuasão, voltadas para a reunião de pressupostos a serem defendidos), a subjetividade torna-se mais aparente, já que o posicionamento de idéias é evidenciado e o *julgamento é explícito*, conclamando, ora o sujeito-autor (como em artigos e crônicas), ora o sujeito institucional (como em editoriais).

Diferentemente, o grupo informativo produz um *julgamento implícito* dos conteúdos que veicula. Tal julgamento perfaz-se no que é escolhido como notícia para ser relatado, bem como pelo enquadre dado ao relato.

¹⁶² A crônica apresenta tanto traços de narração, descrição como de argumentação.

5.1.2. Sobre o discurso publicitário

A publicidade é uma atividade comunicacional que se edificou como possibilidade de difusão comercial de produtos no início do século XX, quando a sociedade de consumo se consolidou como entidade social e a acelerada urbanização reorganizou a forma de acesso aos bens simbólicos/ materiais.

Nesta época, fosse através dos *jingles* radiofônicos ou dos cartazes impressos, a publicidade/ propaganda¹⁶³ se limitava a descrever os produtos que anunciava, apontando suas possíveis funcionalidades e benefícios.

Na segunda metade do século XX, com a chegada da TV, a publicidade deixa de ser “mera conselheira” e passa a adicionar outras ferramentas à sua retórica. Cria uma linguagem própria e começa a validar, gradativamente, a cultura audiovisual voltada a reforçar o caráter icônico das mensagens para o consumo em massa.

Passa, para tal, a apoiar-se na vontade de convencer, na função conativa da linguagem (se considerarmos validada a teoria de Jakobson), para produzir comportamentos de consumo no receptor.

E, por isso, a persuasão e a sedução se tornam componentes principais de sua estruturação discursiva, substituindo a objetividade informativa e descritiva dos modelos anteriores.

¹⁶³ Em linhas gerais, entende-se por *publicidade/propaganda* a arte de fomentar nos públicos o desejo de compra, incitando-os ao consumo. No entanto, podem-se atribuir diferenças conceituais entre os dois termos. ERBOLATO (1986) explica, no *Dicionário de Propaganda e Jornalismo*, que a publicidade é tida como um conjunto de técnicas comunicacionais utilizadas no intuito de promover o lucro de uma atividade comercial (através da venda de seus produtos). A propaganda, em contrapartida, seria a divulgação das idéias propostas na linguagem publicitária, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público receptor. A propaganda, portanto, é o meio que permite as idéias publicitárias circularem (o próprio nome diz “propagar”) para que a transação comercial, ensejada pelos anunciantes/clientes dos produtos divulgados, se efetive. A primeira, portanto, pode ser considerada mais abrangente e a segunda carrega, em sua finalidade última, a persuasão imanentemente. Neste trabalho, utilizaremos os termos intercambiavelmente.

Na conquista dos públicos-alvo, a persuasão postula-se, majoritariamente, pela explicitude da palavra. Já a sedução aparece mais recorrentemente através dos desejos latentes e manifestos compartilhados no imaginário social. Tais desejos podem ser expressos através do campo do onírico (o sonho como possibilidade de realização), do uso do humor, do erotismo/ sensualidade, da paródia, entre outros recursos.

A economia textual e o reforço dos implícitos e subentendidos são igualmente utilizados na obtenção dos resultados. O uso de metáforas e a própria ambigüidade revelam também as formas de enunciação destes textos.

Estas qualidades e atributos difundidos pelos discursos da propaganda dificilmente são comprováveis pelos meios racionais, daí tais discursos utilizarem de argumentos emocionais para comporem a sua retórica de convencimento.

CARVALHO (2000), em explanação sobre os preceitos da linguagem publicitária, explica que, diferentemente do discurso jornalístico, principalmente do “universo das notícias” voltado par retratar a realidade objetivada (em que coabitam o *caos* e a *ordem*), o discurso publicitário se concentra na enaltação do belo, da perfeição, na ilusão de um “mundo sem problemas”, pois “*sugere atmosferas, embeleza ambientes e artificializa a natureza*” (*op.cit.*, 12).

É um discurso que se inscreve num círculo de trocas de bens de produção, em que enunciadores e receptores compõem sujeitos sociais muito diversos. Pois, de um lado tem-se a agência de publicidade/propaganda que elabora um discurso (e não aparece como real enunciativa) voltado para atender aos interesses de fabricantes e anunciantes; de outro os targets/ públicos-alvo idealizados e, ainda assim, os receptores reais (consumidores).

Para favorecer o “encantamento” e atingir seus fins de “incitar o consumo”, valoriza o extraordinário para falar de coisas banais, tem natureza imagética e pouco realista, criando um espaço cultural próprio, com sistemas de valores circunscritos e delineados.

Mesmo nestas condições, não perde (como pode acontecer na linguagem dramática) o contato com a realidade social, pois utiliza dos mesmos *indícios de concretude* para compor suas enunciações.

Numa propaganda de carro na televisão, por exemplo, a ambientação cênica (geralmente externa) que demonstra as habilidades e potências do produto (velocidade, conforto, segurança, etc.) ocorre em espaços reais, que existem de fato, não se passam em um “mundo de fantasia”, num reino de “contos de fada”.

Os tipos sociais que aparecem na enaltação de certas mercadorias – *a dona de casa apontando as qualidades de um tempero ou de um eletrodoméstico; um idoso como garoto-propaganda de uma financeira que faz empréstimos para aposentados; a criança como modelo em um anúncio de fraldas; a mulher magra, branca e esbelta numa propaganda de leite em pó desnatado; etc.* – são reconhecidos como públicos-alvo idealizados destes produtos e podem ser encontrados nos rostos anônimos da coletividade.

Diferentemente das celebridades do mundo artístico ou político em geral que associam suas imagens a vários produtos no mercado publicitário por já terem uma representação social construída e legitimada para o grande público. São indivíduos mitifica-

dos, a quem à imagem se aderem características positivadas. Na cultura de massa, parafraseando Edgard Morin, seriam os novos olímpianos¹⁶⁴, os exemplos a serem seguidos.

Do ponto de vista de sua função social, o discurso publicitário pode ser considerado um dos mais potentes instrumentos subliminares de controle social.

Concorde a CARVALHO (*op.cit.*,17), para realizar tal função “*simula igualitarismo, remove da estrutura de superfície os indicadores de autoridade e poder, substituindo-os pela linguagem da sedução*”.

É um discurso informativo, na medida em que faz o consumidor saber da existência de produtos reais, agregando valores à imagem destes objetos, valores esses que só podem ser construídos quando este discurso se remete ao universo cultural de seus receptores (crenças compartilhadas e naturalizadas no imaginário social).

É o que se chama de “imponderável”, o que apresenta as características diferenciais dos produtos ou serviços (melhor do que o concorrente).

¹⁶⁴ MORIN (1987). Ver em referências bibliográficas.

5.2. Quadro didático-pedagógico na aplicação das teorias

Chegamos, por fim, a um momento do trabalho em que se organizam os tópicos didáticos para tratar do tema aqui discorrido. Pretendemos, nos quadros ilustrativos a seguir, traçar um encaminhamento pedagógico preliminar para abordar a questão do discurso, correlacionando-o essencialmente ao ensino deste tópico na graduação de Comunicação Social.

Os quadros são apontamentos resumitivos das relações descritas nos capítulos anteriores. Destacamos, sobremaneira, nestes quadros, as formas/os caminhos de inter-relação teórica possíveis para a proposição adotada.

Retomando os pressupostos que já teorizamos, defendemos que a temática do discurso pode ser produtiva como assunto de estudo na graduação em Comunicação quando:

1. Tratar de explicar o conceito de discurso, em sentido *latu*, associando-o ao campo social, já que os discursos de mídia são produzidos em situações em que o receptor é tido como coletivo (*questão abordada, neste trabalho, em 4.1*);
2. Contextualizar os predisponentes teóricos que edificaram o campo da análise do discurso (aparte para as contribuições dos estudos sobre enunciação, pragmática, etnometodologia, interacionismo, estruturalismo, marxismo, teoria foucaultiana, etc.), já que muitos destes elementos já são conhecidos deste tipo de alunado, justamente pelos tipos de disciplinas que estudam no curso em geral (*questões tratadas, neste trabalho, em 4.2.1*)
3. Expuser o campo da AD e suas possíveis filiações distintas (em nosso caso elegemos quatro linhas específicas), levando em consideração: a) os antecedentes teóricos de cada

linha; 2) de que forma se apropriam da noção de discurso / sujeito; 3) que planos analisam (oral/ escrito), se levam em conta outras esferas semióticas fora o contexto verbal; 4) A missão da AD em cada qual; 5) Seus fundamentos principais e caminhos de análise (*questões tratadas*, neste trabalho, em 4.2.2.);

4. Apresentar traços gerais dos discursos de mídia, que reflitam suas propriedades composicionais, para que se possa identificar um lugar de enunciação recorrente em tais práticas. Neste trabalho, tratamos de especificar o jornalístico e o publicitário (*questões tratadas*, neste trabalho, em 5.1.).

Para a conclusão de nosso trabalho, os quadros subseqüentes nas próximas páginas ressaltaram esquematicamente os tópicos que carecem de tratamento interdisciplinar: os itens 2 e 3 acima designados.

A proposta **no primeiro quadro foi** mostrar as intercambialidades e correlações, em âmbito geral, entre as teorias discursivas aqui explanadas e as correntes do pensamento geradoras ou inspiradoras das proposições teóricas destas linhas. Desta forma, foi possível oferecer uma visão panorâmica das intercorrelações possíveis, como teorizamos anteriormente.

Os **próximos quatro quadros (2, 3, 4 e 5)** denotaram, em formato de organograma, as principais teorias discursivas aqui ensejadas a partir de nove tópicos:

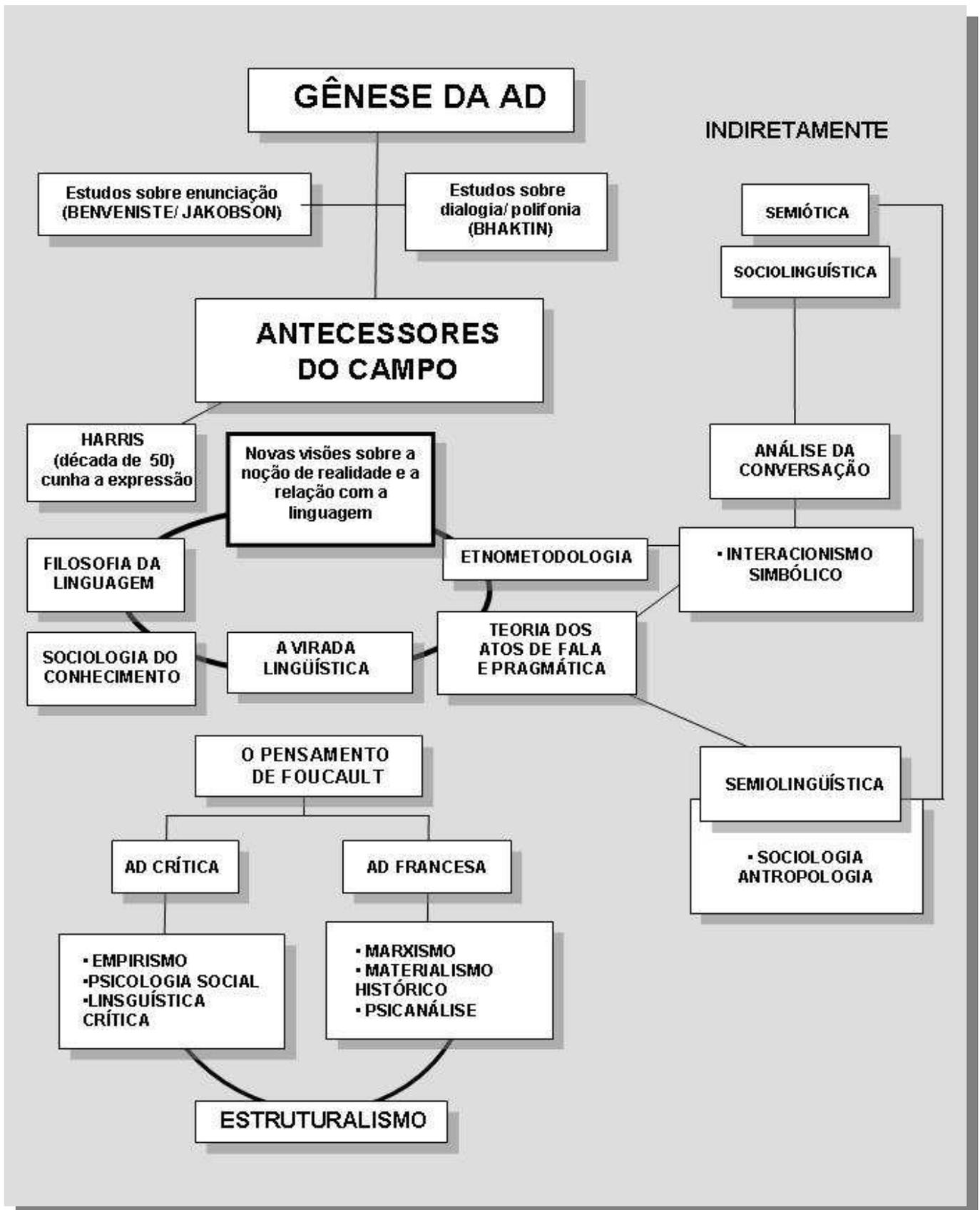
- 1) Apresentação das correntes de pensamento fundantes para cada linha;
- 2) Proposição dos pensadores mais influentes para a composição de cada linha;
- 3) Os respectivos predecessores de cada linha;
- 4) O conceito de discurso em cada qual;
- 5) A missão da Análise do Discurso em cada corrente;

- 6) A noção de *sujeito discursivo* para cada uma;
- 7) Os possíveis caminhos de análise propostos por cada teoria;
- 8) As observações de correspondência de assuntos estudados em comunicação social que possam também aparecer nas teorias dos discursos aqui arroladas;
- 9) E, por fim, sugestões para análise especificamente dos discursos midiáticos cabíveis para cada uma.

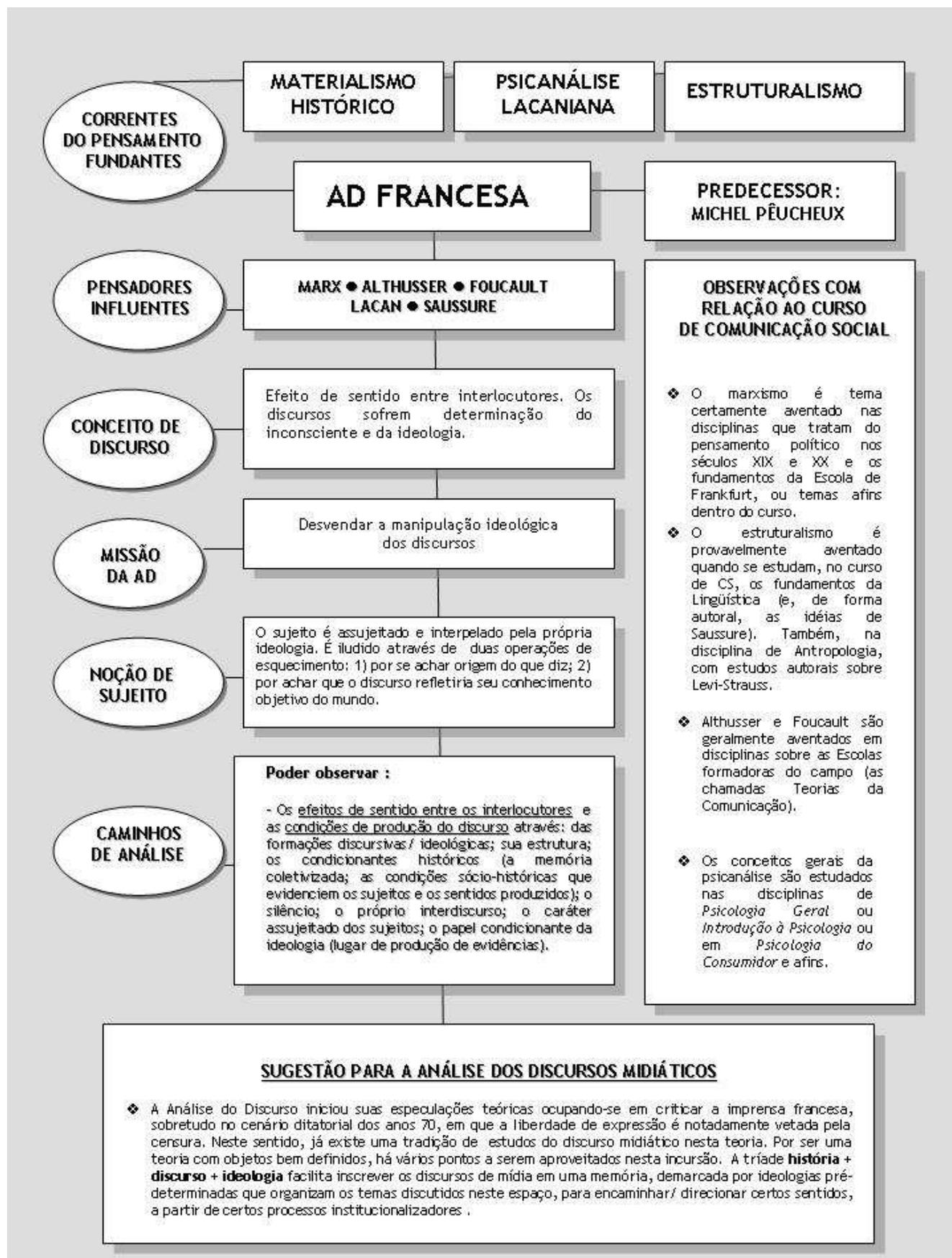
Pressupomos ser de extrema relevância os itens apresentados acima, para que o alunado do curso em voga possa ter, conforme dispõem as diretrizes gerais para o curso de Comunicação Social, uma visão mais abrangente e interdisciplinar do tema discurso.

Ao estruturar estes quadros, apresentando todas estas possíveis consonâncias, entendemos que esta tese cumpre a função mínima de encaminhamento pedagógico, no sentido de apontar uma proposta/ planejamento temático de direcionamento de estudo do discurso para a graduação do referido curso, na relação de ensino-aprendizagem, no interior das temáticas sobre linguagem ministradas para este graduando especificamente

Quadro 1 – Mapa Correlacional



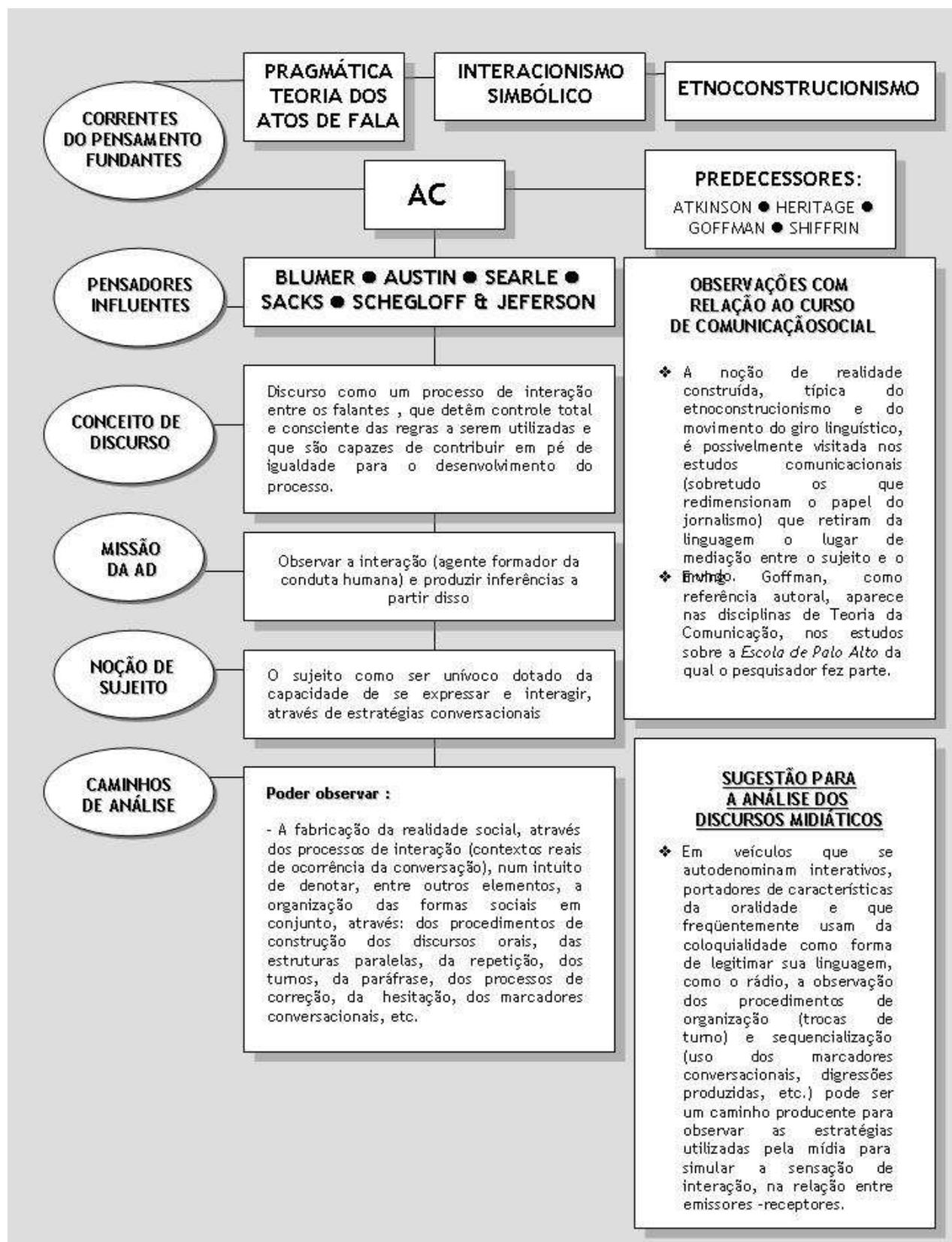
Quadro 2 – AD francesa



Quadro 3 – Semiologia Discursiva



Quadro 4 – Análise da Conversação



Quadro 5 – Análise Crítica do Discurso



6. CONCLUSÃO

O projeto desta tese foi tomando forma muito embrionariamente. Há cinco anos e meio atrás, quando ingressamos no doutorado, a idéia era bem mais ampla. Em nosso anteprojeto, pretendíamos mapear a importância das *Teorias Lingüísticas*, da *Pragmática* e da *Análise do Discurso* para a graduação em Comunicação Social. A proposta era produzir um compêndio descritivo que pudesse servir de guia para os alunos/ docentes da formação citada.

Apesar de estar adequado aos parâmetros científicos (nos ditames da ABNT e ajustado à organização estrutural exigida) e da banca ter aprovado o anteprojeto, o tema se mostrou muito abrangente.

Em nossa qualificação (três anos depois), fizemos uma outra proposição um pouco mais recortada: *apresentar subsídios curriculares profícuos para o ensino das Ciências da Linguagem na graduação em Comunicação Social*.

A banca (desta vez composta por outros membros) também achou o tema amplo, não executável para um curso de Doutorado. Partimos, por isso, para analisar especificamente o valor das teorias discursivas para a graduação do referido curso.

Após termos realizado diversas leituras e tendo ainda a intenção de promover um estudo mais abarcante, no sentido de oferecer ao leitor final um extenso material de apoio e consulta, o esqueleto principal da primeira versão do trabalho visava envolver o maior número de teorias discursivas existentes (dentro e fora dos espectros lingüísticos).

Deparamo-nos, ao final, só no domínio das Ciências Humanas, com uma gama infindável de teorias que prezavam pelo estudo do discurso. Concluímos, por isso, que seria impossível amalgamá-las para este trabalho.

Por fim, abandonamos a idéia de compêndio e nos concentramos somente em produzir matrizes pedagógicas introdutórias sobre o tema, coadunando as quatro teorias discursivas anteriormente apresentadas e o campo da Comunicação Social. Foram introdutórias porque tiveram a pretensão somente de apontar um panorama correlacional. Uma pesquisa mais completa mereceria um trabalho muito minucioso (passaria por um vasto mapeamento, exposição teórica e catalogação), o que exigiria dedicação em tempo integral da pesquisadora.

Seria o ideal para esta tese, mas acabou se tornando uma aspiração muito elevada, já que, no Brasil, a dedicação plena para um *doutorando-pesquisador* é “missão quase impossível”.

Na prática, sabemos que no funcionamento rotineiro da vida acadêmica só podemos nos dedicar de corpo e alma ao fazer científico numa etapa posterior a esta, quando o pesquisador já é considerado cientista legitimamente (*doutor de fato e de direito*) e pode, por isso, solicitar a instituições como a Capes, o CNPq, a Faperj/ Fapesp apoio financeiro adequado, envolvendo inclusive uma equipe colaboradora (o que permite a execução de estudos de caso mais sólidos em termos quantitativos e qualitativos).

Pois bem. Lamentações à parte, finalizar este trabalho (a tese), com a honestidade intelectual imprescindível para tanto, foi bastante reconfortante.

É claro que a sensação é sempre de obra inacabada e incompleta. Quando uma pesquisa nos dá prazer, há sempre uma vontade de colocar mais uma nota de rodapé, de

explicar melhor um conceito, de ampliar o rol de exemplos... até chegar o momento de colocar um ponto final. E como foi difícil fazê-lo.

O que nos conforta, como bem sentenciou Umberto Eco, é que toda obra é aberta. A *intentio operis*, diferentemente da *intentio auctoris* e da *intentio lectoris*, tem vida própria.

Portanto, as idéias circulantes neste trabalho, por sua natureza dialógica, estão, daqui por diante, expostas para serem não só revisitadas como reconfiguradas, redefinidas, ampliadas e contestadas.

Com relação à proposta temática à que nos ativemos, ter trabalhado com dois domínios científicos, *Ciências da Linguagem & Comunicação Social*, foi e continuará sendo sempre um grande desafio. Não só porque cada área “emana” seus respectivos construtos teóricos, como porque cada qual realiza um sem-número de correspondências com outros campos.

Apesar deste expressivo obstáculo, parece ser uma tendência, na contemporaneidade, o crescimento de estudos de caráter *inter-*, *trans-* e *multi-* disciplinares, como apontamos na abertura desta tese. E esta possibilidade parece ser bastante produtiva, pois inibe manter um olhar unidirecional sobre os fenômenos a serem analisados.

No caso das teorias discursivas, não são poucas as ciências interessadas em dar-lhe importância e promover olhares transversais como apontamos, dadas as possibilidades de especulação que ele oferece.

Isto porque o discurso é, certamente, um lugar situado no entrecruzamento entre o lingüístico e o social, mas, ao mesmo tempo, é um formador dessas dimensões.

Na pesquisa em questão, vimos que o intuito foi exclusivamente enaltecer as relações entre o campo da *comunicação social* e o *lingüístico-discursivo*, ambos atravessados por práticas de linguagem que denotam os aspectos sociais, históricos, culturais e ideológicos da vida no coletivo. Através do uso de teorias discursivas sistematizadas acreditamos ser possível revelar tais aspectos.

Na escolha de algumas linhas por nos consideradas mais bem delineadas epistemologicamente, com contornos teóricos e esquemas metodológicos bem definidos, foi possível manter alguma paridade com temáticas estudadas na comunicação social.

Apesar de estar com a sensação de dever cumprido, o projeto desta tese não se findou nestas linhas. Isto porque sentimos falta de aprofundar os preceitos teóricos das linhas discursivas citadas, correlacionando-as, concomitantemente, de modo mais extensivo com o pensamento comunicacional.

Também deixamos conscientemente de lado a investigação sobre os diversos elos possíveis entre a *Análise do Discurso*, a *Comunicação Social* e a *Semiótica/ Semiólogia* (seara vastíssima e complexa altamente interdisciplinar e inclusive componencial das teorias comunicativas).

Por isso, almejamos futuramente ampliar este estudo, com a colaboração de outros colegas-pesquisadores (já aventados), estudiosos igualmente desta temática. Pretendemos, portanto, numa próxima ocasião, fazer jus a estas relações.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

• Livros/ artigos/ papers (*on-line*)

AZEREDO, José Carlos de (org.). *Letras & Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e Linguagem: discurso e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998.

BACCEGA, Maria Aparecida (org.). *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.

BARTES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1964.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUMWORCEL, Ana. *O espaço de silêncio em A Guerra dos Mundos*. Artigo publicado como paper digital para o **XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Recife – PE)**. Intercom, 1998. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/indexbp.html.

BEIVIDAS, Waldir. *O lugar de uma teoria do discurso na psicanálise (ou: um recado de Lacan)*. Cadernos de Semiótica, vol.2, n.2, 2004. Versão on-line disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/grupos/casa-home.html>.

BENVENISTE, Émile. *Comunicação animal e linguagem humana* (cap. 5). In: Problemas de Lingüística Geral I. 4ª ed., tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Campinas: Pontes, 1995, p.60-67.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989, p.60-67.

BELTRÃO, Luis. **QUIRINO**, Newton de Oliveira. *Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa*. São Paulo: Summus, 1986.

BERLO, David K. *O processo de comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORNHEIM, Gerd. *A comunicação como problema*. In: **AZEREDO**, José Carlos (org.). *Letras & Comunicação: uma parceria no ensino de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, pp.13-30.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às Ciências da Comunicação*. São Paulo: Edusc, 1999. Tradução de Maria Leonor Loureiro.

BRANDÃO, Helena N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas (SP): Unicamp, 2004.

BRANDÃO, Z. *A Crise dos Paradigmas e a Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

BRETON, Philippe. PROULX, Serge. *A explosão da Comunicação*. Lisboa: Ed. Bizâncio, 1997. Título original: *L'explosion de la communication*. Tradução: Maria Carvalho, 348 p.

BRETON, Philippe. PROULX, Serge. *Sociologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002. Título original: *L'explosion de la communication*. Tradução: Ana Paula Castellani, 287 p.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARNEIRO, Agostinho Dias (org.) et al. *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CARNEIRO, Marisia. MONNERAT, Rosane. *Patrick Charaudeau: Modos de Organização do Discurso*. Cópia mimeo., 2000. *Material cedido no curso "Introdução à Pragmática: questões conexas" – UFRJ, 1º semestre de 2001.*

CARRASCOZA, João A. *Razão e sensibilidade no texto publicitário*. São Paulo: Futura, 2004.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. *Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas*. In: MARI, Hugo. *et al.* (org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte, FALE- UFMG, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *II. O Ato de Linguagem como encenação*. Cópia mimeo. Tradução do capítulo II do livro *"Language et discours"*. Paris: Hallette, 1983. *Material cedido no curso "Introdução à Pragmática: questões conexas" – UFRJ, 1º semestre de 2001.*

CHARAUDEAU, Patrick. (1996) *O que quer dizer comunicar*. Cópia mimeo. *Material cedido no curso "Introdução à Pragmática: questões conexas" UFRJ, 1º semestre de 2001.*

CHARAUDEAU, Patrick. *Para uma Nova Análise do Discurso*. In: **CARNEIRO, Agostinho Dias** (org.). *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. *Uma análise semiolinguística do texto e do discurso*. Traduzido por Ângela Maria da Silva Correa. Cópia mimeo. Do original inicialmente publicado na Revista Langages, mars, 1995.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *Linguagem & Comunicação Social: visões da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2003.

DEBRAY, Régis. *Curso de Midiologia Geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Estudo do Texto e do Discurso no Brasil*. Revista D.E.L.T.A, vol.15, n.especial, 1999 (pp.183-199).

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS). Coordenação geral: Antônio G. da Miranda Neto *et al.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, 1422p.

DIJK, Teun Adrianus van. *Cognição, discurso e interação.* 6ª edição, São Paulo: Contexto, 2004.

DIJK, Teun Adrianus van. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información.* Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990. Título original: *News as Discourse.*

DIONÍSIO, Ângela Paiva. *Análise da Conversação.* In: MUSSALIN, F., BENTES, A.C. "Introdução à Lingüística 2: domínios e fronteiras". São Paulo: Cortez Editora, 2000, p.69-99..

DIRETRIZES CURRICULARES DO MEC – COMUNICAÇÃO SOCIAL. Consultado em março de 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm#diretrizes>.

DUBOIS, Jean. *et al. Dicionário de Lingüística,* São Paulo: Cultrix, 1973.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação.* São Paulo: Martins Fontes, 2001, 3ª edição.

ERBOLATO, Mário. *Dicionário de Propaganda e Jornalismo.* São Paulo: Papirus, 1986.

ESCOBAR, Carlos Henrique de. *Proposições para uma Semiologia e uma Lingüística.* Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1973.

FARICLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social.* Brasília: Editora da UNB, 2001. Coordenação de tradução: Izabel Magalhães. Título original: *Discourse and social change* (1992).

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin.* Curitiba (PR): Criar Edições, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. *Zellig Harris: 50 anos depois.* In: Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, p. 247-252, 2003, Editora UFPR.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *As interfaces da Análise de Discurso no Quadro das Ciências Humanas.* Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br>, publicado em 10/05/2004.

FIORIN, José Luiz. *Sendas e Veredas da Semiótica Narrativa e Discursiva.* DELTA, Feb./July, vol.15, no.1., 1999

FOUCAULT, Michel (1966). *As Palavras e as Coisas.* SP: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel (1969). *Arqueologia do Saber.* RJ: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel (1970). *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 1996. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Original: *L'ordre du discours.*

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: Microfísica do Poder, 7ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989. p.15-37.

FOWLER, Roger. *Sobre a Lingüística Crítica*. Revista Linguagem em (Dis)curso, v.4, n.especial, 2004.

FRANÇA, Vera V. *O objeto da comunicação/A comunicação como objeto*. In: HOHFELDT, Antônio. MARTINO Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga. (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.39-60.

GOUVEIA, Carlos A. M. “*Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico*”, 2005,18 p. Disponível em: www.leffa.pro.br/textos/anal_critica_discurso.pdf.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro Lingüístico”. In: IÑIGUEZ, Lupcínio. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Paulo: Clara Luz, 2004.

GREIMAS, A. J. *A enunciação: uma postura epistemológica*. Paper on-line traduzido do francês por Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz com colaboração e Notas de Jean Cristtus Portela. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/ges/download/textos/enunciacao.pdf>. Texto original: “*L’Enonciation: une posture épistémologique*”. In: *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, nº 1, Ribeirão Preto (SP), 1974, pp. 09-25.

GREIMAS, A. J., **COURTÉS**, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS. A.J. *Semântica Estrutural*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1973.

GUARESHI, Pedrinho (coordenador). *A realidade da comunicação: visão geral do fenômeno*. In: *Comunicação & Controle Social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GUESSER, A. H. *A etnometodologia e a análise da conversação e da fala*. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168.

HOELTZ, Mirela. *Design gráfico: dos espelhos às janelas de papel*. Artigo publicado como paper digital para o **XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Campo Grande – MT)**. Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/2001/np04/NP4HOELTZ.pdf>, 13p.

HOHFELDT, Antonio. *As origens antigas: a comunicação e as civilizações*. In: HOHFELDT, Antônio. MARTINO Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga. (orgs.). “*Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*”. Petrópolis: Vozes, 2002, p.61 - 98.

HOHFELDT, Antônio; **MARTINO** Luiz C.; **FRANÇA**, Vera Veiga. (orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002.

IÑIGUEZ, Lupcínio (org.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969 (22ª edição - 2001).

KOCH, Ingedore Villaça. *A Inter-ação pela Linguagem*. Rio de Janeiro: Contexto, 1997.

LOPES, Luís Carlos. *Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da comunicação*. Revista Ciberlegenda, n.10, 2002, 21p. Disponível em: www.uff.br/mestcii/lclop8.htm. Consultado em dezembro de 2005.

LOPES, Maria Immaculata Vassalo de. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Loyola, 7a ed., maio de 2003.

LOPES, Maria Immaculata Vassalo de. *Por um paradigma transdisciplinar para o campo da comunicação*. In: DOWBOR, Ladislau. IANNI, Octavio. RESENDE, Paulo-Edgar A., SILVA, Hélio. (orgs.) *Desafios da Comunicação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p.112-116.

MACHADO, Ida Lúcia. *Uma teoria de Análise do Discurso: a semiolinguística*. In: MARI, H. *et alii*. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso. FALE/ UFMG, 2001.

MAGALHÃES, Izabel. *Teoria Crítica do Discurso e texto*. Revista Linguagem em (Dis)curso, v.4, n.especial, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003. Tradução de Eni Orlandi.

MARI, Hugo. **SILVA**, Giani David. **MENDES**, Paulo Henrique Aguiar. *Processos Enun-ciativos: Análise de Alguns Atos de Linguagem*. In: **CARNEIRO**, Agostinho Dias (org.) *et al*. *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

MARTINO, Luiz C. *Interdisciplinaridade e objeto de estudo da Comunicação* (8 p.). Artigo publicado como paper digital para o **XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Recife – PE)**. Intercom, 1998. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/indexbp.html. Consultado em maio de 2004.

MARTINO, Luiz C. *De qual comunicação estamos falando?/Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação*. In:HOHFELDT, Antônio. **MARTINO** Luiz C., **FRANÇA**, Vera Veiga. (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.11 - 26.

MARTINO, Luiz C. *Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação*. In: HOHFELDT, Antônio. **MARTINO** Luiz C., **FRANÇA**, Vera Veiga. (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.27 - 38.

MASER, Siegfried. *Fundamentos de Teoria Geral da Comunicação*. Tradução de Leôni-das Hegenberg. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005. Tradução de Sírio Possante.

- MAINGUENEAU**, Dominique. *Introdução à Lingüística*. Lisboa: Ed. Gradeava 1997.
- MAINGUENEAU**, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MAINGUENEAU**, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editor UFMG, 2000.
- MATTELART**, Armand; **MATTELART**, Michele. *História das teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Título original: “Historie des théories de la communication” (1995).
- MEDITSCH**, E. *Jornalismo como forma de conhecimento*. IN Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.21, n.1, p. 25-38. jan./jun., 1998. 0102-6453
- MELO**, José Marques de. *Comunicação social: da leitura à leitura crítica*. In: **ZILBERMAN**, Regina. **THEODORO DA SILVA**, Ezequiel. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1995.
- MIÈGE**, Bernard. *Pensamento Comunicacional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MORIN**, Edgar. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo I - Neurose*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MUSSALIM**, Fernanda. **BENTES**, Anna Christina. (org.). *Introdução à Lingüística I: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- MUSSALIM**, Fernanda. **BENTES**, Anna Christina. (org.). *Introdução à Lingüística II: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- NÖTH**, Winfried. *A semiótica no século XX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 1999.
- NÖTH**, Winfried. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. 2ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 1998.
- KERBRAT -ORECCHIONI**, Catherine. “La problemática de la enunciaciön”. In: *La enunciaciön: de la subjetividad en la lenguaje*. Argentina: Ed. Edicial, 1997.
- ORLANDI**, Eni Puccineli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI**, Eni Puccineli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2001, 3ª edição.
- OUTHWAITE**, W.; **BOTTOMORE**, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PATRIOTA**, Karla R. M. P. **ALMEIDA**, Gustavo H. O. *Entre os planos humano e divino: uma análise de discursos religiosos na mídia*. Revista Linguagem em Discurso, vol. 6, número 1, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0601/04.htm>.

- PAULIUKONIS**, Maria Aparecida Lino. **GAVAZZI**, Sigrid (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PAULIUKONIS**, Maria Aparecida Lino. **GAVAZZI**, Sigrid (org.). *Texto e Discurso: Mídia, Literatura e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- PEREZ**, Clotilde. *Signos da Marca: expressividade e sensorialidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- PINTO**, Milton José. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- PLAZA PINTO**, Joana. *Pragmática*. In: MUSSALIN, F., BENTES, A.C. “Introdução à Lingüística 2: domínios e fronteiras”. São Paulo: Cortez Editora, 2000, p.17-46.
- RABAÇA**, Carlos Alberto, **BARBOSA**, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.
- RAJAGOPALAN**, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.
- RESENDE**, Viviane de Melo. **RAMALHO**, Viviane C.V.S. *Análise de Discurso Crítica: do modelo tridimensional à articulação entre práticas, implicações teórico-metodológicas*. Revista Linguagem em (Dis)curso, vol.5, n.1,jul;/dez., 2004.
- ROCHA**, Luis Carlos de Assis. *Gramática: Nunca Mais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- RODRIGUES**, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- RODRIGUES**, Adriano Duarte. *O discurso mediático*. Lisboa: 1996, mimeo.
- RUBIM**, Antônio Albino C.; **BENTES**, Ione Maria G.; **PINTO**, Milton José. (orgs.) *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SANTAELLA**, Lúcia. *Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- SANTAELLA**, Lúcia. *A Teoria Geral dos Signos*. São Paulo: Ed. Pioneira, 2000.
- SANTOMÉ**, J. T. *Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SARLO**, Beatriz. *Cenas da Vida Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- SAUSSURE**, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- TRAQUINA**, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2001.
- VANOYE**, Francis. *Uso da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1980.

VERÓN, Eliseo. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2004. Tradução de Vanise Dresch.

VIZEU, Alfredo. *O jornalismo e as "teorias intermediárias", cultura profissional, rotina de trabalho, estrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom].

VIZEU, Alfredo. *A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística*. Revistas Famecos, Porto Alegre, no22, dezembro de 2003.

VOESE, Ingo. *Desafios para uma Análise do discurso (e para o ensino?)*. Revista Linguagem em (Dis)curso, v.3, n.1., 2003.

WODAK, Ruth. *Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Revista Linguagem em (Dis)curso, v.4, n.especial, 2004.

WOLF, Mário. *Teorias da Comunicação*. 6ª edição, trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 2001. Título original: *Teorie delle Comunicazioni di Massa*, 1985.

• Sites

- **Site oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)**
<http://www.ibge.gov.br/>, consultado em junho de 2005.
- **Site oficial do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)**
[http://www.inep.gov.br/superior/censo superior](http://www.inep.gov.br/superior/censo%20superior), consultado em junho de 2005.
- **Site oficial da Sesu (Secretaria de Educação Superior)**
http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_instituicao.stm, consultado em junho de 2005.

Sites dos Cursos de Comunicação das universidades pesquisadas:

todos consultados de março a dezembro de 2004

- UFF - <http://www.uff.br/ecmidia/arealinguagens.htm>
- UFRJ - <http://www.eco.ufrj.br/portal/academic/basico.html>
- UFJF - <http://www.facom.ufjf.br/ementas/d1.htm>
- UFMG - <http://www.fafich.ufmg.br/dcs/>
- USP - <http://www.eca.usp.br/departam/cje/cursos/grad/bachjorn.asp>
- UFBA - http://www.facom.ufba.br/acad_ens_optativas.html
- UFC - http://www.prg.ufc.br/cursos/comunicacao_social/
- UFG - <http://www.facomb.ufg.br/matriz.php>

- **UFRGS** - <http://www1.ufrgs.br/Graduacao/InformacoesAcademicas/unidadeensino.asp>
- **UFPA** - <http://www.ufpa.br/decom/sumula.html>
- **UNESA** - http://www.estacio.br/graduacao/comunicacao_social/grade_curricular.asp#
- **FACHA** - <http://www.facha.edu.br/jornalismo.asp>
- **PUC-RJ** - <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/comunicacao.html>
- **PUC –MG** - <http://www1.pucminas.br/cursos/index.php?tipo=1&menu=3&cabecalho=1&lateral=1>
- **UNIPEL** - <https://www.ucpel.tche.br/sapu/mostradadosdisci.php3?coddisci=057035>
- **UNIFOR** - <http://www.unifor.br/>
- **FEAPA** - http://www.feapa.com.br/guia/grade_pp/grad_01.htm

ANEXOS

EMENTA DAS PÚBLICAS	
Legenda: habilitações em jornalismo – jor/ publicidade – pub/ relações publicas – rp/ produção cultural – prodcult / radiojornalismo – rjor/ cinema - ci	
Universidade	Ementa das disciplinas oferecidas
REGIÃO SUDESTE	
UFF (Niterói –RJ) Hab.: Estudos Culturais e Mídia Fonte: http://www.uff.br/ecmidia/arealinguagens.htm	
Obrigatórias	
<ul style="list-style-type: none">• Fundamentos Lingüísticos da Comunicação - As teorias de matriz lingüística e sua influência sobre os estudos de comunicação. Problemas fundamentais da lingüística de Saussure: a natureza social da linguagem; linguagem e inconsciente; língua e fala. A influência da lingüística saussureana nas Ciências Sociais: o estruturalismo. Do estudo da linguagem ao estudo dos signos: a semiologia.• Introdução à Análise do Discurso - Matrizes teóricas da Análise do Discurso. A perspectiva dialógica: a dimensão social do discurso segundo Bakhtin. Discurso e ideologia: a dimensão institucional do discurso segundo Althusser. Verdade e poder: o discurso em Foucault.	
<p>Obs: O Curso de Comunicação Social , com habilitação em publicidade, jornalismo e cinema oferece as mesmas disciplinas, com acréscimo de Língua Portuguesa XVII e XVIII, cujas ementas se baseiam em estudos gramaticais e o foco na produção textual.</p>	
Optativas	
<ul style="list-style-type: none">• Introdução à Semiótica - A linguagem e o processo de comunicação. A leitura verbal e o não verbal. Índice, ícone e símbolo. O signo e o processo de sua apreensão: a semiose. A relação entre os signos e os sistemas de informação. A significação. A mensagem e as marcas do processo comunicativo. Os interlocutores do processo de comunicação. O código e o repertório. Os ruídos. O contexto e a situação comunicacional. A semiose imagética. Relações signicas.• Semiótica da Imagem - A imagem como signo. As imagens e seus meios de produção. Realismo e convenção das imagens. Fundamentos categoriais da semiótica peirciana da imagem. Os níveis de iconicidade, indicialidade e simbologia. Teorias semióticas da pintura. Teorias semióticas da fotografia.• Imagem e Sentido - A representação da realidade sob a forma da imagem. Características das imagens. Cultura, percepção e imagem. A organização do espaço da representação. História das projeções perspécticas. A lógica da produção da imagem. Sentido e representação. Convencionalidade e arbitrariedade. Valor expressivo, comunicacional e estético. A imagem pictorial. A imagem fotográfica. A imagem cinematográfica. A imagem eletrônica.• Teoria da Imagem - Por uma teoria geral da imagem. Panorama histórico da produção das imagens. Imagem, comunicação e cultura. Percepção e significação. A problemática da significação icônica. Introdução a uma semiótica da imagem. Análise das diversas formas imagéticas.• Análise do Discurso - Noção de discurso a partir dos autores fundamentais: Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Michel Pêcheux. Dimensões da Análise de Discurso como teoria da interpretação. Problematizações do conceito de formação discursiva e interdiscurso: as questões da autoridade e da memória. Análise do discurso no universo da pesquisa em comunicação.• Linguagens Não Verbais - O campo das linguagens não-verbais e suas relações com as linguagens verbais. O espaço como campo de relações de linguagem. Espaço, cultura e códigos de localização e movimento. O corpo como campo de linguagem. Corpo, cultura e representações. A imagem e o estudo das formas de representação. A importância das linguagens não-verbais na cultura contemporânea.• Comunicação e Cognição - Conhecimento e Percepção; Informação e Comunicação; Signos, Códigos e Linguagens; Questões cognitivas em estudos semióticos; Memória e Semiogênese; Cibernética, Cognição e Comunicação; Análise comparativa entre sistemas comunicacionais animais, humanos e digitais.	

- **Teoria dos Gêneros Midiáticos** - O conceito de gênero. Histórico da teoria dos gêneros, suas raízes literárias, referencial de Aristóteles e Mikhail Bakhtin. Dicotomia tradicional cultura popular e cultura de massa impulsionando os gêneros midiáticos. Gêneros cinematográficos e suas correlações com outros objetos midiáticos (rádio, televisão e escrita). Relação gênero e público.

UFRJ Rio de Janeiro –RJ Hab.: Jor/ Pub/ Rjor

Fonte: <http://www.eco.ufrj.br/portal/academic/basico.html>

- **Língua Portuguesa I** - Análise e produção de textos em língua portuguesa. O vocabulário, a frase e o texto. A gramática da frase e a do texto. A correção gramatical.
- **Língua Portuguesa II** - Análise e produção de textos em língua portuguesa. Tipologia textual. Problemas de coesão, coerência e argumentação. A correção gramatical.

UFJF (Juiz de Fora – MG) RJ Hab.: Jor/ RP

Fonte: <http://www.facom.ufjf.br/ementas/d1.htm>

- **Redação em Língua Portuguesa I:** Técnicas de Redação e estudo gramatical aplicado. A linguagem e o estilo a partir de práticas de leitura e interpretação de textos literários e de comunicação de massa. Noções de teoria literária. Norma de apresentação de originais.
- **Redação em Língua Portuguesa II:** Funções e níveis de linguagem. Linguagem e cultura. Subestrutura universal de linguagem. Aplicação da lingüística à produção e interpretação de textos. Estrutura de texto. Pré-requisito exigido: Redação em Língua Portuguesa I
- **Comunicação e Expressão Oral:** Treinamento e técnica vocal; Leitura expressiva; Articulação do discurso falado; A oralidade na mídia.
- **Redação em Língua Portuguesa III:** Redação de textos a partir da análise e interpretação de textos da literatura brasileira. Estudos de textos literários do século XX: modernismo/modernidade; vanguarda/tradição; cultura/contracultura. Pré-requisito exigido: Redação em Língua Portuguesa II.
- **Semiótica do Espetáculo:** Semiótica: conceituação, correntes, possibilidades e limites da análise semiótica, a percepção semiótica. O espetáculo: conceituação, delimitações, convergências teóricas necessárias. Abordagem semiótica do espetáculo: o espetáculo dramático, o cinematográfico, o musical, a dança. Traços do espetáculo na práxis social: eventos institucionais, comerciais, sociais, da tradição, políticos e episódicos.

UFMG (Belo Horizonte –MG) Hab.: Jor/ Pub

Fonte: <http://www.fafich.ufmg.br/dcs/>

- **Oficina de Textos A** - Prática de leitura e produção de textos com enfoque nas funções da linguagem e nos gêneros discursivos praticados na comunicação social – entrevista, depoimento, notícia, reportagem, artigo de divulgação científica, texto de opinião, editorial, cartas do leitor, anúncios, classificados. A linguagem verbal e outras linguagens. Conceitos de textos.
- **Oficina de Textos B** - Prática de editoração de textos: seleção e preparação de originais, revisão de provas, planejamento gráfico, formatação e divulgação. Elaboração de paratextos (página de créditos, rosto, notas e referências bibliográficas, sumário) e textos de planejamento e de divulgação (cartaz, convite, carta, release).
- **Pragmática da Comunicação** - A dimensão pragmática da comunicação. Linguagem, ação e discurso. Principais correntes pragmáticas: as teorias dos atos de fala; a teoria da ação comunicativa. Pragmatismo e pragmaticismo. Implicações da pragmática para a teoria social.
- **Semiótica dos Meios Audiovisuais** - As teorias do signo e suas implicações para o estudo dos fenômenos comunicativos. A análise semiótica e seus operadores. Os regimes semióticos das diferentes mídias e das novas tecnologias.

USP (São Paulo - SP) Hab.: Jor/ Pub/ RP/ Editoração

Fonte: <http://www.eca.usp.br/departam/cje/cursos/grad/bachjorn.asp>

- **Ciências da Linguagem** - As Ciências da Linguagem e as Ciências Humanas: transformações no domínio das ciências. A Ciência e o Homem. A Linguagem e o sujeito. Linguagem: constituição do domínio teórico. A linguagem: o estatuto da ordem simbólica. A questão do sujeito: a anterioridade do significante (a enunciação). O mundo: a ordem dos significados (o enunciado). A linguagem: o estatuto medial da comunicação. Linguagem e comunicação: o real, o simbólico, o imaginário. Linguagem e comunicação: crítica ao empirismo - a necessidade, a demanda, o desejo. Linguagem e comunicação: a voz, o olhar, a

escrita. Linguagem e comunicação: os meios, (rádio, jornal, televisão, multimeios). Linguagem e comunicação: a internacionalização da comunicação e as culturas tradicionais.

- **Introdução aos estudos da Linguagem I** - Língua e discurso jornalístico: a língua como sistema(s) de signos. A língua como sistema(s) significante(s). Língua, competência e espaço jornalístico. O código lingüístico oficial e as leis da linguagem. A enunciação lingüística e a escritura jornalística. Os parâmetros da enunciação. O sujeito da narração – eu, sujeito falante. A diversidade dos modos enunciativos. A fala e a escrita. Língua e funções. Concepção lingüística. Concepção lógica. Concepção pragmática. Semântica: aspectos lógicos, contextuais e situacionais do significado: sentido, significação e significado. Sentido, contexto e situação. Sentido e referente. Sentido e sistema de linguagem. As estruturas lingüísticas em seus diferentes níveis: o léxico, a sintaxe frasal e textual. Dimensões do espaço textual e da elocução (diálogo). Organização do discurso: os recursos da linguagem. A ética e a expressividade no texto jornalístico. O texto e o cruzamento de escrituras: do sujeito da escrita, do leitor, do texto-contexto.
- **LP - introdução aos estudos da Linguagem II** - O discurso e as formas de legitimação. A questão ética. Narrativa e forma de conhecimento. A informação. Narrativas tradicionais (populares). A crença. Narrativas modernas. O contrato enunciativo. O acontecimento: acontecido e desaparecido. A reprodução discursiva. O real e a construção discursiva. O ordenamento narrativo e a ordem imaginária. A questão do Poder. Os quatro discursos contemporâneos. A questão jornalística. Pragmática e enunciação: atos de fala. O sistema de referências. A questão da verdade. O jornalismo e a função testemunhal.
- **Leitura e Produção de textos** - O ato de ler: leitura como processo de produção de sentidos. Da paráfrase à polissemia (reprodução e multiplicidade de sentidos de um mesmo texto). A isotopia como possibilidade de determinar os diferentes planos de uma leitura. As relações entre o leitor virtual e o leitor real. Indicadores lingüísticos de marcas discursivas. Historicidade do leitor e da leitura (interações). O texto e suas relações com outros textos (intertextualidade). O ato de escrever: escrever e criar o imaginário e as realidades virtuais. Escrever e expor idéias: a reflexão sobre informações da atualidade. Escrever e informar. Descrever e narrar a partir de coletas de dados e vivências do cotidiano. Escrever e opinar estudo dos operadores argumentativos na elaboração de opiniões.

REGIÃO NORDESTE

UFBA (Salvador – BA) Hab.: Jor/ Prodcult

Fonte: http://www.facom.ufba.br/acad_ens_optativas.html

- **Oficina de Comunicação Escrita** - Exercício de produção e interpretação de textos escritos. As variadas modalidades (gêneros, estilos, etc) da escrita. Prática de comunicação escrita com desenvolvimento de produtos laboratoriais. Observação: também comporta elementos visuais gráficos.
- **Semiótica** - Aspectos históricos das teorias do signo (semiologia e semiótica). Conceitos fundamentais da semiótica e do conceito semiótico de comunicação (signo, significação, interpretação, aspectos pragmáticos da significação, símbolo, alegoria e metáfora). Fundamentos para a compreensão do funcionamento de mensagens.

UFC (Fortaleza – CE) Hab.: Jor/ Pub

Fonte: http://www.prg.ufc.br/cursos/comunicacao_social/

Jornalismo

- **Comunicação em Língua Portuguesa I** - O texto como unidade estrutural. Usos e funções comunicativas do texto. Produção de textos em Língua Portuguesa. Adequação de textos à estatística dos meios de comunicação de massa. Redação e estilo jornalísticos.
- **Comunicação em Língua Portuguesa II** - Estrutura da redação. Produção de textos. Análise Estilística.
- **Análise do Texto e Discurso Jornalístico** - Noções de linguagem e semiologia. Conceito de texto. Conceitos de intertexto e transtextos. Processos de leitura. Conceito de discurso. Enunciação e Pragmática. Cena discursiva, ideologia e discurso. Polifonia e heterogeneidade discursiva. O discurso jornalístico e o jogo de vozes no texto. Práticas de análise de material textual.
- **Introdução à Lingüística** – Estudo do objeto, método e conhecimentos básicos da lingüística, tendo em vista a evolução e as novas tendências desta ciência.
- **Jornalismo e Literatura** - os gêneros jornalísticos da categoria opinativo: caracterização e utilização dos principais. Estilo jornalístico. Linguagem e redação jornalísticas. Matéria jornalística e matéria literária. Jornalismo como gênero literário, o texto jornalístico convencional e o novo texto jornalístico.

Publicidade

- **Língua Portuguesa I** - O texto como unidade estrutural: uso e funções comunicativas do texto; o parágrafo como subunidade do texto; a estrutura do parágrafo; os elementos de coesão e coerência ao nível do texto, do parágrafo e da frase.
- **Língua Portuguesa II** - Concepção lingüística e extra-lingüística de texto: processo de composição textual; modelos lingüísticos de narração, descrição e dissertação, tanto literária quanto técnica.
- **Semiótica** - Introdução aos fundamentos da semiótica e sua aplicação aos processos comunicativos. Compreensão dos processos sígnicos como mecanismos da comunicação humana. Utilização de signos pela mídia. A publicidade como objeto de estudo da Semiótica. Construção de significados na Publicidade.
- **Introdução à Lingüística** - Estudo do objeto, método e conhecimentos básicos da lingüística, tendo em vista a evolução e as novas tendências desta ciência.

REGIÃO CENTRO-OESTE

UFG (Goiás – GO) Hab.: Jor/ Pub/ RP/Rádio e TV

Fonte: <http://www.facomb.ufg.br/matriz.php>

- **Língua Portuguesa: Redação e Expr. Oral (duração de 1 ano)** - Produção de textos em língua portuguesa, leitura obrigatória de textos da literatura nacional. Correção gramática de textos e sua adequação a estilística dos meios de comunicação de massa. O original datilografado: normas de apresentação de originais.

REGIÃO SUL

UFRGS (Porto Alegre – RS) Hab.: Jor/ Pub/ RP

Fonte: <http://www1.ufrgs.br/Graduacao/InformacoesAcademicas/unidadeensino.asp>

- **Comunicação em LP 1** - A frase: estrutura, construção e organização segundo as normas da língua portuguesa. Padrões de frases e transformações básicas. Discursos direto e indireto. Pontuação. Nexos. tempos verbais. Estudos da estrutura: narrativas memorialistas, pequenas descrições, regulamentos, receitas, resumos, críticas, etc.
- **Lingüística e Comunicação** - Linguagem e cultura. A língua como uma das formas da linguagem. A língua escrita e a língua falada. O estudo da linguagem no contexto social: variações e níveis.
- **Semiologia** - Teorias e histórias. Sistemas de significação. Linguagem. Os signos e os meios de comunicação. Modelos semiológicos. Códigos e mensagens. Diferentes níveis de codificação de linguagem. A sociedade e o signo.
- **Comunicação e LP 2** - O texto: situação na unidade semântica e pragmática. Relação entre estrutura, coesão, argumentação e o tipo de intenção do autor. Relação entre objetivo, público e assunto. Produção de textos narrativos, descritivos e dissertativos. O texto dissertativo: tipo de elocução caracterizada para apresentar uma tese. Eficácia em função da capacidade de argumentação. Produção de textos visando: definição, comparação, análise e classificação. reprodução oral de textos.
- **Comunicação e LP 3** - O vocabulário: aquisição, adequação, precisão e variedade. Constituição do léxico na Língua Portuguesa: sinonímia, homonímia e paronímia. Imitação. Paráfrase. Paródia. A reprodução oral de textos.

REGIÃO NORTE

UFPA (Belém - PA) Hab.: Jor./ Pub.

<http://www.ufpa.br/decom/sumula.html>

- **Redação e Expressão I:** Produção de textos em língua portuguesa. Leitura de textos da literatura nacional (romantismo, realismo e naturalismo). Correção gramatical de textos e sua adequação à estilística dos meios de comunicação de massa. Noções elementares de fonética e fonologia.
- **Redação e Expressão II:** Produção de textos em língua portuguesa. Leitura de textos da literatura nacional (simbolismo, parnasianismo e modernismo). Correção gramatical de textos e sua adequação à estilística dos meios de comunicação de massa. Noções elementares de semântica e morfologia.
- **Redação e Expressão III:** Produção de textos em língua portuguesa. Leitura de textos da literatura nacional (escritores contemporâneos). Correção gramatical de textos e sua adequação à estilística dos meios de comunicação de massa. O original datilografado: normas de apresentação de originais.

EMENTA DAS PARTICULARES

Legenda: habilitações em jornalismo – jor/ publicidade – pub/ relações públicas – rp/ produção cultural – prodcult / radiojornalismo – rjor/ cinema - ci

Universidade

Ementa das disciplinas oferecidas

REGIÃO SUDESTE

UNESA (Rio de Janeiro –RJ) Hab.: Jor / Pub

Fonte: http://www.estacio.br/graduacao/comunicacao_social/grade_curricular.asp#

- **Língua Portuguesa I** - Introdução à lingüística: fala, língua, sociedade. Tipologia textual. O português coloquial e a norma culta. As funções da linguagem. Sintaxe: frase, oração, período, parágrafo. Textos referenciais do uso da norma culta. Redação: dissertar, descrever, narrar.
- **Língua Portuguesa II** – A Macroestrutura textual. Argumentação lógica. Produção textual. Falácias do discurso (sofismas e erros). Produção textual.
- **Língua Portuguesa III** – O Sistema simbólico na comunicação social. Semiologia e lingüística. Intencionalidade e ideologia na linguagem. Enunciação e estilo.

FACHA (Rio de Janeiro –RJ) Hab.: Jor/ RP/ Pub/ RJor

Fonte: <http://www.facha.edu.br/jornalismo.asp>

- **Língua Portuguesa I** - Estudo dos aspectos gramaticais indispensáveis ao bom desempenho lingüístico. A norma e sua utilização pelo comunicador. Concordância verbal. Frase, oração, sujeito. Classificação do sujeito. O pronome se. Verbos impessoais. Concordância nominal. Relação entre classes gramaticais e funções sintáticas. A morfossintaxe. Casos especiais de concordância nominal. Regência verbal (os verbos quanto à predicação). Regência nominal. Pontuação. Acentuação gráfica. Ortografia.
- **Lingüística** - A Lingüística e seu objeto. Lingüística e Gramática. Histórico da Lingüística (origem e principais correntes). Lingüística e Semiologia/Semiótica. Signs verbais e não-verbais. As dicotomias saussurianas. As funções de linguagem (B"uhler e Jakobson) e sua utilização nos diversos meios de Comunicação. Noções básicas de semântica (os aspectos semânticos). Noções básicas de dialetologia. A criação vocabular: os neologismos
- **Língua Portuguesa II** -
- **Língua Portuguesa III** - A conceituação geral de literatura. Os modos de representação literária. Mimesis e ficção: a representação. A narrativa e sua estruturação. O poema e seus componentes formais. O teatro: ação e encenação.

PUC- RJ (Rio de Janeiro –RJ) Hab.: Jor / Pub

Fonte: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/comunicacao.html>

- **Com. e Expressão I** - Processo instrumental da produção e compreensão de texto. Correção gramatical.
- **Com. e Expressão II** - Processo instrumental da análise e produção de textos argumentativos e persuasivos através da identificação de suas especificidades. Correção gramatical.
- **Com. e Expressão III** - A poética do discurso não literário. A interação interpessoal: aspectos organizacionais e socio-culturais. O envolvimento em língua oral e escrita. A construção de imagem na mídia oral e escrita. Produção de textos orais e escritos, com presença de recurso de valorização.

PUC- MG (Belo Horizonte –BH) Hab.: Jor / Pub/ Gestão da Com.. Integrada

Fonte: <http://www1.pucminas.br/cursos/index.php?tipo=1&menu=3&cabecalho=1&lateral=1>

- **Oficina de Textos** - Texto, linguagem e discurso. O ato da leitura: interação entre leitor/texto/contexto. Leitura dos diversos tipos de discursos textuais: sua natureza e gêneros. Produção de textos nas duas habilitações do curso. Iniciação à análise dos aspectos constitutivos - lingüísticos - do texto em geral. Iniciação ao conhecimento e produção de textos de natureza acadêmico-científica
- **Introdução aos Estudos de Linguagem II** - As concepções de linguagem. Discursos direto e indireto. Texto e intertexto: paráfrase, estilização e apropriação. Teoria da paródia (definição, paradoxo, codificação e decodificação). Poética do pós-modernismo. O texto referencial fundamentado em pesquisa de informações sobre a atualidade (leitura sistemática de jornais, revistas, ficção, noticiário televisivo e outros). Introdução à semântica: o signo, o significado, o significante. Produção de textos.
- **Introdução aos Estudos de Linguagem III** - Segmentação textual e as formas do discurso: jornalístico, publicitário, literário, científico, informal. Os manuais de redação. Linguagem e ideologia. Tropos da linguagem: metáfora, metonímia, ironia. Produção, leitura e análise de textos.

REGIÃO SUL

UNIPEL (Pelotas –RS) Hab.: Jor / Pub

Fonte: <https://www.ucpel.tche.br/sapu/mostradadosdisci.php3?coddisci=057035>

- **Língua Portuguesa p/ Com. Social I** - Aplicação adequada na produção textual de conceitos e fundamentos teórico-práticos da linguagem. Noção de texto e contexto. Organização do parágrafo e do texto; Sentido e coerência - a progressão textual. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos. Leitura e análise de textos da mídia: charges, piadas, propagandas, cartas do leitor, notícias, crônicas (social, policial, esportiva), manchetes, artigo, editorial. Produção escrita de: resumo, comentário, carta, artigo, paráfrase de notícias e provas. Características de modos de organização discursiva: narração, descrição, dissertação, argumentação. Discurso direto, indireto, indireto livre. Pontuação e sua relação com as estruturas sintáticas. Variação linguística e vocabulário. Ortografia e acentuação gráfica. Mecanismos de coesão: uso de preposições, conjunções, pronomes, concordância verbal e nominal, elipse, substituição vocabular, sinônimos, hiperônimos.
- **Língua Portuguesa p/ Com. Social II** - Análise e produção de texto, em suas relações organizativo-estruturais, pelos critérios de adequação vocabular, correção gramatical, coerência e coesão, com base em subsídios gramaticais. Diferença entre língua falada e língua escrita. Verbos (conjugação e emprego; relação entre os tempos). Ortografia (acentuação, crase, hífen, porquês, emprego de letras). Homonímia e paronímia. Ortoépia e Prosódia. Colocação de pronomes. Uso e valor semântico e estilístico da pontuação Concordância (verbal e nominal). Pronomes pessoais e de tratamento (dificuldades). Problemas de falta de paralelismo.
- **Semiótica** - Conhecimento e compreensão da semiótica, seus códigos, linguagens e signos. Semiótica e a Teoria da Comunicação. Crítica semiótica do discurso ideológico e as diversas formas de construção do sentido. Semiótica e Comunicação. Sintaxe (o signo). Semântica (o significado). Pragmática (o interpretante). Métodos e Análises: Peirce, Barthes, Greimas. A Semiótica Russa Percurso para a análise do objeto: Umberto Eco.
- **Português para Comunicação II** (ementa indisponível)

REGIÃO NORDESTE

UNIFOR (Universidade de Fortaleza - CE) Hab.: Jornalismo

Fonte: <http://www.unifor.br/>

- **Língua Portuguesa I** -Reconhecimento da língua como código, com sua pluralidade de registros. Emprego culto dos recursos sonoros da língua. Emprego das categorias gramaticais, observação de seus valores semânticos e morfológicos. Leitura e elaboração de frases, em sua diversidade tipológica, observação de seus recursos melódicos, semânticos e sintáticos. Leitura e produção de parágrafos coerentes e coesos. Leitura e produção de textos narrativos, descritivos e dissertativos, observação de suas qualidades da concisão, da progressividade, da lógica e da criatividade.
- **Língua Portuguesa II** -Reconhecimento da intertextualidade. Relação entre tipologia textual e mídia. Elaboração de resumos e de resenhas. Redação científica. Convenções da ABNT pertinentes ao texto acadêmico.

REGIÃO NORTE

FEAPA (Belém- PA) Hab.: Pub e Prop

Fonte: http://www.feapa.com.br/guia/grade_pp/grad_01.htm

- **Redação e Expressão Oral em LP I** - A importância da comunicação através da linguagem: diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos; conceitos lingüísticos básicos; a linguagem escrita e a linguagem oral; o domínio da língua culta; produção de textos, em especial para a área do curso.
- **Redação e Expressão Oral em LP II** – A identificação das articulações gramaticais e lexicais dos textos através da elaboração e da reflexão sobre eles, buscando transformar essa atividade num processo mais consciente e preciso; apontar estratégias para desenvolver uma leitura crítica que possa aperfeiçoar, também, o ato de escrever.
- **Redação e Expressão III** - A importância da comunicação através da linguagem: diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos publicitários; a linguagem escrita e a linguagem oral no processo de criação de textos publicitários; o domínio da língua culta.
- **Estudos de Semiótica** - História da semiótica. Estudo das teorias e conceitos da semiótica. Comunicação e semiótica. Os signos e as figuras, o texto e as palavras. Os modos de produção signica. Metáfora e semiose: da metáfora à representação simbólica. . O modo simbólico. A família dos códigos: códigos fortes e fracos. Os signos da comunicação publicitária
- **Redação e Expressão Oral em LP IV** - Estudo que visa dispor os elementos gráficos, em meios impressos, de maneira funcional e estética. Criação e execução de projetos segundo princípios fundamentais de planejamento gráfico e critérios artístico-visuais que contribuem para eficácia da comunicação.
- **Redação e Expressão Oral em LP V** (ementa indisponível)
- **Redação e Expressão Oral em LP VI** (ementa indisponível)